



*Em nome da ordem:
a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*

JOSÉ EVANGILMÁRISON LOPES LEITE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

*Em nome da ordem:
a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*

JOSÉ EVANGILMÁRISON LOPES LEITE

NATAL/RN, 2008

JOSÉ EVANGILMÁRISON LOPES LEITE

*Em nome da ordem:
a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof.º Dr.º Almir de Carvalho Bueno.

NATAL/RN, 2008

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBSE-CCHLA.

Leite, José Evangilmárisson Lopes.

Em nome da ordem : a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão / José Evangilmárisson Lopes Leite. - Natal, RN, 2008.
126 f.

Orientador: Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa II : Cultura, Poder e Representações Espaciais.

1. Natal (RN) – História (1961-1964) – Dissertação. 2. Golpe militar, 1964 - Dissertação. 3. Prefeitura Municipal de Natal – Dissertação. 4. Subversão política – Dissertação. 5. Discurso repressivo – Dissertação. I. Bueno, Almir de Carvalho. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2) “1961-1964”

JOSÉ EVANGILMÁRISON LOPES LEITE

*Em nome da ordem:
a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão*

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof.º Dr.º Almir de Carvalho Bueno
(Orientador)

Prof.º Dr.º Antonio Torres Montenegro
(Avaliador Externo)

Prof.º Dr.º Raimundo Nonato Araújo da Rocha
(Avaliador Interno)

Prof.º Dr.º Henrique Alonso de A. Rodrigues Pereira
(Suplente)

Natal, ____ de agosto de 2008

Aos meus pais, Evangelista e Maria, com saudades.

Aos meus irmãos, Eugênio e Diana, com gratidão.

Ao meu sobrinho, Filipe Victor, com amor.

Aos meus primos, Gabriel e Sara, com esperança.

Ao meu orientador, Almir Bueno, com respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem incansavelmente elevo as minhas orações pedindo sabedoria, serenidade, discernimento, fortaleza para superar as dificuldades que a vida possa me oferecer.

Agradeço com muitas saudades aos meus pais, Evangelista (Di) e Maria, por todos os ensinamentos ao longo de minha vida, tão fundamentais para o meu crescimento enquanto ser humano.

Agradeço imensamente a minha irmã, Diana, por todo o apoio na minha trajetória estudantil e por estar sempre presente na minha vida oferecendo segurança nas tomadas de decisões.

Agradeço com muita satisfação ao meu irmão, Eugênio, por compartilhar diariamente comigo as alegrias e tristezas da vida e por me fazer acreditar que ainda existem pessoas que acreditam em valores como amizade, respeito, sinceridade, verdade e amor.

Agradeço com muito amor ao meu sobrinho, Filipe Victor, pela felicidade que o seu nascimento trouxe para minha vida.

Agradeço aos meus familiares, em especial as minhas tias Margarida e Luiza, pelo carinho e pela adorável presença em minha vida.

Agradeço ao meu cunhado Evandro Saldanha, por disponibilizar o espaço de sua casa sempre que preciso para a realização das minhas atividades acadêmicas.

Agradeço com admiração ao meu orientador, Professor Almir Bueno, pelas colaborações na construção desse trabalho e pela convivência amistosa que transformaram os encontros de orientação em momentos descontraídos, sem perder a seriedade.

Agradeço com respeito aos professores do Curso de História dessa Universidade, pela significativa contribuição na minha formação acadêmica, aqui representados por Wicliffe Costa, Hélder Viana, Roberto Airon, Raimundo Arrais, Denise Monteiro, Durval Muniz, Conceição Guilherme e Aurinete Girão, esta sempre tão acessível para esclarecer as dúvidas relativas às normas técnicas dos nossos trabalhos.

Agradeço especialmente ao professor Raimundo Nonato pelas significativas contribuições na minha trajetória acadêmica e pelo apoio na minha vida pessoal nos momentos mais precisos.

Agradeço aos professores Antonio Torres Montenegro e Henrique Alonso de A. Rodrigues Pereira por aceitarem contribuir na avaliação desse trabalho.

Agradeço a Cétura e André, da secretaria da Pós-Graduação em História, sempre atenciosos para conosco na realização das atividades do Programa.

Agradeço aos funcionários do setor de pesquisa do Diário de Natal, pela receptividade oferecida.

Agradeço com muita satisfação a minha amiga Franci Fernandes, por compartilhar comigo as angústias e alegrias da vida.

Agradeço ao amigo Francisco de Assis, pela cumplicidade e amizade sincera ao longo de tantos anos.

Agradeço aos amigos do mestrado pelas experiências vividas ao longo do primeiro ano do curso, em especial a Isa Paula, Elson e Francijési.

Agradeço aos amigos que encontrei em minha trajetória que em determinados momentos da vida são essenciais, aqui representados por Keila, Gorete, Jacimara e Isa.

Agradeço as minhas amigas Rakel e Renata pelos momentos de descontração agradáveis que sempre terminam em profundas análises sobre a vida.

Agradeço imensamente a minha amiga Juliana, que mesmo distante sabe manter a presença, sempre disposta a me ajudar nos momentos em que preciso.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei”.

I Coríntios 13, 2.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a maneira pela qual a Prefeitura Municipal de Natal foi construída como espaço da subversão, por aqueles que denominamos de *defensores da ordem*, no período imediatamente posterior à deflagração do golpe militar de 1964. Para tal utilizamos como principal fonte o Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, documento produzido a partir das investigações realizadas na Prefeitura Municipal de Natal como resultado do trabalho da comissão de inquérito instituída pelo governador Aluizio Alves para apurar a subversão na sociedade norte-rio-grandense. Embasado no discurso anti-comunista, o referido documento apresenta outra imagem da Prefeitura, na qual as atividades desenvolvidas na segunda administração do prefeito Djalma Maranhão (1961-1964), sobretudo aquelas desenvolvidas na área da educação, como a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, foram designadas como “subversivas”, “comunistas”, “perigosas”, “atentatórias à ordem”, designações que serviram de respaldo colocar a Prefeitura Municipal no quadro geral da subversão existente no Rio Grande do Norte, de acordo com o discurso da repressão, nesse período inicial de implantação do regime militar.

Palavras-chaves: Golpe militar de 1964 – Prefeitura Municipal de Natal – subversão política – discurso repressivo.

ABSTRACT

The main goal of this work is analyze the way which the Natal City Prefecture was constructed as a place of subversion by those we call *defenders of the order*, in the period right after the outbreak of military coup in 1964. To reach it, the main resource of search was the “*Relatório ‘Subversão no Rio Grande do Norte’*”, document produced from the investigations realized in Natal City Prefecture as a result of the Commission of Inquiry’s work, established by the governor Aluizio Alves to determine the subversion in Rio Grande do Norte’s society. Based on the anti-comunist speech. That document introduces other image of the Prefecture, which activities developed by de second Djalma Maranhão administration (1961-1964), specially those developed in the educational area, as the campaign “*De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*”, were considered “subversive”, “communist”, “dangerous”, “threatening”, names that served as backing to embed Natal City Prefecture in the general view about subversion existing in Rio Grande do Norte, according to the repression speech in this initial period of military regime.

Key-words: 1964 Military Coup – Natal City Prefecture – politic subversion – repressive speech

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CCP – Centro de Cultura Popular
CEPLAR – Campanha de Educação Popular
CET – Comando Estadual dos Trabalhadores
CGI – Comissão Geral de Investigação
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CONSINTRA – Conselho Sindical dos Trabalhadores
CPC – Centro Popular de Cultura
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCT – Departamento de Correios e Telégrafos
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FBI – *Federal Bureau of Investigation*
FTA – Federação dos Trabalhadores Autônomos
FTR – Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte
IPM – Inquérito Policial Militar
JAC – Juventude Agrária Católica
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
MURB – Movimento Unificado da Revolução Brasileira
OPLCB – Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUA – Pacto de Unidade e Ação
RFFSA – Rede Ferroviária Federal
RI – Regimento de Infantaria
RO – Regimento de Obuses
SAR – Serviço de Assistência Rural
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários
UDN – União Democrática Nacional
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UJC – União da Juventude Comunista
ULTAR – União dos Lavradores e Trabalhadores da Área Rural
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA: OS ESPAÇOS DA SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	25
1.1 – “Atividades ilegais e atentatórias à segurança do estado”: a subversão na “área rural” e na “Rede Ferroviária Federal”.....	31
1.2 – A “infiltração vermelha” atinge sindicalistas, estudantes e intelectuais.....	41
1.3 – A “subversão” atinge a Prefeitura Municipal de Natal.....	54
CAPÍTULO 2 – OS DEFENSORES DA ORDEM EM AÇÃO: “LIMPAR” A PREFEITURA DE NATAL DO “PERIGO VERMELHO”.....	59
2.1 – Djalma Maranhão à frente do Executivo Municipal.....	61
2.2 – O golpe militar e a nova conjuntura política no Rio Grande do Norte.....	71
CAPÍTULO 3 – A OUTRA IMAGEM: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL NA VISÃO DOS DEFENSORES DA ORDEM.....	88
3.1 – As “atividades subversivas” praticadas na Prefeitura Municipal segundo os defensores da ordem.....	93
3.2 – A Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”: “a maior obra de subversão do ensino, no Rio Grande do Norte”.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	122
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.

Ato Institucional Nº. 1

O período compreendido entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 no Brasil foi marcado por um processo de mobilização favorável à realização de reformas estruturais da sociedade, as chamadas reformas de base, preconizadas pelo Presidente da República João Goulart, efetuado por movimentos sociais e políticos, organizações estudantis e sindicais, setores progressistas da Igreja Católica, políticos nacionalistas, entre outros grupos que lutavam por mudanças sociais. Esse período de efervescência política foi assim caracterizado por Maria Helena Moreira Alves:

Pelo final dos anos 50 e início dos 60, aumentara significativamente a mobilização de setores anteriormente marginalizados da população brasileira. Sindicatos rurais e ligas camponesas formaram-se em regiões agrícolas. Trabalhadores urbanos organizaram-se no interior da estrutura sindical oficial ou em movimentos paralelos que estenderam sua coordenação para diferentes categorias. O período Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora; um governo que buscava o apoio dos trabalhadores criava um clima político que permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas.¹

Entretanto, com a deflagração do golpe militar em 1964, que instituiu a ditadura no país (1964-1985)² - a segunda do século XX, após a que foi instituída por Getúlio Vargas no período de seu governo denominado Estado Novo -, “quando se tratava de separar a luz das

¹ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p.24.

²O golpe civil-militar no Brasil constituiu o primeiro exemplo de uma sucessão de golpes ocorridos na América Latina, cujo objetivo era, essencialmente, conter o avanço da chamada ameaça comunista que já havia se materializado com a Revolução Cubana (1959), que implantou o regime socialista em Cuba. Depois do Brasil, houve a deflagração de golpes civis-militares na Argentina (1966), Panamá (1968), Peru (1968), Bolívia (1969), Equador (1972), Uruguai (1973), Chile (1973) (COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional: o poder na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 19-20).

trevas”, como afirma Elio Gaspari,³ todos aqueles que lutavam por transformações sociais, configurando “o confronto do Brasil arcaico com um outro Brasil que nascia”, como sugere Moacyr de Góes, foram afastados pelos órgãos da repressão.⁴

A partir de abril de 1964, começou um processo de repressão política – que se intensificaria sobretudo em 1968 com a instituição do Ato Institucional Nº 5 – a várias formas de divergências ao regime ditatorial instaurado. Esse processo de repressão foi caracterizado por um discurso anti-comunista que enquadrava qualquer manifestação que apresentasse propostas de transformações sociais sob a designação de “subversiva”, “comunista”, “atentatória à ordem”, “ameaça aos princípios ocidentais e cristãos”, “ameaça a segurança nacional” e principalmente, “ameaça à democracia”.

Definições que, numa amplitude geral, relacionavam-se ao comunismo, concebido nesse contexto de Guerra Fria como inimigo oficial do Estado, inimigo da Segurança Nacional.⁵ Dessa forma, segundo os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que fornecia o respaldo para as ações dos órgãos de segurança do Estado, o comunismo poderia aparecer em qualquer setor da sociedade. Logo, onde houvesse qualquer manifestação que se contrapusesse a ordem estabelecida pelos militares, via-se a presença do comunismo. Daí a presença do Estado fazendo intervir a segurança nacional, definida, de acordo com Joseph Comblin, como “a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”.⁶

Partindo dessas considerações, se sob a designação de “inimigo comunista” incluía-se, em síntese, uma série de manifestações sociais que pelas suas propostas se contrapunham a ordem estabelecida pelos militares, o que efetivamente passou a ser entendido como “ameaça comunista” pelos órgãos de segurança na conjuntura política pós-golpe? É Moniz Bandeira quem sugere a resposta:

Que era, porém, o comunismo? Sovietes havia no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Propunha-se Goulart a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e

³GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 129.

⁴GÓES, Moacyr de. **A filha do tempo**. Natal: Sebo Vermelho, 2004, p. 10-11.

⁵A associação do comunismo à desordem, à subversão, a ameaça à democracia, ou seja, o medo do comunismo, propalado por uma intensa propaganda anti-comunista constituiu, no plano interno, uma forma de legitimar as ações dos órgãos de segurança do Estado para a manutenção da ordem social vigente, adversa a qualquer transformação social. No plano externo, constituiu uma estratégia dos Estados Unidos, ou seja, do Ocidente, para manter sua hegemonia política, econômica, ideológica nos países da América Latina e, portanto, no Brasil, no âmbito da chamada Guerra Fria, conforme os princípios da Doutrina de Segurança Nacional que, na conjuntura política dos primeiros anos da década de 1960, fornecia a ideologia necessária à instalação ou à manutenção de um Estado forte.

⁶COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 54-55.

unificação do movimento sindical, que as classes empresariais, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses dos EUA, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.⁷

Nesse período inicial de implantação do regime militar, relacionar as mais diversas atividades, realizadas nos mais diversos setores de atividades da sociedade com o comunismo foi uma estratégia utilizada pelos órgãos de segurança do Estado para justificar as ações repressivas contra as formas de contestação ao regime ditatorial instaurado, sob o pretexto de ameaça à democracia, que passara a ser sinônimo de manutenção da ordem social vigente, adversa a qualquer transformação proposta pelo processo de mobilização, então em curso.

Assim sendo, segundo Joseph Comblin, “todos os regimes militares querem preparar, para o futuro, uma democracia mais autêntica” e, nesse caso, “se assumiram o poder é justamente porque a democracia estava ameaçada em seus países”. Logo, a idéia de “salvar a democracia” ameaçada pelo comunismo constituiu o cerne dos regimes militares.⁸ Daí a necessidade de mobilização dos órgãos de segurança “para uma missão de larga envergadura: mantendo-se em permanente vigilância, encontrar e destruir todos os focos de subversão da ordem”, representados pelo comunismo.⁹

Para eliminar os focos de subversão da ordem, foram formadas várias Comissões de Investigação que compuseram de forma geral o aparato repressivo pós-golpe de Estado; constituindo-se, segundo Elio Gaspari, na nova qualidade da repressão política que emanava do regime militar. Para o autor, no regime militar instaurado em abril de 1964, “não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares”. Os instrumentos utilizados para combater a subversão, o comunismo, eram os IPMs, abertos em todos os estados e submetidos, inicialmente ao controle de uma comissão geral de investigações, CGI, chefiada por um marechal.¹⁰

No Rio Grande do Norte, a partir de abril de 1964, como desdobramento do que sucedia por todo o país nessa nova conjuntura, verificou-se um processo de repressão política

⁷BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 177.

⁸COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional: o poder na América Latina**, p. 71.

⁹AZEVEDO, Débora Bithiah de. COMUNISTA: a identidade do outro sob o olhar dos órgãos de segurança. **Caderno de História**, Natal, v. 3, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 1996, p. 36.

¹⁰GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, p. 134.

direcionado a vários setores da sociedade.¹¹ O governador do estado, Aluizio Alves, favorável ao golpe, respaldando-se no Ato Institucional, decretado pelo Comando Supremo da Revolução, nomeou uma comissão de inquérito¹² – tomando por base o que dispõe o Decreto de 17 de abril de 1964, publicado no Diário Oficial do Estado de 18 de abril e republicado no dia 29 do mesmo mês e ano – que atuou no Rio Grande do Norte durante cinco meses, de abril a setembro de 1964, com o objetivo de

apurar, com jurisdição em todo o Estado, a prática de atos contra a segurança do País, e regime democrático e a probidade da administração pública ou crime contra o Estado e seu patrimônio, a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária.¹³

A comissão de inquérito instituída pelo governador atuaria na sociedade norte-riograndense num processo paralelo ao dos militares, destacando-se, todavia, na “caça” à subversão no Rio Grande do Norte. Logo no dia 15 de abril de 1964, a Tribuna do Norte divulgava nota segundo a qual “o inquérito que será realizado pela polícia será peça principal na apuração das responsabilidades dos agentes comunistas no Estado e terá como peças acessórias outros inquéritos feitos pelo Exército, Aeronáutica e Marinha”; além disso, lia-se

¹¹Em 1964, o Rio Grande do Norte era politicamente dividido em três forças: as oligarquias conservadoras e rivais do senador Dinarte de Medeiros Mariz e do governador Aluizio Alves, e o prefeito Djalma Maranhão, político da esquerda nacionalista que, por um lado, denunciava permanentemente a interferência do imperialismo americano na vida nacional e, por outro, realizava uma administração integrada às lideranças comunitárias. Aluizio Alves e Djalma Maranhão foram eleitos governador e prefeito, no ano de 1960, em aliança política, apoiados por uma coligação de partidos, denominada “Cruzada da Esperança” – PSD, PTB, PDC, PTN e uma dissidência da UDN – derrotando o candidato do governador Dinarte de Medeiros Mariz, deputado federal Djalma Aranha Marinho, pertencente à UDN (GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. Natal: Editora Clima, 1994, p. 28-29).

¹²Para a nomeação da comissão de inquérito, o governador do estado tomou como respaldo, especificamente, o Art. 7º, segundo o qual “Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”; § 1º, que diz: “Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos” e, ainda, o Art. 8º, segundo o qual “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e o ordem política e social ou atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente” (Ato Institucional nº 1 <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm>, Acesso em: 23/03/2004)

¹³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1964, p. 03. Esclarecemos que todas as referências ao Relatório feitas neste trabalho respeitaram a grafia original do documento.

na nota que “todos que foram presos desde a revolução de 1º de abril deverão depor ante a Comissão de policiais pernambucanos”.¹⁴

A comissão de inquérito estadual era dirigida pelos policiais José Domingos da Silva e Carlos Moura de Moraes Veras, ambos da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, selecionados pelo secretário de Segurança do Rio Grande do Norte, o general Ulisses Cavalcanti, em colaboração com o 4º Exército e com o novo governo de Pernambuco, visto que Miguel Arraes havia sido deposto.¹⁵

A escolha de representantes do corpo policial de Pernambuco – externos, portanto, ao corpo policial norte-rio-grandense – para dirigir a comissão de inquérito, evidenciaria a preocupação do governador com a “imparcialidade” dos policiais que apurariam a subversão nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, justificando a escolha daqueles policiais, Aluizio Alves afirmara que:

Nós vínhamos de uma luta política muito dura, a luta da minha eleição, que praticamente continuou durante todo o meu governo. Resolvi não nomear ninguém do Estado, porque dificilmente se encontraria aqui autoridade imparcial, alguém isento. [...] Via a oportunidade de, fazendo pelo Estado a Comissão que era determinada pelo Ato Institucional, e trazendo de fora pessoas isentas, poder realmente exercer uma atuação equilibrada e, cumprindo o dever do Estado, contribuir para evitar injustiças.¹⁶

Embora a intenção do governador fosse “contribuir para evitar injustiças”, a referida comissão foi responsável pela repressão desencadeada contra vários setores de atividades do estado, configurados como espaços da subversão, configuração elaborada a partir da visão dos policiais pernambucanos sobre as mais diversas atividades realizadas. De qualquer modo, o Diário de Natal de 13 de abril trazia reportagem que enfatizava a chegada dos policiais que atuariam no Rio Grande do Norte:

¹⁴SILVA, Lidiane Dantas. **A imagem do golpe militar de 1964 na imprensa natalense**: a Tribuna do Norte. 2000. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2000, p. 35.

¹⁵José Domingos era capitão da Polícia Militar de Pernambuco. Carlos Veras era Inspetor Geral da Polícia, professor da Escola de Polícia e estagiário do FBI. Posteriormente, no início da década de 1980, Carlos Veras foi Deputado Estadual pelo PDS e presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco pela ARENA. Esses dois policiais lideraram as perseguições aos denominados espaços da subversão no Rio Grande do Norte – entre os quais a Prefeitura de Natal – sendo, portanto, representantes do poder ditatorial no estado. Desse modo, para nos referirmos aos mesmos recorremos a expressões que denotam, em grande medida, a tarefa para a qual foram designados: guardiões da ordem, defensores da ordem, agentes da ordem, forças repressivas, representantes da ordem, detentores da ordem, protetores da ordem, agentes da repressão, representantes do regime autoritário e homens do poder. E como esses policiais trabalharam em consonância com os militares, por vezes essas expressões referem-se também a estes.

¹⁶GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 158.

EQUIPE DA POLÍCIA PERNAMBUCANA VEM INVESTIGAR A AÇÃO COMUNISTA

É esperada hoje, aqui, a equipe de investigação solicitada pelo comando da Guarnição Militar ao IV Exército, que esclarecerá as atividades dos comunistas, no Estado do Rio Grande do Norte. [...] Ainda hoje, a equipe estará iniciando suas atividades correspondentes ao inquérito.¹⁷

Podemos dizer, portanto, que houve após a deflagração do golpe a preocupação, por parte dos agentes da ordem, em construir uma “sociedade disciplinar” – tomando por empréstimo uma expressão citada por Roger Chartier, ao discutir a obra de Michel Foucault – “que inventa as tecnologias de assujeitamento e os dispositivos de vigilância” para a execução de tal tarefa.¹⁸ E a comissão de inquérito instituída por Aluizio Alves no Rio Grande do Norte constituiu um produto eficaz dessa tecnologia, visto que transformara em questão de segurança todas as atividades que apresentavam propostas de questionamento ao regime ditatorial instaurado. E a demarcação dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte, tendo como prerrogativa a suposta ameaça do comunismo foi significativa, uma vez que direcionava as ações dos órgãos de segurança.

No Rio Grande do Norte, os denominados espaços da subversão nos quais os policiais José Domingos e Carlos Veras exerceram suas atividades para “limpar” a sociedade do perigo do comunismo foram: a área rural, a Rede Ferroviária Federal, os setores sindical, estudantil, intelectual e Prefeitura Municipal de Natal.

Foi para esses setores de atividades que os protetores da ordem dirigiram suas atividades de “caça” à subversão, ao comunismo, caracterizadas pela intervenção nos sindicatos mais combativos, pela repressão feroz no campo, com prisões e perseguições e, ainda, pela “caça” e cassação das lideranças.¹⁹ Consubstanciava-se um processo de sujeição que submete os corpos, dirige os gestos, rege os comportamentos e do qual inúmeros norte-rio-grandenses, vinculados àqueles setores de atividades, foram passíveis de perseguições políticas realizadas em nome da ordem, da segurança, da democracia.²⁰

Para a demarcação daqueles setores de atividades como “subversivos”, o poder das palavras foi o recurso utilizado com indiscutível eficácia, uma vez que mostrava para a sociedade, através do discurso produzido pelos agentes da repressão e divulgado para o

¹⁷DIÁRIO DE NATAL, 13 abr. 1964.

¹⁸CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 138.

¹⁹REIS FILHO, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, p. 436.

²⁰FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 182.

conhecimento público pela imprensa, os lugares nos quais o “perigo”, representado pelo comunismo, havia se instalado.

É nessa perspectiva que entendemos a assertiva de Pierre Bourdieu, segundo a qual uma das formas elementares do poder político consiste no poder de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação.²¹ Ora, foi somente após a deflagração do golpe militar, quando as formas de questionamento ao regime ditatorial passaram a ser reprimidas pelos órgãos de segurança, embasados no discurso anti-comunista, que as atividades realizadas naqueles – ou a partir daqueles – setores adquiriram outras configurações, passando a ser definidas como “comunistas”, “subversivas”, “perigosas”, utilizadas para construí-los como espaços da subversão.

Assim sendo, a área rural, com a organização dos trabalhadores em sindicatos, a Rede Ferroviária Federal, com a realização de greves, os setores sindical, estudantil e intelectual, constituíram-se como setores de atividades potencialmente “subversivos”, tornando-se os primeiros alvos da ação dos órgãos de segurança em várias partes do país.²²

A Prefeitura Municipal de Natal, por sua vez, não se configurava como um dos setores de atividades potencialmente “subversivos” nesse período inicial de implantação do regime. A construção da Prefeitura Municipal como “subversiva” deve ser entendida como resultado das divergências políticas entre o governador Aluizio Alves e o prefeito Djalma Maranhão.

Dessa forma, instituída pelo governador do estado, foi para esta área de atuação que a comissão de inquérito liderada por Carlos Veras e José Domingos dispendeu maiores esforços, estabelecendo inclusive, através do discurso, a interligação dos outros setores de atividades nos quais atuou com a Prefeitura, como forma de potencializar a suposta subversão existente nessa instância do poder público, configurando aquilo que Pierre Bourdieu denomina de “luta das classificações”, que significaria “traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal”.²³

Partindo dessas considerações, a construção da Prefeitura Municipal como espaço da subversão adquire uma importância particular para nossa pesquisa, visto que mesmo não representando um dos setores mais visados pelos órgãos da repressão, foi a instância que mereceu maiores esforços da comissão de inquérito estadual. Daí optarmos por centralizar a nossa pesquisa na atuação dos protetores da ordem nesse setor de atividades.

²¹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 142.

²²A propósito, líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo, constituíram os grupos mais visados na vasta campanha de busca e detenção que fora desencadeada em todo o país logo após a deflagração do golpe militar (ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, p. 72).

²³BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 150-151.

Nessa “luta das classificações”, de singular importância foi a produção, pelos policiais pernambucanos, de um discurso que atribuísse características que legitimassem a Prefeitura Municipal como “subversiva” e conseqüentemente, justificasse as ações repressivas praticadas. O Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” cumpriria esse papel.²⁴

Concebido como discurso oficial, o documento foi produzido para comprovar o quadro geral da subversão no estado existente, segundo os seus autores, nos seis setores de atividades por eles investigados, principalmente a Prefeitura Municipal, mostrando para a sociedade norte-rio-grandense onde estava instalada a “subversão” e os “subversivos” que deveriam ser afastados em nome da ordem.

Portanto, tendo como base o discurso produzido a partir das investigações realizadas na Prefeitura Municipal de Natal, divulgado no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” como resultado do trabalho da comissão de inquérito instituída pelo governador Aluizio Alves, o presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão, pelos defensores da ordem, no período imediatamente posterior à deflagração do golpe militar de 1964.

Nesse período inicial de implantação do regime militar, “subversão” referia-se a qualquer atividade política que se contrapusesse à ordem estabelecida pelos representantes do regime autoritário, o que nos leva a ressaltar a amplitude desse conceito que, “de conformidade com o significado da palavra (subverter: virar de baixo para cima, destruir, aniquilar, arruinar) – indica movimentos revolucionários que valem por si mesmos independentemente de finalidade ideológica e pragmática”,²⁵ embora, por vezes, apareçam no Relatório outras expressões para designar o que os defensores da ordem consideravam como “subversão”, entre as quais “ameaça à ordem”, “ameaça à democracia”, “atentatório à ordem”, “ameaça aos princípios ocidentais e cristãos”, “perigo”, “comunismo”.

No caso do Rio Grande do Norte, as atividades de “subversão da ordem” foram, resumidamente a organização dos trabalhadores rurais e urbanos e dos ferroviários em sindicatos, a atuação dos estudantes nos movimentos políticos, a divulgação de idéias pelos intelectuais e as ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão durante a sua segunda administração (1961-1964), sobretudo a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a

²⁴O Relatório é dividido em duas partes. Na primeira parte, de responsabilidade do capitão José Domingos da Silva, têm-se os resultados das investigações na área rural e na Rede Ferroviária Federal, fixando a responsabilidade de 38 (trinta e oito) indiciados. Na segunda parte do documento, de responsabilidade do delegado Carlos Moura de Moraes Veras, têm-se os resultados das investigações nos setores sindical, estudantil, intelectual e Prefeitura Municipal de Natal, fixando a responsabilidade de 45 (quarenta e cinco) indiciados.

²⁵GALVÃO DE SOUSA, José Pedro; GARCIA, Clóvis Lima; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. **Dicionário de política**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1998, p. 513.

Ler”. Configuradas como “atividades subversivas”, as ações desenvolvidas pelos setores de atividades investigados pela comissão de inquérito estadual serviram de respaldo para configurá-los como espaços da subversão no Rio Grande do Norte, “limpando” o estado da “triste e insidiosa mancha negra, aureolada pelo círculo vermelho do Partido Comunista do Brasil”, para usar uma das expressões contidas no discurso da repressão.²⁶

Definir como “subversivas” atividades que se contrapõem a uma determinada ordem estabelecida não constitui um caso específico do período pós-golpe de 1964. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, por exemplo, ao discutir a atuação do movimento monarquista no período imediatamente posterior à Proclamação da República, afirma que os republicanos temeram os monarquistas “como uma constante ameaça ao regime republicano e, por isso, conseqüentemente, tomaram medidas de defesa contra os chamados subversivos do regime, isto é, os monarquistas”.

Partindo desse pressuposto, “o exílio, a prisão, o confinamento, a perda de cargos públicos, o empastelamento de jornais, a violação de domicílio, o impedimento do exercício dos direitos políticos, o assassinato” constituíram os elementos principais da repressão desencadeada contra os grupos defensores da monarquia. Nessa perspectiva, o fato de posicionarem-se contrários a ordem estabelecida com a Proclamação da República, de acordo com a autora, explicaria por que os denominados subversivos do regime foram “responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da República; por que foram temidos pela influência que possuíam, bem menor, aliás, do que se acreditava; por que foram usados para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos” e, finalmente, “por que foram utilizados para justificar a repressão, que tinha por objetivo o fortalecimento do poder”.²⁷

No Rio Grande do Norte, no período anterior ao golpe de 1964, a “subversão” também foi apontada para justificar atividades repressivas contra os que se contrapunham à ordem estabelecida. Numa carta datada de 04 de junho de 1953 – portanto, no período de redemocratização do país pós-Estado Novo – o médico potiguar Vulpiano Cavalcanti denuncia ao presidente da Associação de Defesa dos Direitos do Homem, general Arthur Carnaúba, as torturas a que ele e seus dezesseis companheiros haviam sido vítimas na Base Aérea de Parnamirim/RN por realizarem atividades em defesa da paz e das riquezas nacionais, consideradas como “subversão” por aqueles que praticaram as torturas.

²⁶RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 15-16.

²⁷JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.7 e 11.

Num trecho da carta, Vulpiano Cavalcanti afirma que no “campo de concentração de Parnamirim, os oficiais manifestavam seu ódio contra o movimento dos povos em defesa da paz mundial e contra a campanha nacionalista pelo monopólio estatal do petróleo brasileiro”. Dessa forma, “deixaram cair a máscara do anticomunismo para mostrarem a verdadeira face dos lacaios do imperialismo norte-americano”. Isto significava, para o autor, “um aspecto da criminoso dominação do imperialismo norte-americano sobre nosso país”. O objetivo dos oficiais era “abafar a voz dos patriotas, impedir o crescimento do grandioso movimento em defesa da Paz, atemorizar, todo o povo com o espantinho do ‘anticomunismo’ para que possam consumir seus crimes de traição nacional e lesa-humanidade”.²⁸ Dos dezesseis presos civis citados na carta, além de Vulpiano Cavalcanti, Luís Inácio Maranhão e Eider Toscano de Moura foram indiciados posteriormente pela comissão de inquérito instituída por Aluizio Alves.

Em 1964, a “subversão” estava diretamente relacionada ao comunismo, inimigo oficial do Estado de Segurança Nacional, e a demarcação dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte pelos agentes da ordem foi significativa para “limpar” a sociedade norte-riograndense do “perigo” que as diversas manifestações contrárias à ordem estabelecida com o golpe militar representavam. E, nesse caso, recorremos novamente a Pierre Bourdieu quando afirma que

o poder simbólico dos agentes, como poder de fazer ver [...] e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende, com efeito, [...] da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nele estão potencialmente inscritas).²⁹

Partindo dessas considerações, a noção de espaço empregada no nosso trabalho deve ser compreendida tomando como referência as discussões propostas por Pierre Bourdieu acerca do poder de nomeação. Tratar-se-ia de uma estratégia simbólica por meio da qual as forças repressivas “procuram impor sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo”, ou ainda, para usar uma expressão do referido autor, tratava-se de uma “nomeação oficial”, entendida como um “acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*”.³⁰

²⁸CAVALCANTI, Vulpiano Cavalcanti de. [Correspondência enviada ao general Arthur Carnaúba]. Casa de Detenção do Recife, 04 jun. 1953. 14 f. Carta In GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Inácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

²⁹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p. 151.

³⁰Id., Ibid., p. 146 (grifos do autor).

O espaço, no nosso trabalho, é compreendido enquanto construção simbólica, demarcado, configurado, delimitado, ressignificado, representado, enfim, construído, pelo discurso dos guardiões da ordem, concebido, naquela conjuntura, como discurso oficial. Desse modo, é oportuno recorrermos uma vez mais a Pierre Bourdieu quando afirma que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”.³¹

Nessa perspectiva, foi o discurso produzido pelos defensores da ordem, divulgado no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” que construiu outra imagem da Prefeitura Municipal de Natal, legitimada como um setor de atividades que pelas ações realizadas passara a ser incluída na arena da subversão existente no estado, segundo divulgaram. É nesse sentido que entendemos a assertiva de Roger Chartier segundo a qual

as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social [...], muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.³²

Essa noção de espaço como construção simbólica, construída pelo discurso dos representantes da ordem, tem como referência, ainda, as discussões propostas por Michel Foucault, para quem as “relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”, visto que o poder só pode ser exercido “através da produção da verdade”.³³

Logo, o discurso produzido para configurar a Prefeitura Municipal de Natal – e os outros setores nos quais atuou a comissão – como espaço da subversão é entendido como produto daquilo que Michel Foucault denominaria de “rede de saber que permite determiná-lo ou formalizá-lo”.³⁴ Rede de saber que, ao definir um setor de atividades como componente da subversão, traz imbuída nessa definição, aspectos que seriam característicos das atividades realizadas nesses setores, que após o golpe, adquiriram uma configuração “subversiva”, “perigosa”, “comunista”.

³¹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p. 15.

³²CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

³³FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, p. 179-180.

³⁴_____. **Estética e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 (Coleção Ditos e Escritos, III), p. 413.

O Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” foi utilizado como fonte de pesquisa por diversos autores. José Willington Germano e Moacyr de Góes fazem referência ao Relatório, porém voltam suas análises para a parte que diz respeito à Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (1961-1964), movimento de educação e cultura popular desenvolvido na segunda administração do prefeito Djalma Maranhão. A Prefeitura Municipal – especialmente a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – aparece nessas obras como a instituição responsável por organizar e desenvolver aquele movimento educacional. Perspectiva semelhante é observada em Lúcia Costa, que trabalha especificamente a repressão desencadeada pelos órgãos de segurança à Campanha “De Pé no Chão”.³⁵

Mailde Galvão e Homero Costa também fazem referência ao Relatório. A primeira, numa obra que constitui um depoimento das perseguições políticas de que foi vítima, detém-se na parte referente à Prefeitura Municipal de Natal, onde exerceu a função de Diretora da Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria Municipal de Educação (1961-1964), porém o interesse da autora concentrou-se no discurso dos órgãos de segurança sobre a Campanha “De Pé no Chão”. O segundo, por sua vez, ao trabalhar a trajetória política do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Norte, refere-se ao documento, porém, volta-se apenas para as afirmações sobre esse partido contidas no documento.³⁶

Desse modo, observamos que, mesmo utilizando o Relatório como fonte para suas pesquisas – o que também fazemos – e se constituindo em bibliografia importante para a construção do nosso trabalho, os referidos autores construíram uma análise diversa daquela a que nos propomos.

A viabilidade de acesso às fontes constituiu-se, também, como uma justificativa para nossa pesquisa. O Relatório foi divulgado no Diário de Natal e encontra-se disponível para consulta no setor de pesquisa dessa instituição; como também os exemplares do referido jornal no período de abril a setembro de 1964. Esse documento encontra-se disponível também no acervo da Base de Pesquisa: “Cultura, Política e Educação”, do Departamento de Ciências Sociais, da UFRN, onde iniciei as atividades de pesquisa como bolsista de Iniciação Científica no desenvolvimento do projeto “Metáforas da ordem: o discurso ‘legítimo’ sobre a educação”, sob orientação do Prof.º Dr.º José Willington Germano. Das atividades de

³⁵GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão, GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964: uma escola democrática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991 e COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos “guardiães da ordem”,** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –UFRN, Natal, 2004.

³⁶GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril e COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964.** In: **Caderno de História,** Natal, v. 3, n. 1, p.51-81, jan./jun. 1996.

pesquisa desenvolvidas, cuja fonte principal era o Relatório, resultou a minha monografia de conclusão de curso, intitulada “A imagem do ‘outro’: a visão dos defensores da ordem sobre os subversivos do Rio Grande do Norte (1964)”, na qual trabalhamos especificamente com o discurso da repressão sobre os denominados subversivos. E, ainda, a partir das atividades de pesquisa realizadas elaboramos o projeto que desenvolvemos no mestrado.

Com relação à estrutura do trabalho, optamos por uma divisão em três capítulos. No primeiro, analisamos a configuração dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte pelos defensores da ordem. Para a configuração desses espaços, a prerrogativa era a suposta ameaça comunista, evidenciada, de acordo com o discurso repressivo, nas mais diversas atividades desenvolvidas nesses – ou a partir desses – setores. Dessa forma, abordamos os elementos divulgados no discurso da repressão que demarcaram setores de atividades diversos como espaços “subversivos” e serviram de justificativa para as ações repressivas praticadas pelos órgãos de segurança. Abordamos, ainda, a particularidade da Prefeitura Municipal de Natal, cuja configuração como espaço da subversão fora resultado das divergências políticas entre o Executivo Estadual e o Executivo Municipal nessa nova conjuntura política.

No segundo capítulo, discorreremos sobre “limpeza” empreendida pelos defensores da ordem na Prefeitura Municipal, cujo objetivo era eliminar a “subversão” existente nesse setor de atividades. Iniciando-se com a invasão da Prefeitura, essa “limpeza” constituiu uma série de ações direcionadas ao Prefeito Djalma Maranhão e aos seus funcionários que redundou na modificação do quadro administrativo dessa instância do poder público. Nessa perspectiva, como as “atividades subversivas” praticadas na Prefeitura foram as ações desenvolvidas pelas administrações do prefeito Djalma Maranhão, principalmente aquelas desenvolvidas na sua segunda administração, pela Secretaria Municipal de Educação no âmbito da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, discorreremos sobre essas ações que, após a deflagração do golpe militar foram consideradas “subversivas” e serviram de respaldo para a “limpeza” empreendida pelos órgãos de segurança.

E no terceiro capítulo, a partir do discurso contido no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, analisamos a visão dos defensores da ordem acerca da Prefeitura Municipal de Natal. Tendo como respaldo o discurso anti-comunista, os defensores da ordem apresentaram outra imagem da Prefeitura: um espaço que abrigava a subversão. Dessa forma, analisamos as diversas “atividades subversivas” praticadas na Prefeitura, segundo o discurso da repressão, e como essas atividades, assim definidas, serviram para justificar as perseguições políticas a inúmeros cidadãos norte-rio-grandenses, que passaram a integrar a lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO 1

DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA: OS ESPAÇOS DA SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

CAPÍTULO 1 – DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA: OS ESPAÇOS DA SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

Michel Foucault

Com a chegada, ontem, a Natal dos Inspetores da Polícia Pernambucana – Carlos Veras e José Domingos – foram ultimados os detalhes para a instalação, na manhã de hoje, da Comissão de Inquérito policial destinado a apurar os fatos ligados à subversão comunista no Rio Grande do Norte.

Os dois policiais pernambucanos, postos a disposição do Governo do Estado, pelo Comando do IV Exército, chegaram em avião comercial, escoltando o bancário José Campelo Filho, funcionário do Banco do Brasil, em nossa capital.

Como se sabe, José Campelo Filho era Presidente do Sindicato dos Bancários e um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, em nosso Estado.

Logo após a sua chegada a Natal, foi transportado para o Quartel da Polícia Militar, onde funcionará a comissão.

O inquérito policial presidido pelos Inspetores Carlos Veras e José Domingos, apurará as atividades subversivas na área civil, como parte do Inquérito Policial-Militar que aqui será realizado.

A comissão de inquérito deverá ouvir depoimentos de todos os implicados, além de realizar outras investigações, para completo esclarecimento das atividades vermelhas no Rio Grande do Norte.

José Campelo Filho desembarcou no Aeroporto Augusto Severo, atraindo as atenções gerais, principalmente devido ao seu aspecto: barbado, em mangas de camisa e algemado. Campelo foi preso no Recife, logo no início da Revolução, quando regressava do Rio de Janeiro para Natal.³⁷

A reportagem divulgada no jornal Diário de Natal, logo após a formação da comissão de inquérito estadual, marca o início da nova configuração política que se desenhava no Rio Grande do Norte, no período imediatamente posterior à deflagração do golpe militar de 1964.³⁸ Estava aberta a estação de “caça à subversão” nos mais diversos setores de atividades, uma vez que no discurso dos detentores da ordem, a “subversão” poderia aparecer em qualquer espaço da vida social. E, nesse caso, os policiais pernambucanos que atuaram no cenário político norte-rio-grandense mostravam-se eficientes logo no momento do

³⁷DIÁRIO DE NATAL, 22 abr. 1964.

³⁸Embora a formação de comissões de investigação constituísse, de acordo com Elio Gaspari, a nova qualidade da repressão política que emanava do regime militar, como afirmamos anteriormente, necessário se faz evidenciar que a nomeação de uma comissão de inquérito, paralela a dos militares, pelo governador do estado, constituiu-se, de acordo com Mailde Galvão, num caso específico do Rio Grande do Norte (GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril, p. 32).

desembarque em Natal, visto que já traziam sob sua escolta o sindicalista José Campelo Filho para responder por suas atividades realizadas antes do golpe, que passariam a ser definidas como “subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem”.

O conteúdo da reportagem evidencia uma característica importante do trabalho da comissão de inquérito estadual que, numa amplitude geral, era observada nas outras comissões de inquérito: a materialização, para os guardiões da ordem, do que denominavam “ameaça comunista”. José Campelo Filho, na condição de presidente do Sindicato dos Bancários e um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte, constituía uma das inúmeras “ameaças à ordem”, no âmbito da sociedade norte-rio-grandense, dada a sua vinculação com entidades e movimentos sociais e políticos que, segundo as acusações feitas, contrapunham-se aos princípios democráticos, o que exigia o afastamento daquele sindicalista para que a ordem fosse restabelecida.

Partindo dessa premissa, qualquer setor de atividades da sociedade que naquela conjuntura política se contrapusesse ao regime militar, ou seja, que estivesse inserido na perspectiva do reformismo social do início da década de 1960 tornava-se potencialmente “subversivo”, “comunista”, “perigoso”, designações que eram atribuídas de acordo com as atividades realizadas nesses – ou a partir desses – setores. Logo,

o Estado não pode, evidentemente, tolerar uma oposição organizada que não seja controlada por ele. Em qualquer oposição, ele suspeita de subversão, de anarquia ou então simplesmente percebe a ação subterrânea do comunismo. Estamos em guerra. Numa guerra, toda e qualquer oposição ou é dirigida pelo inimigo ou então está fazendo o jogo do inimigo. Se o Estado entreabrir as portas à crítica, o comunismo infiltra-se imediatamente.³⁹

Nesse período, no qual aos órgãos de segurança caberia “salvar o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*” e ainda no qual o medo de que “um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos”, de acordo com Daniel Aarão Reis,⁴⁰ o Estado, ou os aparelhos do Estado, apresentaram-se como instrumentos privilegiados, ou quase únicos do poder, sendo os responsáveis por realizar uma “vigilância integral” da sociedade, tomando por empréstimo a expressão de Michel Foucault, constituindo-se num

³⁹COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 73-74.

⁴⁰REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 33-34 (Grifos do autor).

único e mesmo olhar que vigia as desordens, evita os perigos da criminalidade, sanciona todos os desvios. E se por acaso alguma coisa nesse olhar universal vier a se relaxar, a se adormecer em algum lugar, então o Estado não estará longe de sua ruína.⁴¹

Entretanto, apesar desse papel central atribuído aos aparelhos de Estado, como representantes quase únicos do poder, impondo-o para ordenar a sociedade, supostamente ameaçada pelo comunismo, acreditamos que para compreender a complexidade dos mecanismos do poder postos aqui em disputa, a análise exclusiva dos aparelhos de Estado desconsidera aspectos significativos nessa trama. E é tomando como referência as discussões feitas por Michel Foucault que embasamos nossa assertiva, no sentido de que “o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais finos, é muito mais ambíguo, porque cada um é, no fundo, titular de um certo poder e, em certa medida, veicula o poder”.⁴²

Desse modo, no campo de batalha no qual disputavam, segundo os representantes da ordem, a democracia e o comunismo, o discurso por eles produzido só se legitimava porque havia resistência *do outro lado da fronteira*, que no caso do Rio Grande do Norte se deu no plano das posturas políticas, ou seja, quando foram assumidas posturas políticas contrárias às das forças conservadoras que deflagraram o golpe militar. Como afirma Conceição de Góes:

à medida que crescia a participação popular a favor das reformas, crescia na mesma proporção, e de forma organizada, a reação a elas. Era uma resistência que se dirigia contra a participação popular, ou seja, contra a democratização. A presença do povo nas praças, a sindicalização rural, todos exigindo mudanças, assustaram não só os detentores de patrimônios, mas, também, a parte considerável da classe média, que buscava referências na elite econômica.⁴³

Observamos, portanto, que foram as aspirações que emergiram do movimento social em favor das reformas sociais, ou seja, a relação com movimentos sociais e políticos, organizações estudantis e sindicais, movimentos de educação e cultura popular, característicos do quadro de efervescência política do início da década de 1960; a vinculação, enfim, a “todas as formas de divergências, fossem elas reais ou imaginárias, atentatórias à ordem ou não”, que serviram de base para a construção de um discurso que demarcava os mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte como espaços da desordem social, da anarquia, da ameaça

⁴¹FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 (Ditos e Escritos, IV), p. 183.

⁴²Id. *Ibid.*, p. 184.

⁴³GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 176.

à ordem.⁴⁴ O que Octávio Ianni denominaria de “metamorfose da questão social em questão de segurança, administração e repressão”.⁴⁵

Não nos esqueçamos, assim, da “força dessas práticas rebeldes que respondem, de diversas maneiras, as microtécnicas de coerção”, visto que “a partida que se joga entre os procedimentos de assujeitamento e os comportamentos dos ‘assujeitados’ tem sempre a forma de um confronto, e não aquela de uma sujeição”.⁴⁶ É nesse confronto de posicionamentos que devemos pensar as disputas de poder na sociedade norte-rio-grandense pós-golpe, disputas de poder que relegaram para *o outro lado da fronteira* que dividia a sociedade entre democracia/comunismo, diversos setores de atividades, configurados como espaços “subversivos”.

Evidentemente, isso não significa dizer que os aparelhos de Estado não tenham mostrado sua eficácia nessa estação de “caça à subversão”, não tenham cumprido de forma objetiva o papel para o qual foram designados. O que queremos ressaltar é que as resistências manifestadas *do outro lado da fronteira* foram utilizadas para justificar as ações repressivas praticadas nesse período inicial de implantação do regime militar, sendo fundamental considerá-las para a compreensão da conjuntura política pós-golpe. E é o próprio Michel Foucault quem nos empresta novamente as palavras, ao afirmar:

Não tenho de modo algum a intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder do Estado. Acho simplesmente que, ao se insistir demasiado sobre seu papel, e sobre seu papel exclusivo, arrisca-se a deixar escapar todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que com frequência o sustentam bem melhor, o reconduzem, dão-lhe o máximo de eficácia.⁴⁷

Logo, foi para exercer uma atuação mais eficaz, amparados constitucionalmente pelo Ato Institucional, editado pelo Comando Supremo da Revolução, que os agentes da repressão trataram de demarcar os espaços da subversão no Rio Grande do Norte, ou seja, os setores nos quais, segundo eles, o comunismo havia se infiltrado e contaminado as atividades realizadas: a área rural, a Rede Ferroviária Federal, os setores sindical, estudantil, intelectual e Prefeitura Municipal de Natal.

⁴⁴COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos “guardiões da ordem”**, p. 83.

⁴⁵IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 138.

⁴⁶CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**, p. 144.

⁴⁷FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**, p. 184.

Os representantes do regime autoritário, ao demarcarem tais setores de atividades como “subversivos”, demarcavam, conseqüentemente, a linha da fronteira que não deveria ser transposta na sociedade norte-rio-grandense. A prerrogativa para a demarcação desses espaços como “subversivos” era a suposta ameaça do comunismo, ou pelo menos, como diria Joseph Comblin, a “suspeita do fantasma do comunismo”, que procurava subverter a pretendida ordem. Nesse sentido, “em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo”, dito de outra forma, em qualquer lugar onde houvesse contestação a ordem estabelecida, os órgãos de segurança eram acionados.⁴⁸

E nesse caso, ressaltamos a importância da construção de um discurso, por parte dos homens do poder, que atribuísse características para legitimar aqueles setores de atividades como “subversivos”: o Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”. E, nessa perspectiva, apesar de se constituírem como setores de atividades tão diversos, a homogeneização que os colocava no quadro geral da subversão no Rio Grande do Norte se dava sustentando a ligação de todos os setores de atividades investigados pela comissão com o comunismo, concebido, nesse período, como inimigo oficial do Estado, denotando aquilo que Pierre Bourdieu denominaria como o “poder de constituir pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação [sic] sobre o mundo”.⁴⁹

Tratava-se, portanto, utilizando uma metáfora de Michel Foucault, de revestir “molambos de roupagens que lhes são necessárias se quiserem que se lhes preste atenção na cena do poder”, ou seja, sustentar a ligação dos mais diversos setores de atividades – a área rural, a Rede Ferroviária Federal, os setores sindical, estudantil, intelectual e Prefeitura Municipal de Natal – com o comunismo tornava-os passíveis da ação dos órgãos de segurança e justificava, nesse período de “caça” ao comunismo, qualquer arbitrariedade cometida na condução das atividades de investigação.⁵⁰

Partindo dessa premissa, inúmeras são as expressões divulgadas no Relatório e que vão atribuindo a configuração “subversiva” às áreas de atuação investigadas pela comissão de inquérito, dada à atuação dos supostos subversivos e comunistas a elas vinculados. Expressões que, de modo geral, são apresentadas de forma isolada, desconexa, sem definição convincente, mas que, por isso mesmo, são sobretudo significativas, corroborando a relação poder/saber, proposta por Michel Foucault, constituindo-se como “produções de verdades” – a saber: “linha de trabalho e conduta de natureza nitidamente esquerdo-comunista”, “livros,

⁴⁸COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 55.

⁴⁹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p. 14.

⁵⁰FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**, p. 218.

jornais e panfletos com literatura de conteúdos comunistas”, “associado da célula comunista”, “documentos de caráter nitidamente subversivos”, “linha chinesa”, “peregrinações e propaganda de natureza subversivos”, “reuniões de caráter subversivo”, “agitador comunista e ultraradical”, “pregações estupidamente subversivas e altamente criminosas”.

Desse modo, segundo os agentes da ordem, na batalha que se travava contra o comunismo, aquelas “produções de verdades” tiveram um papel singular, visto que forneciam os elementos necessários para a legitimação, naquela conjuntura política, dos setores de atividades até então comuns na sociedade norte-rio-grandense, como espaços da subversão, o que justifica a assertiva de Michel Foucault segundo a qual

essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.⁵¹

Na conjuntura política pós-golpe de 1964, as “produções de verdades” daqueles que exerciam a função de defensores da ordem, divulgadas no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” como discurso oficial, após o trabalho de investigação desenvolvido, foram fundamentais para configurar os mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte como espaços “subversivos”, justificando as ações repressivas desencadeadas pelos órgãos de segurança do Estado no cenário político norte-rio-grandense contra várias formas de divergências ao regime ditatorial instaurado.

1.1 – “Atividades ilegais e atentatórias à segurança do estado”: a subversão na “área rural” e na “Rede Ferroviária Federal”

Nos espaços da subversão denominados de “área rural” e “Rede Ferroviária Federal”, o trabalho de investigação foi realizado por José Domingos da Silva, trabalho no qual “dezenas de depoimentos foram tomados. Inúmeras diligências foram efetuadas, em Natal e por todo interior potiguar” e ainda no qual “até em Estados vizinhos se estendeu a ação investigadora do competente policial”. Tudo isso com o objetivo de conter a subversão supostamente existente nesses dois setores de atividades.⁵²

⁵¹FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**, p. 229.

⁵²RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 01.

A “área rural” e a “Rede Ferroviária Federal” foram efetivamente configuradas como espaços “subversivos” pelo discurso produzido pelos agentes da ordem, divulgado no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, elaborado a partir das atividades repressivas desenvolvidas nestes dois setores de atividades. Fato que denota a importância do relato na configuração dos espaços da subversão no estado. Importância, inclusive, referenciada por Michel de Certeau ao discutir as operações de demarcação dos espaços. Para o referido autor, nas operações de demarcação, que teriam, entre outras, “a função de fundar e articular espaços”, o relato tem um papel decisivo, uma vez que é através dele que os elementos que ordenam as organizações espaciais são compostos, confrontados, deslocados, fundados, delimitados.⁵³

Logo, o Relatório, como relato das atividades dos órgãos de segurança, foi fundamental para configurar os espaços da subversão. Desse modo, no que se refere à “área rural”, segundo consta no Relatório assinado por José Domingos da Silva, o Partido Comunista vinha

se utilizando de todos os meios de propaganda, de pessoas e de associações para dêsse modo, realizar de uma maneira rápida e direta uma forma de conscientização no seio da sociedade do Rio Grande do Norte, quer no setor da cultura mais elevada do Estado, [...] quer mesmo no âmbito das camadas mais pobres, simples e humildes – operários, camponeses e funcionários de modestas categorias. [A preocupação maior do Partido era, portanto] a conquista do Proletariado Rural e dos Camponeses e dos Pequenos proprietários de terras.⁵⁴

Nessa perspectiva, o suposto plano dos considerados “agitadores comunistas” para a implantação de uma República Socialista no País, tendo como um dos focos de sublevação a “área rural”, apresentava como principais atividades investigadas por José Domingos, a “propaganda subversiva no campo”, “invasão de propriedades” e “organização armada”.

O que caracterizava a “propaganda subversiva no campo” era, de acordo com o relato, a realização de conferências, comícios, venda e distribuição de jornais vinculados ao Partido Comunista, sendo os principais responsáveis por esse tipo de “atividade subversiva”, Francisco Julião, que “caracterizava suas atividades através das Ligas Camponêsas no Interior dêste Estado com o emprêgo de termos violentos e radicais, empregando inclusive a força para invadir propriedades” e Pe. Alípio de Freitas, que se prevalecia “inclusive da qualidade de representante da Igreja Católica” para, dessa forma, “melhor seduzir os incautos, menos

⁵³CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 208-209.

⁵⁴RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 03.

favorecidos pela sorte e ignorantes produzindo, assim, aspectos tipicamente negativos para a solução dos problemas mais graves dos humildes homens do Campo”.⁵⁵ Os referidos indiciados pronunciaram, segundo consta no Relatório, “os mais violentos, agressivos e radicais discursos” quando da instalação das ligas camponesas no Rio Grande do Norte.

No que se refere às “invasões de propriedades”, lê-se no Relatório que as mesmas eram realizadas sob várias formas, “obedecendo a um plano bem delineado pelo Partido, o qual, para tal, vinha empregando, inclusive, alguns dirigentes de Sindicatos Rurais”. O indiciado apontado como orientador direto, o “cabeça” desse tipo de atividade foi José Rodrigues Sobrinho, que “mantinha viva e íntima ligação com vários indivíduos que pregavam e faziam a subversão social na Capital e no Interior, não só através de contactos [sic] e ajustes”, como também “redigindo, distribuindo e publicando na Imprensa local, Manifestos tipicamente subversivos, declarando publicamente sua linha de conduta e sua irrestrita solidariedade a conhecidos agitadores comunistas”.⁵⁶

No tocante à “organização armada”, esta se traduzia, de acordo com a visão expressa no Relatório, num processo paralelo ao “plano de agitação no campo”, de “modo rápido e disciplinado”, através da compra de armas e da instrução aos camponeses sobre como empregá-las. O indiciado Pedro Simão Pereira, que “tomava parte e realizava instalações de Delegacias das Ligas Camponesas no interior deste Estado” e ainda “era o elemento encarregado da compra de armas para as Delegacias das Ligas Camponesas”, foi apontado como o principal responsável por essa atividade.⁵⁷

Entretanto, apesar de serem descritas separadamente, percebemos a preocupação do representante do regime autoritário em identificar um objetivo comum nas atividades praticadas pelos supostos subversivos e comunistas, na “área rural” do Rio Grande do Norte: deflagrar a Revolução Brasileira. Daí a necessidade de mobilização dos protetores da ordem para conter a subversão na “área rural” para que a ordem democrática não fosse perturbada pela deflagração da Revolução Brasileira, o que resultou no indiciamento de vinte e oito lideranças camponesas no Rio Grande do Norte, fato que para Moacyr de Góes significou o “resultado de mesquinhas perseguições políticas locais, do medo dos proprietários rurais, e evidentemente, da ignorância, má-fé e ódio ideológico dos dirigentes de IPMs”.⁵⁸

⁵⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 14 e 15.

⁵⁶Ibid., p. 04.

⁵⁷Ibid., p. 13.

⁵⁸GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):** uma escola democrática, p. 42.

Em realidade, partindo do pressuposto de que “as reivindicações sociais destroem a unidade da nação”, como afirma Joseph Comblin,⁵⁹ sustentar que as ações realizadas na “área rural” tinham como objetivo comum deflagrar a Revolução Brasileira, liderada pelos supostos comunistas e subversivos, constituía uma estratégia eficaz para transformar em questão de segurança a organização dos trabalhadores em associações que passaram a defender a transformação da estrutura agrária, a exemplo dos sindicatos rurais e das ligas camponesas. Segundo Conceição de Góes, os trabalhadores rurais

ameaçados pelos donos da terra, se juntavam no salão paroquial, nos terreiros de suas casas, nas feiras das pequenas cidades, para tomar conhecimento de seus direitos. Iniciava-se o processo de organização camponesa. [...] A partir daí, organizavam-se em sindicatos ou ligas. Essa mudança no comportamento dos camponeses não era bem-vista pelos proprietários [...]. A presença da Igreja dificultava a alegação de que a organização dos trabalhadores era obra somente dos comunistas.⁶⁰

Organizados em sindicatos rurais ou em ligas camponesas, as lutas dos trabalhadores rurais em defesa de melhorias das condições de trabalho no campo e, numa amplitude geral, em defesa da reforma agrária, tornavam-se mais consistentes, fato que representava uma ameaça à estrutura agrária, caracterizada pelo monopólio da propriedade da terra e, conseqüentemente, assustava a elite latifundiária que, de acordo com Moacyr de Góes, “jamais ouvira um discurso reivindicatório dos deserdados da terra que, agora, falavam de um modo organizado em sindicatos e ligas. Daí o golpe de 1964 ter reservado uma investigação específica para o campo”.⁶¹

É nesse sentido que entendemos a assertiva de Pierre Bourdieu segundo a qual “as diferentes classes e fracções [sic] de classes, estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses”. Logo, como se tratava de uma conjuntura política na qual qualquer atividade que apresentasse propostas de transformação social passava a representar um “perigo” à ordem estabelecida pelos representantes do regime autoritário, atribuir uma configuração “subversiva” às atividades realizadas na “área rural” ou – utilizando as palavras de Pierre Bourdieu – produzir “em forma transfigurada o campo das posições sociais”, constituía-se como estratégia eficaz para o restabelecimento da ordem.⁶²

⁵⁹COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 87.

⁶⁰GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia, p. 143.

⁶¹GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**: uma escola democrática, p. 42.

⁶²BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p. 11.

Nessa perspectiva, segundo consta no discurso oficial, a formação das ligas camponesas, “cuja atuação sobre o homem rude, simples e ignorante, do campo, vinha formando e produzindo uma mentalidade agressiva para com tudo e com todos” e dos sindicatos rurais, nos quais os supostos subversivos e comunistas vinham “praticando atos e orientando dirigentes de maneira bem diversa das preconizadas pela Arquidiocese”, invadindo propriedades, incitando trabalhadores a fazer queima de lavouras, sublevando a ordem pública através de manifestos de conteúdos subversivos, ocupavam posição de destaque na ação subversiva no campo.⁶³

Ocorre, todavia, que esse discurso divulgado no Relatório como forma de evidenciar o “perigo” existente na “área rural” é passível de questionamentos em muitas das suas verdades produzidas. Nesse caso, por exemplo, a referência exhaustiva à formação das ligas camponesas como fundamental para a ação subversiva no campo, no Rio Grande do Norte, é questionável, considerando-se que, embora aquela formação tenha sido certamente um dos fenômenos mais importantes para a organização dos camponeses, não houve no Rio Grande do Norte uma expansão significativa das ligas, como se verificou nos estados de Pernambuco – onde, inclusive, foi fundada a primeira liga, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE) – e da Paraíba, em função da eficiente atuação da Igreja Católica no meio rural.⁶⁴

Na realidade, a organização dos trabalhadores rurais nas ligas camponesas e nos sindicatos, defendendo entre outras coisas, a reforma agrária, representava uma ameaça ao monopólio da propriedade da terra, ameaçando, assim, os grandes latifundiários que respondiam a essa organização “freqüentemente com violências, e, não raro, contando com a ajuda da polícia”.⁶⁵ Observamos, portanto, que “a rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo de organização sindical”.⁶⁶ Fato que justificava a preocupação, por parte das forças repressivas,

⁶³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 03 e 05.

⁶⁴A crescente organização e mobilização dos trabalhadores rurais levaram a Igreja Católica a desenvolver um trabalho mais organizado e sistemático no meio rural. E, diferentemente das ligas e do PCB, a Igreja entrava politicamente no campo com uma complexa rede de organizações, especialmente no Rio Grande do Norte. Além de estar presente em todos os municípios com os seus vigários e párocos, dispunha ainda da FTR, da FTA, do MEB, da JAC, dispondo ainda de dois jornais e de uma Rádio (Rádio Rural de Natal); sendo o marco da ação mais organizada da Igreja a fundação, por Dom Eugênio Sales, Administrador Apostólico de Natal, em 1960, do SAR, cujo objetivo era livrar os trabalhadores rurais da influência do Partido Comunista e evitar a expansão das ligas camponesas (COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964. p. 68 e 71).

⁶⁵Id. Ibid., p. 67.

⁶⁶ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, p. 25.

em atribuir uma configuração “subversiva” a “área rural” como forma de conter o processo de organização dos trabalhadores, sobretudo nos sindicatos.

Dessa forma, os trechos dos depoimentos dos indiciados desse setor de atividades divulgados no Relatório evidenciavam que, de modo geral, os interrogatórios eram conduzidos no sentido de absorver do indiciado elementos que comprovassem a “subversão” existente no setor de atividades ao qual era vinculado. Logo, participação em comícios, reuniões, homenagens, caravanas para o interior do estado, posicionamento político, ligação com o comunismo sob as mais diversas formas, constituíram algumas das “atividades proibidas”, cuja realização implicava em perseguição dos órgãos de segurança e configuração do espaço no qual eram realizadas essas atividades como “subversivo”. Para confirmar essa assertiva, observemos as acusações feitas ao indiciado da “área rural” Geraldo Pereira de Paulo:

Contribuía para as finanças do PC. Participava de movimentos nacionalistas com pregações de natureza tipicamente subversivas. Organizou e participou de fundações e instalações de Ligas Camponesas no Interior deste Estado [...]. Participava de caravanas [...] para municípios do Interior [...]. Participou ativamente da instalação da Liga Urbana, em Natal, tendo inclusive discursado naquela oportunidade. Viajava [...] para cidades do interior dêste Estado. [...] Foi e é favorável à Revolução cubana realizada por Fidel Castro. Frequentava sede do PC na cidade de Natal, participando inclusive dos festejos ali realizados. Era o emissário escolhido como elemento de ligação direta entre Floriano Bezerra e Francisco Julião [...]. Era também homem de ligação direta entre Floriano Bezerra e o ex-governador Miguel Arraes [ex-governador de Pernambuco].⁶⁷

Embora a citação evidencie as supostas “atividades subversivas” que eram questionadas nos interrogatórios com maior frequência, consideramos relevante fazer referência a outras atividades que foram apontadas para comprovar a subversão existente, conforme defendiam os representantes da ordem, na “área rural” do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, em alguns casos, as acusações feitas pelos homens do poder faziam referência a períodos muito anteriores a 1964, evidenciando, assim, a preocupação acentuada em estabelecer a ligação do considerado subversivo com o Partido Comunista, para comprovar o “pecado” contra a segurança nacional, ainda que as referências fossem ao período em que o Partido estava na legalidade ou a um período de conjuntura política diversa daquela na qual o Relatório foi produzido. É o que podemos observar nos trechos do

⁶⁷RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 08-09.

depoimento do agricultor Francisco Vital da Silva, acusado de ter instalado “uma célula do PC em sua residência no ano de 1947, época em que o Partido estava na legalidade”.⁶⁸

Portanto, foi por representar, em grande medida, uma ameaça ao monopólio da propriedade da terra, levantando a bandeira de luta pela reforma agrária, que a “área rural” foi configurada como espaço da subversão, no qual os supostos subversivos e comunistas que atuavam nesse setor de atividades almejavam deflagrar a Revolução Brasileira, “objetivo pernicioso anti-cristão e criminoso que, graças ao evento do Movimento Revolucionário de 31 de março do corrente ano, não enlutou a Nação Brasileira!”,⁶⁹ ou seja, os aparelhos do Estado construía a legitimidade do seu discurso porque os questionamentos propostos na – ou a partir da – “área rural” contrabalançavam as forças do poder ditatorial instaurado, o que exigia uma contrapartida imediata.

No que se refere ao espaço “subversivo” representado pela “Rede Ferroviária Federal”, cujas atividades de investigação abraçaram “fatos e atos praticados e relacionados com os funcionários e ex-funcionários” desse setor de atividades no Rio Grande do Norte, que “pela sua natureza, extensão e profundidade se caracterizaram como atividades ilegais e atentatórias à Segurança do Estado e a Ordem Política e Social do País”, observamos a preocupação dos detentores da ordem em enaltecer as “atividades subversivas” desenvolvidas nessa repartição que serviram de respaldo para configurá-la como um espaço que abrigava a subversão.⁷⁰

Como o objetivo era “limpar” a “Rede Ferroviária Federal” do “perigo” do comunismo, inúmeras ações realizadas pelos funcionários dessa instituição, por estarem inseridas na perspectiva do reformismo social do período em apreço, adquiriram uma configuração “subversiva”, “comunista”, “perigosa”, configurações que justificavam a ação dos órgãos de segurança do Estado.

Partindo dessa premissa, as “atividades subversivas” apontadas com maior ênfase e que por esse motivo serviram de roupagem para demarcar esse setor de atividades como espaço da subversão, foram as greves “conclamadas” por alguns servidores, as “pregações esquerdistas” ou a ligação com o suposto grupo que atuava entre os ferroviários, formado por Berenice de Freitas e Terezinha de Brito Braga, indiciadas nesse setor de atividades,

⁶⁸RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 07.

⁶⁹Ibid., p. 05.

⁷⁰Ibid., p. 17.

qualificadas como “agitadoras e disseminadoras de idéias e atividades subversivas” e acusadas de proferirem debates, discussões, de participarem em reuniões.

Confirmava-se, assim, a assertiva de Joseph Comblin segundo a qual “o Estado de Segurança Nacional vê como fraquezas os debates, as discussões e os questionamentos que caracterizam os regimes democráticos liberais”.⁷¹ Fraquezas que traduzimos como resistências manifestadas *do outro lado da fronteira*, que entraram em contato com o poder ditatorial instaurado e provocaram suas forças e, nesse caso, recorrendo às expressões de Roger Chartier, “os procedimentos disciplinares, as tecnologias de vigilância” - aqui representados pelos guardiões da ordem que conduziram as investigações para apurar a subversão no Rio Grande do Norte – “são constituídos como os mecanismos essenciais da organização e do controle social”.⁷²

E para que a organização e o controle social fossem mantidos, a atribuição de sentidos outros às atividades realizadas pelos ferroviários “subversivos” foi eficaz para direcionar as ações repressivas. Sendo assim, consta no Relatório que as indiciadas Berenice de Freitas e Terezinha de Brito Braga, “juntas e, algumas vezes, acompanhadas de elementos agitadores” da “Rede Ferroviária Federal”,

promoviam debates, reuniões e até mesmo discussões em torno de problemas políticos, prejudicando, assim, não só a boa marcha de produção por parte dos servidores mas sobretudo predispondo o espírito, o sentimento e o pensamento de cada servidor da Rêde contra a estrutura sócio-político-administrativa do País, comportamentos aquêles que nos dão inclusive uma idéia clara, objetiva e sobretudo conclusiva do quanto de subversivo vinham as mesmas indiciadas praticando e produzindo no seio da classe ferroviária deste Estado.⁷³

Desse modo, nesse período de estação de “caça” à subversão, no qual as atividades repressivas dos agentes da repressão visavam, sobretudo, todos aqueles que demonstravam afinidade com o governo João Goulart, deposto pelo golpe, simpatia por suas propostas, alinhamento ideológico com o espírito reformista característico do período, ou então, tinham participação nas diferentes estruturas da administração pública, o discurso oficial que configurou a “Rede Ferroviária Federal” como espaço da subversão enfatizava, evidentemente, os elementos que tivessem relação com esse quadro.⁷⁴ As acusações feitas ao indiciado Walter Batista de Andrade, por exemplo, enfatizavam que o mesmo havia

⁷¹COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 73.

⁷²CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes, p. 143.

⁷³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 19-20.

⁷⁴BRASIL: nunca mais. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 240.

conclamado os servidores da Oficina Metálica da RFFSA, em Natal, a abandonarem o trabalho, em solidariedade ao então Presidente da República, depôsto, João Goulart, e como represália aos Comandos Militares que haviam depôsto o senhor João Goulart; fazer pregações subversivas [...] ameaçar os seus companheiros que discordavam das suas idéias; [...] desacatar os seus companheiros chamando-os de “Gorilas” e de “Reacionários”, quando os mesmos discordavam das suas pregações esquerdistas; fazer parte do grupo atuante dentro da Rêde e composto de Terezinha de Brito Braga e outros.⁷⁵

Nesse momento, o poder das palavras tornou-se imperativo para a construção dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte, enumerando características que, na conjuntura política pós-1964, traduziam-se como indicadores do “perigo” que um determinado espaço representava para a sociedade norte-rio-grandense. Os movimentos grevistas, por exemplo, apontados como os principais “atos subversivos” praticados no espaço “subversivo” representado pela “Rede Ferroviária Federal” foram assim definidos, no discurso da repressão:

Os movimentos grevistas, que tinham por finalidade a conquista de determinados direitos e vantagens por órgãos de classe, vinham de há muito sendo realizadas na RFFSA com características tipicamente político-radicalis e disciplinadas por uma “LINHA JUSTA” de sentido comuno-esquerdista e cujos atos traduziam a iminente derrocada do nosso sistema de governo democrático e de uma inoportuna e anti-cristã campanha para instalação de um govêrno anárquico totalitário e de classe em nosso País.⁷⁶

Depreendemos, portanto que, diante do suposto perigo representado pela atuação do comunismo nas mais diversas instâncias da sociedade, “a intervenção de um poder político sem limites na relação cotidiana torna-se, assim, não somente aceitável e familiar, mas profundamente almejada, não sem se tornar, por isso mesmo, o tema de um medo generalizado”.⁷⁷ Essa intervenção, no caso do Rio Grande do Norte, consubstanciou-se em “operações de demarcação”, utilizando uma expressão de Michel de Certeau, “compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricoladas’ num todo único.”⁷⁸ Esse todo único era, na conjuntura em apreço, o suposto quadro de subversão da ordem, capitaneado pelo Partido Comunista.

⁷⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 17.

⁷⁶Ibid., p. 20.

⁷⁷FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**, p. 215.

⁷⁸CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer, p. 208.

Partindo dessa premissa, que aliás norteou todo o trabalho da comissão de inquérito estadual, os agentes da ordem, convictos do muito de “subversivo”, “perigoso”, “comunista” que foi apurado na “Rede Ferroviária Federal”, concluíam que:

o pretendido Plano de Construção do PC no País estava em franco desenvolvimento e montado em sólidas bases na RFFSA, fazendo assim periclitare um dos maiores organismos autárquicos do País e produzindo inclusive funestas conseqüências em tôda uma Tranqüilidade da Nação.⁷⁹

A “tranqüilidade da Nação”, ou seja, a “estabilidade política e ausência de reivindicações populares que possam perturbar o domínio das classes dominantes que constituem a minoria da sociedade”⁸⁰ estava assegurada, visto que o “perigo” que ameaçava essa tranqüilidade havia sido identificado e apontado para que a tão propalada “ordem democrática” fosse restabelecida, o que significava afastar dos quadros da Rede Ferroviária Federal todos aqueles que, pelas ações realizadas, mostravam posturas contrárias às dos defensores da ordem. Assim, José Domingos da Silva, convicto da realização da tarefa para a qual fora designado, dirigindo-se ao secretário de segurança do Rio Grande do Norte, afirmava que

apesar da carência de meios para instalação de um Serviço de Segurança em cada Estado da Federação, a República Brasileira conseguiu despertar do seu letárgico sono de confiança para, unidos militares e civis, homens e mulheres, realizar o Movimento Revolucionário de 31 de março, desalojando do Governo os corruptos e os subversivos que vinham estigmatizando o nosso Governo no concerto internacional, corrompendo as consciências do nosso Povo, deturpando a cultura dos nossos Jovens com ensinamentos alienígenas e solapando a economia do Estado e a Segurança do País.⁸¹

E como consumação do trabalho de investigação empreendido por José Domingos da Silva nos espaços da subversão representados pela “área rural” e pela “Rede Ferroviária Federal”, o Diário de Natal publicou reportagem em que explicitava:

Inquérito da subversão comprovou, no Rio Grande do Norte:

Sublevação das massas para a implantação de uma República Socialista, no país:

A subversão na área rural do Estado e na Delegacia da Rêde Ferroviária

⁷⁹RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 20.

⁸⁰GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 164.

⁸¹RELATÓRIO... Op. Cit., p. 20.

Federal do Nordeste, foi comprovada e apurada, com os inquéritos realizados, sob a presidência do bel. José Domingos, da polícia pernambucana, posto à disposição do Governo do Estado.

Os inquéritos já estão, há vários dias, em poder do Governador do Estado. Resta saber, ainda, o destino dos autos: justiça comum, ou militar?

Durante exatamente cinco meses, o policial pernambucano desenvolveu um trabalho penoso. Ouviu dezenas de depoimentos, empreendeu inúmeras diligências, nesta capital e nos mais distantes pontos do Estado. Seguindo pistas, às vezes, até em outros Estados, descobriu o fio da meada e agora apresenta a sociedade os apontados como responsáveis pela agitação na área rural e na área ferroviária do Estado.⁸²

Confirmava-se, segundo os representantes do regime autoritário, o quadro de subversão da ordem, nesses dois setores de atividades, demarcados como espaços da subversão, visto que as atividades realizadas nessas áreas tinham como objetivo principal realizar a pretendida “Revolução Brasileira”, ou seja, a “tomada do poder”, liderada pelo Partido Comunista, que exercia “influência perniciosa” nessas áreas de atuação da comissão de inquérito instituída por Aluizio Alves.

Dessa forma, atividades que deveriam representar o exercício pleno da cidadania adquiriram, no discurso dos protetores da ordem, outra conotação – dada a suposta ligação com o comunismo – suficiente para fornecer o respaldo legal às arbitrariedades cometidas em nome da ordem, da segurança, da democracia, nesse período de repressão política a várias formas de divergências ao regime ditatorial instaurado.

1.2 – A “infiltração vermelha” atinge sindicalistas, estudantes e intelectuais

Constituindo-se como espaços de contestação característicos do início da década de 1960, os meios sindical, estudantil, intelectual, foram enquadrados também *do outro lado da fronteira*, do lado passível da ação dos órgãos de segurança. Nesses setores de atividades, as investigações ficaram sob a responsabilidade de Carlos Moura de Moraes Veras que, inclusive, afirmara que foi obrigado a concluir o inquérito “num período maior do que previra, não só pelas dificuldades iniciais na colheita de informações e realização de diligências”, mas principalmente “pelo dever de fornecer a autoridades civis e militares – interessadas na apuração de responsabilidades – informações, dados e esclarecimentos necessários a completa elucidação da subversão existente neste Estado”.⁸³

Seguindo a lógica das ações repressivas, nesses setores de atividades também houve a

⁸²DIÁRIO DE NATAL, 20 set. 1964.

⁸³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 21.

intervenção da “usina de punições políticas instalada no amanhecer do regime”,⁸⁴ - representada no Rio Grande do Norte pela comissão de inquérito estadual – uma vez que, segundo consta no discurso da repressão, o Partido Comunista se infiltrara

nos sindicatos por meio dos seus ‘sindicalizados’ agitando êsse setor. [...] Aproximou-se dos estudantes incultindo-lhes o espírito de luta. [...] Aproximou-se dos políticos nacionais e dos partidos políticos entabulando negociações, tudo isso visando atingir os seus objetivos, que é a tomada do poder.⁸⁵

Nesses setores de atividades, obedecendo à lógica que norteava a configuração dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte, a divulgação no Relatório de um conjunto de atividades realizadas que passaram a ser denominadas de “subversivas”, “comunistas”, “perigosas” após a deflagração do golpe, fora o recurso utilizado pelos protetores da ordem para enquadrá-los na arena da subversão norte-rio-grandense.

Dessa forma, sobre o espaço “subversivo” representado pelo “setor sindical”, no qual segundo os representantes da ordem, “o agrupamento de uma classe em torno dos seus sindicatos despertou a cobiça do PCB que viu nêsse aglomerado de trabalhadores a possibilidade de difundir seu Programa e passar a dirigi-los”, consta no Relatório que

a infiltração vermelha atingia todos os setôres do Movimento Sindical dêste Estado, verificando-se dos últimos três anos um recrudescimento de atividades fora do comum, traduzindo-se num clima de insatisfação despertada no operariado, refletindo-se através de greves ilegais, manifestações públicas e agitações que abalaram a normalidade da vida dêste Estado e do País.⁸⁶

Na realidade, a “infiltração vermelha” era a interpretação das forças repressivas para a organização dos trabalhadores das mais diversas categorias em sindicatos, em defesa das reivindicações trabalhistas, que passaram a participar ativamente do quadro de efervescência política característico do período. As ações repressivas direcionadas ao “setor sindical”, “setor duramente atingido nos primeiros momentos do governo militar”, confirmava a “preocupação das autoridades recém-empossadas em neutralizar prioritariamente as atividades de oposição” desenvolvidas pelos sindicalistas em seus sindicatos.⁸⁷ Isso porque, como afirma Willington Germano, os trabalhadores urbanos

⁸⁴GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, p. 130.

⁸⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 22-24.

⁸⁶Ibid., p. 24.

⁸⁷BRASIL: nunca mais. Perfil dos atingidos, p. 119.

não se limitavam a mobilizar-se em função exclusiva dos interesses econômicos imediatos, traduzidos principalmente pelas reivindicações salariais, mas começavam também a participar de mobilizações políticas (como de resto ocorria no Brasil inteiro). Este foi o caso da greve deflagrada por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando forças direitistas tentaram impedir a posse de Jango; foi o caso também da mobilização em favor de Cuba, ameaçada de invasão pelos Estados Unidos; foi o caso das mobilizações em favor das reformas de base, isto sem contar que, em 1959, as forças de esquerda, rompendo o círculo de ferro das oligarquias, iriam eleger Miguel Arraes prefeito do Recife e, três anos depois, governador de Pernambuco. Em 1960, essas mesmas forças elegeram Djalma Maranhão prefeito de Natal, capital do Rio Grande do Norte.⁸⁸

A organização do operariado nos sindicatos representava, para o Partido Comunista, conforme consta no discurso dos homens do poder, a possibilidade de difusão do programa do Partido e de controlar os seus membros, tornando-os disseminadores das idéias “subversivas”.⁸⁹ Sendo assim, nessa esteira da “caça” ao comunismo e à subversão, tornava-se necessário uma ação rápida dos órgãos de segurança contra o “setor sindical” norte-rio-grandense para que a ordem democrática fosse restabelecida.

Partindo dessa premissa, na parte do Relatório referente ao “setor sindical”, percebemos a preocupação por parte dos detentores da ordem, em enaltecer a relação que os sindicalistas estabeleciam com inúmeras entidades supostamente criadas graças ao trabalho despendido pelo Partido Comunista junto ao movimento sindical e que, portanto, conferia uma conotação “perigosa”, “subversiva”, “comunista” à organização dos trabalhadores, das mais diversas especialidades, em sindicatos, principalmente o CONSINTRA, que fora substituído no ano de 1962 pelo CGT e que nos estados atuava através do CET. Essa última referenciada com maior ênfase, visto que, sendo uma entidade em nível estadual, estava dentro do território de “caça” onde atuavam os membros da comissão de inquérito estadual.

Ressaltamos, todavia, que embora figurem no Relatório assinado por Carlos Veras como entidades resultantes “do trabalho do PCB junto às massas sindicalizadas”, essas organizações representavam, para Moniz Bandeira, um amadurecimento político do proletariado que naquela conjuntura ameaçava as elites dirigentes. Para o autor,

⁸⁸GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 29-30.

⁸⁹De acordo com Homero Costa, no Rio Grande do Norte, o Partido Comunista teve uma grande inserção junto ao movimento sindical. Já estava presente desde o final da década de 1920, quando ajudou a organizar diversos sindicatos no estado, entre os quais o dos salineiros, estivadores, sapateiros, funcionários públicos e ferroviários. De 1945 a 1947, ou seja, no pouco tempo em que esteve na legalidade, o partido intensificou o processo de sindicalização, fato que passou a ser uma preocupação para o governo e as elites locais, especialmente para os latifundiários (COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964, p. 63).

o proletariado, desde o episódio da luta pela posse de João Goulart [quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961] amadureceu politicamente como classe, e os líderes sindicais formaram o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras associações em nível regional, a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas, como também para influir nas decisões do poder público, em sua política e mesmo em sua composição.⁹⁰

Ocorre, porém, que esse amadurecimento político sugerido por Moniz Bandeira adquiriu sentidos outros, transfigurados, distorcidos, ressignificados para atribuir a configuração subversiva ao “setor sindical” norte-rio-grandense. E, nesse caso, é oportuno recorrermos a Conceição de Góes quando afirma que as aspirações sociais surgidas no movimento social passaram a ser confundidas com desordem social. Para a autora, naquela conjuntura política os guardiões da ordem

viam nas manifestações trabalhistas os males do “comunismo e da subversão”, incentivados pelo ex-presidente João Goulart [...], pelos governos estaduais que defendiam as reformas de base (principalmente Miguel Arraes, de Pernambuco), pelo PCB, pelas organizações sindicais, pelas Ligas Camponesas, pelas lideranças nacionalistas, pelo movimento estudantil, por todos aqueles que defendiam mudanças no contexto do pacto populista. Reivindicações, greves e presença de trabalhadores no espaço da política eram sinônimos de subversão.⁹¹

Desse modo, as diversas manifestações, realizadas por lideranças sindicais do estado, tanto em períodos anteriores quanto posteriores ao golpe, foram apontadas também como prova das “atividades subversivas” dos participantes do movimento sindical e contribuíram para configurar esse espaço como “subversivo”. É o que se observa nos trechos do depoimento do sindicalista Antônio Silvério da Silva, no qual lê-se que:

no dia 13 de março do corrente ano [1964] o declarante e vários trabalhadores da orla marítima realizaram um comício na Praça Maria Duarte, lá em Areia Branca, em solidariedade ao então Presidente João Goulart que naquela data estava assinando o decreto de criação da SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária; [...]; Que no dia 2 (dois) de abril do corrente ano, realizou-se uma greve geral em três sindicatos de Areia Branca: Sindicato dos Marítimos, Sindicato dos Mestres Arrais e Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Pôrto de Areia Branca, do qual é Presidente êle declarante; Que a mencionada parêde [sic] foi declarada em

⁹⁰BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**, p. 77.

⁹¹GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 185.

repulsa à deposição do então Presidente da República João Goulart pelo Movimento Revolucionário de 31 de março.⁹²

Outra preocupação dos agentes da repressão, evidente em vários depoimentos era – dentro da perspectiva do discurso anti-comunista – apontar os comunistas infiltrados no meio sindical do Rio Grande do Norte. A “infiltração” de supostos comunistas nos mais diversos sindicatos servia de respaldo para consubstanciar o “perigo” que as organizações sindicais representavam para a ordem democrática e foi amplamente referenciada no Relatório assinado por Carlos Veras. É o que podemos observar no trecho do depoimento do sindicalista Evlim Medeiros. Referindo-se aos membros do Comando Estadual dos Trabalhadores e do seu sindicato, o mesmo afirmou que:

dos componentes dessa diretoria o declarante conhece como sendo comunista os senhores José Campelo Filho, [...], João Ferreira de Macêdo Sobrinho, João Alves Cavalcanti [José Alves Cavalcanti], Floriano Bezerra de Araújo e Pretextato José da Cruz, o qual se dizia abertamente ser um soldado da Revolução. [...] no seu sindicato [...] conhecia como comunistas [entre outros] Egídio Melo, sendo êste dos mais exaltados, sendo do seu conhecimento que o mesmo vivia a aconselhar os trabalhadores em geral a comprarem armas e os que não pudessem, comprassem ao menos um espêto para ser usado no dia que se fizesse necessário na Revolução.⁹³

É interessante observar que para a identificação dos supostos subversivos e comunistas “infiltrados” no espaço da subversão representado pelo “setor sindical” referenciava-se, além das ligações com o Partido Comunista Brasileiro, a ligação com os quadros do comunismo internacional daquele período. Logo, qualquer informação que pudesse estabelecer alguma ligação do indiciado com o comunismo era importante, ainda que superficial. É o que evidencia o comentário feito por Carlos Veras sobre José Alves Cavalcanti segundo o qual “como é do conhecimento público no Estado do Rio Grande do Norte”, o referido indiciado “é comunista e já estêve inclusive na União Soviética onde se demorou ‘estudando’ cêrca de um ano”. Ressaltamos, todavia, que embora nesse comentário conste que José Alves Cavalcanti estava estudando na União Soviética, em outro trecho do Relatório lê-se que o mesmo é “de alta periculosidade por seu treinamento na União Soviética”, muito embora não se tenha comprovação dessa acusação no documento em apreço.⁹⁴

Construíam-se, assim, as pistas necessárias para apontar a “subversão” existente no “setor sindical” do Rio Grande do Norte. O fato de conhecer algum dos indiciados passara a

⁹²RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 28.

⁹³Ibid., p. 26.

⁹⁴Ibid., p. 26 e 28.

ser incluído no rol das “atividades subversivas” desenvolvidas nos sindicatos. No trabalho de apurar a “subversão” no estado, qualquer informação era preciosa, principalmente as concernentes à atuação política, visto que a partir delas os agentes da ordem atribuíam o “grau” de subversão desenvolvido pelo indiciado no setor de atividades ao qual era vinculado. Num dos trechos do depoimento de José Barbalho Bezerra, atuante no movimento sindical de Mossoró, lê-se que:

o declarante conhece o senhor Evlim Medeiros desde o ano de mil novecentos e cinqüenta e nove (1959) e na mesma época travou conhecimento com o senhor Pretextato José da Cruz; [...] o senhor Evlim Medeiros até o mês de abril do corrente ano era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e inclusive representante do CGT neste Estado; [...] além do senhor Evlim Medeiros eram também representantes do CGT neste Estado, os senhores Pretextato José da Cruz e o senhor João Ferreira de Macêdo Sobrinho.⁹⁵

E, finalmente, os defensores da ordem referenciavam o que fora recolhido como “prova material” da “subversão” existente no espaço da subversão representado pelo “setor sindical” do Rio Grande do Norte. Para aqueles, “a documentação apreendida”, tanto nas residências dos indiciados quanto na Federação dos Trabalhadores na Indústria, onde funcionava o CET, “demonstra, sobejamente que a infiltração comunista atingia todos os setores do Movimento Sindical neste Estado”. A documentação apreendida, configurando “a prova concreta, material, irrefutável, das atividades exercidas pelos indiciados contra o Regime Democrático e a Segurança Nacional”, constituía-se de

diversos documentos entre os quais: Telegramas recebidos e expedidos pelos indiciados e seus Sindicatos; Flâmulas da Bandeira de Cuba e da Confederação dos Trabalhadores de Cuba Revolucionária; Regulamento de Finanças do Partido Comunista; Credenciais a Congressos Nacionais de Trabalhadores; Livros subversivos; Plaquetes sôbre Cursos Básicos do Partido Comunista; Circulares, Manifestos e Boletins de propaganda; Escudos da República Socialista de Cuba; Balancetes e recibos de campanhas para angariar fundos para difusão de atividades subversivas; Credencial, cartas e cópias de atas do extinto PC; Fotografias de indiciados em plena atividade; Ofícios e Manifestos do CGT; Programa de Ação e Regimento Interno do CET; Regimento Interno do CONSINTRA; Cópias de cartas trocadas entre comunistas; Informes para o Comitê Central do Partido Comunista; Publicações da Imprensa local sôbre os acontecimentos que antecederam o Movimento Revolucionário de 31 de março no sêtor sindical dêste Estado.⁹⁶

⁹⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 28.

⁹⁶Ibid., p. 30.

Desse modo, no trabalho “penoso e paciente” de apurar a subversão no Rio Grande do Norte, de mostrar e esclarecer “de modo irretorquível aos olhos daqueles que se interessam pela Segurança do País, o alto grau de subversão que grassava no meio sindical deste Estado”, as referências às atividades desenvolvidas a partir da organização dos trabalhadores em sindicatos, que representavam, naquela conjuntura, um amadurecimento político dos trabalhadores, para recorrermos uma vez mais a Moniz Bandeira, foram fundamentais para consubstanciar a demarcação desse setor de atividades como espaço da subversão, visto que no discurso produzido pelos representantes da ordem, aquelas atividades passaram a ser designadas como “comunistas”, sendo, enfim, consideradas como irrefutáveis provas testemunhais e consubstanciadas provas materiais de “subversão” existente no setor sindical norte-rio-grandense.⁹⁷

Configurado como um dos setores de atividades da sociedade norte-rio-grandense no qual, segundo os agentes da ordem, o comunismo se infiltrara para disseminar suas “idéias subversivas”, o “setor estudantil”, “com suas mobilizações reivindicatórias vinculadas ao ensino e com suas tradicionais atividades de propaganda política”, constituiu outro espaço submetido à força dos órgãos de segurança, embora, ressalte-se, a maior repressão aos estudantes tenha se concentrado no período entre 1968-1969, quando o movimento estudantil “funcionou como principal caixa de ressonância para os descontentamentos frente ao Regime”.⁹⁸

Partindo dessa premissa, no que concerne à organização que se verificava entre os estudantes, que começavam a ocupar espaço na cena política, os protetores da ordem, nesse período de “caça” ao comunismo e a subversão assim interpretavam:

Tamanho foi o trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista nesse setor que, como é público e notório, infiltraram-se e dominaram os órgãos máximos dos estudantes universitários do País – a UNE (União Nacional dos Estudantes) -, e secundários – a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários) -, respectivamente. Com a direção dos órgãos de cúpula estudantis nas mãos, fácil foi para os ativistas do PC liderarem as Entidades da classe estudantil na maioria dos Estados da Federação. O Rio Grande do Norte, infelizmente, não pôde fugir a essa contingência. Tanto assim é que, a Sociedade assistiu, estarecida, a agitação e a subversão campearem ameaçadoramente no seio da mocidade estudantil potiguar.⁹⁹

⁹⁷RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 33.

⁹⁸BRASIL: nunca mais. Perfil dos atingidos, p. 119.

⁹⁹RELATÓRIO... Op. Cit., p. 33.

E nesse caso a UJC, de caráter clandestino, conforme versão apresentada no inquérito, era a organização acusada de obedecer às orientações do PCB, visando imiscuir-se entre os jovens para levar a eles a palavra de ordem marxista-leninista. A UJC era considerada a grande responsável pela “influência subversiva” nesse setor de atividades, procurando se infiltrar, especialmente, entre os estudantes dos cursos superiores e secundários, nos clubes esportivos, associações culturais e grêmios estudantis, como forma de “catequizar” a juventude. Catequese que, ressaltamos, era a tradução para os representantes do regime autoritário, da participação dos estudantes nas mais diversas manifestações sociais desse período – congressos, conferências, reuniões que por contrabalançarem a ordem estabelecida pelos órgãos de segurança após o golpe, deveriam ser contidas. Daí os homens do poder serem enfáticos em afirmar que a

juventude não constitui uma classe definida. É uma camada particular da Sociedade, formada pelas diversas classes que a compõem. Tanto os dirigentes do PCB quanto os dirigentes da UJC, exploram os sentimentos da juventude, seus problemas mais importantes e suas reivindicações, tão somente para arrastá-las a agitação e formar, juntamente com os demais comunistas, o grosso do “exército” que tentará a tomada do Poder.¹⁰⁰

Na conjuntura em apreço, afirmar que o PCB explorava “os sentimentos da juventude, seus problemas mais importantes e suas reivindicações” significava transformar em questão de segurança as diversas manifestações realizadas pelos indiciados do “setor estudantil” que, guardadas as vinculações políticas, atuavam no cenário político norte-rio-grandense em favor das transformações sociais – sobretudo a reforma agrária – ao lado de representantes de outros setores de atividades, também representativos desse período. Como observa Conceição de Góes, no início da década de 1960, multiplicavam-se

os comícios pela reforma agrária. Nestes, misturavam-se às lideranças sindicais e das ligas os estudantes do PCB, da AP e independentes, os representantes do CET [...], a Ultar [...], figuras de destaque da Campanha De Pé no Chão e lideranças políticas, como Luiz Maranhão, Francisco Julião e o padre Alípio de Freitas [...]. Os estudantes costumavam apresentar, em algumas dessas ocasiões, espetáculos de teatro, recitais de poesia etc. Contava-se com a ajuda do CPC [...] da UNE, que incentivou a criação em Natal do CPC [...], coordenado por Hélio Xavier de Vasconcelos.¹⁰¹

Observavam-se mudanças na capital potiguar que seriam duramente reprimidas após a

¹⁰⁰RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 33.

¹⁰¹GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 167.

deflagração do golpe, adquirindo uma configuração “subversiva”, necessária para a configuração dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte. Entre essas mudanças, ainda de acordo com Conceição de Góes, “talvez a mais extraordinária, era a presença do povo nas Praças de Cultura, onde se discutia a respeito de quase tudo, inclusive da reforma universitária, com os estudantes e gente do povo dando opinião e sugestões”. Dessa forma,

as manifestações culturais, entrelaçadas pela vontade de mudanças, a presença de uma maioria de jovens, que queria transformar a questão social em força política, que acreditava na palavra como elemento de convencimento, transformava uma manifestação política em um espetáculo teatral com grande participação popular.¹⁰²

Daí a necessidade de repressão ao “setor estudantil” como condição para restabelecer a ordem democrática, a segurança, a tranqüilidade, uma vez que, segundo os representantes da ordem, “para o PCB é de real interesse a catequização da juventude, pois ela representa os homens de amanhã”.¹⁰³ Nesse setor de atividades, “pronunciar palestras e pregar idéias extremistas” que era a tradução, para as forças repressivas, das palestras, conferências e discussões sobre temas da realidade brasileira, constituía-se como uma das principais “atividades subversivas” praticadas, conforme evidencia o discurso contido no Relatório, por participantes do movimento estudantil e que, portanto o demarcavam como espaço da subversão. O indiciado Geniberto Paiva Campos, um dos principais líderes estudantis da época, recebeu as seguintes acusações, todas, ressalte-se, praticadas no “setor estudantil”, e que serviram de elementos fundamentais para a configuração “subversiva” desse espaço:

nos últimos anos pronunciou diversas conferências públicas em colégios sôbre a missão do estudante cristão, problemas de formação cultural no País e sôbre a realidade educacional, nas Faculdades teve oportunidade de falar sobre a Reforma Universitária, nos Sindicatos desta cidade expôs o seu pensamento sobre a análise do custo de vida, saúde e situação nacional [...]; em cidades do interior [...] teve oportunidade de participar de reuniões e palestras preparatórias sobre problemas de Reforma Agrária, problemas médicos e sociais dos camponeses bem como de humanização das estruturas sociais; [...]; no dia vinte e nove de março último [1964] esteve na sede da Associação de Imprensa Norte Riograndense participando de uma comemoração do aniversário do PCB.¹⁰⁴

¹⁰²GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 167.

¹⁰³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 33.

¹⁰⁴Ibid., p. 37.

Desse modo, observamos que as atividades relacionadas à atuação profissional e política dos acusados vinculados ao “setor estudantil” foram transformadas, pelos detentores da ordem, em “atos atentatórios” à ordem política e social praticadas nesse setor de atividades, denotando o “perigo” que supostamente existia nesse espaço. Nessa perspectiva, quanto mais atuante fosse o indiciado, maior grau de culpabilidade lhe era atribuído.

Além da atuação profissional e política, a participação em reuniões, sobretudo se a reunião fosse realizada na casa de “comunistas confessos”, caso do médico potiguar Vulpiano Cavalcanti e do professor Luiz Inácio Maranhão Filho e ainda, a participação em congressos da UNE, foram designadas, no discurso da repressão, como “atividades subversivas” e repetidamente referenciadas para embasar a configuração “subversiva” do “setor estudantil” norte-rio-grandense. Sobre a participação em reuniões, veja-se, por exemplo, os trechos do depoimento do indiciado Eurico Farias Reis, no qual lê-se que:

em dia do ano próximo passado [1963] o declarante esteve pela manhã na residência do senhor VULPIANO CAVALCANTI, médico estabelecido nesta Capital; [...] o declarante foi até a residência do dr. VULPIANO [...], a fim de tomar parte numa reunião de caráter político [...]; [...]a reunião versou sobre assuntos de natureza política e principalmente foi tratado o problema da sucessão na Prefeitura Municipal de Natal.¹⁰⁵

No que diz respeito à participação em Congressos da UNE, que também passara a figurar no Relatório como “atividade subversiva” praticada no “setor estudantil”, assim aborda o trecho o depoimento de Francisco Floripe Ginani, outra importante liderança estudantil da UFRN:

Que como Presidente do DCE teve oportunidade de, como seu representante legal participar de dois congressos da UNE realizados em Petrópolis e outro em Santo André em São Paulo, fazendo-o na qualidade de observador, sem direito a voto; que nesses congressos encontrou-se com colegas desta cidade que ali representavam seus órgãos de classe¹⁰⁶.

Nesse período de repressão política às várias manifestações de divergência ao regime ditatorial instaurado, da mesma forma como os estudantes acreditavam nas palavras como elementos de convencimento, os guardiões da ordem também utilizavam as palavras para comprovar a “subversão” existente no “setor estudantil”, atribuindo outros significados às

¹⁰⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 35.

¹⁰⁶Ibid., p. 36.

diversas manifestações realizadas pelos estudantes na sociedade norte-rio-grandense. Daí constar no Relatório a informação de que

infiltrando-se na consciência e formação dos jovens, disciplinando-lhes a formação político social dentro de um ‘esquema’ próprio e adequado às necessidades de desenvolvimento da Política de Organização do PCB, [...] vinha o PCB se realizando plenamente no seio estudantil da Comunidade Potiguar.¹⁰⁷

Comprovava-se, segundo os agentes da ordem, a infiltração e a atuação do Partido Comunista no “setor estudantil”, colocando-o *do outro lado da fronteira* para que se pudessem tomar as medidas necessárias – e justificadas pelo discurso produzido e divulgado para o conhecimento público – para que a ordem fosse mantida sem que a “catequese” “perigosa”, “subversiva” que contaminava os estudantes provocasse efeitos danosos à sociedade. Dessa forma, os agentes da repressão contiveram “o ânimo de que estavam possuídos” os participantes do espaço da subversão representado pelo “setor estudantil”, colocando-os a disposição da lei, retirando, enfim, desse setor de atividades, as supostas ameaças vermelhas que o transformaram em espaço da subversão.

Nesse período inicial de implantação do regime militar, os órgãos de segurança enquadraram como adversários da Segurança Nacional todos aqueles que, pelas ações desenvolvidas nos setores de atividades aos quais eram vinculados se mostravam contrários ao golpe militar. Nessa perspectiva, o “setor intelectual”, denominação dos agentes da ordem que comportava o grupo de indiciados que atuaram na “divulgação de idéias” consideradas “subversivas”, constituía outro setor de atividades atingido pela “subversão”, prerrogativa que o colocava no campo de atuação da comissão de inquérito estadual.

O “setor intelectual” constituía, de acordo com o discurso da repressão, um campo de atuação de importância particular para o Partido Comunista, visto que os intelectuais “subversivos” seriam os responsáveis pela preparação de futuros adeptos das “idéias extremistas” pregadas pelo Partido. Partindo dessa premissa, afirmava-se que

o PCB dedica especial importância ao setor intelectual, procurando por todos os [meios?] recrutar elementos nesse setor para, posteriormente, utilizar-se dos seus conhecimentos no recrutamento de novos adeptos e na formação dos quadros partidários. [...] Os integrantes da elite intelectual do Partido, intelectuais simpatizantes, utilizam-se de palestras, conferências, círculos de estudo, seminários, artigos, livros, etc... para atingir os seus

¹⁰⁷RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 34.

objetivos. Ainda mais, desse setor, naturalmente, sairão os dirigentes do Partido e de suas organizações intermediárias.¹⁰⁸

Nessa área de atuação da comissão de inquérito, sobretudo a “divulgação de idéias” punha em risco a ordem social e fora apontada como principal “atividade subversiva” praticada pelos intelectuais pertencentes a esse setor. Naquela conjuntura, os defensores da ordem sabiam a importância de se conter qualquer divulgação de um discurso contrário ao das forças repressivas. Fornecer ao cidadão elementos que possibilitassem o questionamento, a crítica, a análise, constituía um “perigo” à ordem democrática, segundo o discurso dos órgãos de segurança, confirmando a assertiva de Joseph Comblin segundo a qual a idéia de participação nos regimes militares “consiste em integrar-se nas tarefas definidas pelo Estado. Participar é obedecer. Há participação para a execução e não para a decisão”.¹⁰⁹ Partindo dessa premissa, segundo os agentes da ordem

os atos subversivos não devem ser provados somente [sic] através de atos materiais praticados contra a Segurança do Estado, [...] mas e sobretudo deve se atentar sempre para o fato de que as idéias traduzidas para o papel e divulgadas para o conceito público constituem e produzem maior repercussão e piores efeitos na consciência do povo que vêem sentem e admitem ser a imprensa o maior e melhor veículo de orientação e “conscientização”.¹¹⁰

O “setor intelectual” representava uma “ameaça” à ordem democrática porque segundo os representantes do regime autoritário, os participantes desse setor de atividades – os intelectuais “subversivos” – atuavam nos mais diversos setores de atividades do estado, contaminando-os com idéias “subversivas”. Partindo desse pressuposto, os representantes da ordem colocavam o “setor intelectual” como passível das ações repressivas, produzindo e divulgando um discurso que justificava as ações repressivas praticadas contra os indiciados desse campo de atuação da comissão de inquérito estadual. Sendo assim, segundo consta no discurso da repressão, o sindicalista Evlim Medeiros, referindo-se a Aldo da Fonseca Tinoco, indiciado do “setor intelectual”, afirmara que

o senhor Aldo Tinoco é tido como comunista neste Estado. Acrescenta que “não só no seu Sindicato, mas em quase todos aqui existentes o senhor Aldo Tinoco e outros estiveram várias vezes pronunciando palestras e pregando suas idéias extremistas num verdadeiro trabalho de politização esquerdista

¹⁰⁸RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 43.

¹⁰⁹COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 74-75

¹¹⁰RELATÓRIO... Op. Cit., p. 16.

da classe operária.¹¹¹

Em outra parte do documento, referenciava-se a atuação do indiciado Luiz Inácio Maranhão – outro intelectual “subversivo” – no “setor sindical” do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o sindicalista José Campelo Filho, referindo-se à “orientação” recebida daquele indiciado “esclarece que atuava diretamente no meio sindical, mantendo contactos diretamente com o senhor Luiz Maranhão Filho, o qual orientava a respeito de como proceder com relação às questões sindicais”.¹¹²

Desse modo, a participação em alguma das atividades que possibilitassem a “divulgação de idéias” – palestras, círculos de estudo, seminários – previamente designadas como “subversivas” pelos protetores da ordem, constituía-se como “subversão da ordem” praticada no “setor intelectual”, atribuindo a configuração “subversiva” a esse espaço e, conseqüentemente, tornando todos aqueles ligados a esse setor de atividades “perigosos” à ordem democrática.

A propósito, no campo de atuação da comissão presidida por Carlos Veras e José Domingos denominado de “setor intelectual”, os responsáveis pelos maiores delitos contra a ordem política e social e à segurança nacional foram os indiciados Vulpiano Cavalcanti de Araújo e Luiz Inácio Maranhão Filho. Como na conjuntura política em apreço o inimigo oficial do Estado era o comunismo, referenciado exaustivamente para comprovar a subversão nos mais diversos setores de atividades, os dois indiciados, como responsáveis pela sobrevivência do Partido Comunista Brasileiro – nesse período na ilegalidade – no Rio Grande do Norte,¹¹³ representavam a materialização do “perigo” à ordem democrática. Ademais, no período em que a comissão de inquérito atuava na “caça” ao comunismo, ambos foram fiéis às suas vinculações ao Partido Comunista Brasileiro, sugerindo, inclusive, aos outros indiciados que ao ser feita a pergunta inevitável em todos os interrogatórios pelos representantes do regime autoritário – quais comunistas o indiciado conhecia? – respondessem que conheciam Luiz Inácio Maranhão e Vulpiano Cavalcanti, o que evitaria confrontações desnecessárias nos interrogatórios.¹¹⁴

Desse modo, como assumiram suas vinculações ao Partido Comunista Brasileiro, sendo, portanto, “comunistas confessos”, inúmeros trechos do Relatório referenciavam os indiciados acima como forma de comprovar a “subversão” existente no “setor intelectual” do

¹¹¹RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 44.

¹¹²Ibid., p. 47.

¹¹³GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 28.

¹¹⁴GÓES, Moacyr de. **Sem paisagem**: memórias da prisão. Rio de Janeiro: Europa, 1991, p. 71-72.

Rio Grande do Norte. Assim, por exemplo, o sindicalista José Campelo Filho diz em seu depoimento, segundo consta no Relatório, “que também é conhecido como comunista atuante o senhor dr. Médico Vulpiano Cavalcanti” e, ainda, “que o interrogado perguntado quais os comunistas ativos na área do Rio Grande do Norte informa que é do seu conhecimento serem elementos atuantes os srs. [sic] Luiz Maranhão cuja atuação e idéias comunistas são públicas e notórias neste Estado”. Guaraci Queiroz de Oliveira, outro intelectual “subversivo”, “diz ser o indiciado Vulpiano Cavalcanti comunista e que lhe solicitara ajuda financeira para o Partido Comunista”. O sindicalista Evlim Medeiros diz que “foi convidado pelo sr. Luiz Maranhão Filho para ingressar nos quadros do Partido Comunista do Brasil, Secção do Rio Grande do Norte”.¹¹⁵

Não obstante as referências acima, os homens do poder enfatizaram especificamente a atuação de Luiz Inácio Maranhão Filho no quadro de subversão supostamente existente no Rio Grande do Norte ao afirmarem que sobre esse comunista

pesam as mais graves e sérias acusações. Sua responsabilidade se estende a todos os setores de atividades abordados nesse Inquérito. Atuava sob todas as formas para conseguir alcançar seus objetivos. A Sociedade Norte Riograndense de há muito conhece as suas idéias e sua atuação partidária, no campo da subversão. Quase todos os que prestaram declarações nesse Inquérito; confirmam, reafirmam e comprovam a natureza do seu delito contra a Ordem Política e Social e a Segurança Nacional. A sua responsabilidade é irrefutável.¹¹⁶

Desse modo, segundo os agentes da ordem, “procurando imiscuir-se entre as grandes massas”, realizando um “trabalho no sentido de organizá-las, prepará-las, agitá-las e conduzi-las”, tendo como finalidade a “tomada do poder”, o Partido Comunista encontrava no “setor intelectual” um espaço importante para a disseminação de suas idéias, visto que desse setor sairão “os dirigentes do Partido e de suas organizações intermediárias”. Daí a necessidade de reprimir as ações realizadas nesse setor de atividades como prerrogativa para impedir a disseminação das “idéias subversivas”.

1.3 - A “subversão” atinge a Prefeitura Municipal de Natal

Todos os setores de atividades referenciados anteriormente, que no decorrer do discurso das forças repressivas adquiriram a configuração de espaços da subversão no Rio

¹¹⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 43, 44 e 47.

¹¹⁶Ibid., p. 47.

Grande do Norte, compõem em conjunto “os campos de batalha escolhidos pelo inimigo”,¹¹⁷ na conjuntura em apreço o comunismo, configurando-se como potenciais espaços de disseminação das atividades “subversivas”, “comunistas”, “perigosas”, no seio da população, daí porque a repressão e o controle visavam sobretudo aqueles setores de atividades.¹¹⁸

Isso denota a preocupação, por parte dos detentores da ordem, em reprimir as mais diversas formas de questionamento ao regime ditatorial instaurado, uma vez que “lutando contra toda idéia crítica, os militares têm a convicção de estarem destruindo o comunismo”.¹¹⁹ E, nesse caso, demarcar aqueles setores de atividades como “subversivos” constituiu uma estratégia eficaz na luta que se travava entre o comunismo e a democracia, visto que evidenciava, através do discurso divulgado para o conhecimento público, a linha da fronteira que não deveria ser transposta.

É nessa luta, portanto, que entendemos a construção dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte. E é Michel Foucault quem nos cede a palavra para justificar essa assertiva quando diz que na demarcação das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações dos domínios, o que se fazia aflorar eram processos de poder.¹²⁰ Processos de poder que podem ser traduzidos como a atuação dos guardiões da ordem, cujo objetivo era “limpar” os espaços da subversão do “perigo vermelho”, “caçando” e/ou cassando e eliminando os focos de subversão da ordem existentes, segundo eles, naqueles setores de atividades.

Aqueles setores eram especialmente visados pelos “complexos mecanismos de dominação política e social”, para usar uma expressão de Maria Helena Moreira Alves¹²¹. Dessa forma, a atuação dos agentes da repressão naqueles setores de atividades, não só no Rio Grande do Norte, como em outras partes do país, constituiu a tônica do regime militar, nesse período inicial de implantação, no qual se insere esta pesquisa, radicalizando-se em 1968, quando da instituição do Ato Institucional nº. 05 (AI-5).

Portanto, partindo da premissa de que “o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade” e de que “a segurança afeta todos os aspectos da vida social”, visto que “em toda parte pode ser desafiada por ameaças: em toda parte a subversão, sua grande

¹¹⁷COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 49.

¹¹⁸Aliás, é importante assinalar que sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas, militares e religiosos constituíram os seis setores da sociedade atingidos com maior ênfase pelos órgãos de segurança e pelos inquéritos encaminhados à Justiça Militar no período de 1964 a 1979 (BRASIL: nunca mais. Perfil dos atingidos, p. 118).

¹¹⁹COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p. 49.

¹²⁰FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, p. 159.

¹²¹ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, p. 21.

inimiga, pode se manifestar”, conforme os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que fornecia o respaldo para as ações dos órgãos de segurança, entendemos porque setores de atividades que compunham o quadro de efervescência política do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, que a partir das atividades realizadas, questionavam a ordem estabelecida pelos defensores da ordem, contrapondo-se, assim, ao regime ditatorial instaurado – especialmente sindicatos rurais e urbanos, movimentos estudantis, intelectuais – tenham sido alvos da repressão política – no caso do Rio Grande do Norte, configurados como espaços de subversão – daí porque “a estratégia deve orientar, controlar, vigiar todos esses setores”,¹²² uma vez que “no Rio Grande do Norte como em outros Estados da Federação, a ‘Revolução Brasileira’ liderada pelo PCB evoluía a passos largos, fazendo-se sentir sua atuação em tôdas as atividades das cadamas [sic] sociais da Comunidade Potiguar”.¹²³

Partindo dessas considerações, a Prefeitura Municipal de Natal, enquadrada na arena da subversão existente no Rio Grande do Norte, segundo consta no discurso dos agentes da ordem, adquire uma relevância particular, uma vez que não se insere nos “campos de batalha escolhidos pelo inimigo”, não se constituindo, desse modo, num dos “setores” potencialmente “subversivos”, “comunistas”, “perigosos”.

A efetivação da Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão deve ser entendida como resultado das divergências políticas entre o Executivo Estadual e o Executivo Municipal, no âmbito do novo quadro político que se configurou no Rio Grande do Norte, após a deflagração do golpe. Essas divergências políticas definiram, em grande medida, os rumos das atividades de repressão praticadas na sociedade norte-rio-grandense por aqueles que assumiram a função de defensores da ordem nesse período inicial de implantação do regime militar quando “uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo país”, cujo objetivo era “‘varrer’ todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964”.¹²⁴

De um lado, o governador Aluízio Alves, posicionando-se favoravelmente ao golpe, afirmando que queria “manifestar o seu apoio as idéias dessa posição que visam a autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes fatos que não eram ainda de conhecimento público” e, ainda, pedindo “ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que

¹²²COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 55-57.

¹²³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 21

¹²⁴ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, p. 72.

fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da democracia”.¹²⁵

Posicionando-se favoravelmente ao golpe, o governador assumira, juntamente com os representantes da ordem, a defesa do golpe de Estado, tanto que o contra-almirante Mário Cavalcante de Albuquerque, comandante naval de Natal, e o coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima, que respondia pelo Comando da Guarnição Militar de Natal, dada a ausência do titular, general Omar Emir Chaves afirmaram que

medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimento com o sr. governador do Estado, no sentido de impedir a todo custo, mesmo com o emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da ordem pública [...] e o atentado à pessoa e a propriedade privada.¹²⁶

Do outro lado, o prefeito Djalma Maranhão, posicionando-se contrário ao golpe, afirmando, entre outras coisas que sua posição “é de defesa da legalidade democrática”, assim sendo, “junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país”, e “conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade”.¹²⁷ E como conseqüência da repressão desencadeada contra as formas de divergência ao regime, o prefeito de Natal foi levado ao Quartel General do Exército, localizado àquela época na Praça André de Albuquerque, após a invasão da Prefeitura pelos órgãos de segurança. No quartel, conduzido à presença do Comandante da Guarnição Militar de Natal, que lhe ofereceu a liberdade em troca da renúncia, Djalma Maranhão recusou “em nome de minha honra e do respeito ao povo que me conferira o mandato por mim desempenhado”,¹²⁸ postura que justifica a assertiva de Lúcia Costa, segundo a qual

Djalma Maranhão, durante sua trajetória política, explicita um discurso que orienta uma prática voltada para a transformação da realidade política e social. Já durante o processo de implantação do regime ditatorial no país, ao ser indiciado e preso, Djalma Maranhão não silenciou o seu discurso nacionalista, apesar de privado da liberdade de ação.¹²⁹

Posicionando-se contrário ao golpe, Djalma Maranhão colocou a Prefeitura Municipal

¹²⁵GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril, p. 47-48.

¹²⁶GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha “De Pé no Chão”, p. 150-151.

¹²⁷Id. Ibid., p. 150.

¹²⁸Mensagem ao povo brasileiro *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000, p. 262.

¹²⁹COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: a educação popular na visão dos guardiães da ordem, p. 39.

do outro lado da fronteira, do lado passível da ação dos órgãos de segurança, que na esteira da “caça à subversão” configuraram-na como um espaço “subversivo”. Logo, partindo do pressuposto de que a Prefeitura Municipal de Natal constituía um setor de atividades no qual os comunistas haviam se instalado para disseminarem suas atividades “subversivas”, o prefeito Djalma Maranhão e todos os funcionários que compunham o quadro da Prefeitura Municipal defensores dos mesmos princípios do prefeito, passaram a ser vítimas das perseguições políticas, principalmente do delegado Carlos Veras, responsável por conduzir as investigações nessa área de atuação da comissão de inquérito.

Desse modo, as diversas atividades realizadas na Prefeitura Municipal de Natal, durante a última administração do prefeito Djalma Maranhão (1961-1964), nesse período inicial de implantação do regime militar, sobretudo aquelas vinculadas à área da educação, ao adquirirem o caráter de “atividades subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem, à segurança, à democracia, aos princípios ocidentais e cristãos”, “perigosas”, “extremistas”, “esquerdistas”, serviram de base para a configuração da Prefeitura como espaço “subversivo”, colocando-a *do outro lado da fronteira* e, em última instância, serviram de justificativa para as ações repressivas praticadas contra muitos cidadãos norte-rio-grandenses vinculados a essa instância do poder público, submetidos às prisões, aos intermináveis interrogatórios, às inúmeras acusações e aos processos de tortura característicos desse período da história brasileira.

Começando com a invasão da Prefeitura logo no dia 1º de abril, sucessivas ações repressivas foram praticadas pelos agentes da ordem contra essa instância do poder público cujo objetivo era “limpá-la”, segundo defendiam, do “perigo vermelho” que nela havia se instalado desde 1960, quando da eleição de Djalma Maranhão. É precisamente sobre essas ações que se debruçará o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

OS DEFENSORES DA ORDEM EM AÇÃO: “LIMPAR” A PREFEITURA DE NATAL DO “PERIGO VERMELHO”

CAPÍTULO 2: OS DEFENSORES DA ORDEM EM AÇÃO: “LIMPAR” A PREFEITURA DE NATAL DO “PERIGO VERMELHO”

Nem toda confissão é uma vitória da tortura, porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada.

Carlo Ginzburg

Pelas 21 horas ainda nos encontrávamos no gabinete do prefeito. Era um pequeno grupo em torno da mesa de Djalma, ouvindo um rádio que transmitia raras notícias e muitos dobrados militares. Conversava-se sobre a crise, assuntos diversos e, principalmente, sobre a ocupação militar nas repartições federais.

[...]

No gabinete do prefeito, isolados de qualquer informação oficial, continuávamos juntos, mas nada restava a fazer ou dizer. Surpresos e assustados, ouvimos os passos fortes e apressados de pessoas subindo as escadas. Logo um oficial do Exército chefiando uma patrulha composta por muitos soldados empurrava, com um chute, a porta lateral do gabinete. Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava muito nervoso: “Acabou a baderna. Pra fora, seus comunistas!”.

[...]

Perplexos e paralisados, ficamos em silêncio. Djalma ensaiou um passo em direção ao militar; talvez tentasse um diálogo, mas recuou. O líder sindical Evlim Medeiros foi reconhecido pelo nervoso oficial, preso e levado para as celas do 16º RI. Foi ele o primeiro preso político da ditadura militar no Rio Grande do Norte.¹³⁰

O depoimento de Mailde Galvão descreve o momento da invasão da Prefeitura Municipal de Natal pelos defensores da ordem logo no dia 1º de abril de 1964. A invasão da Prefeitura, nesse período inicial de implantação do regime militar, constituiu a primeira de inúmeras ações repressivas desencadeadas contra essa estrutura do poder público responsável pelo Executivo Municipal, cujo titular era o prefeito Djalma Maranhão. A partir desse dia, suceder-se-iam inúmeras ações repressivas praticadas pelos que exerciam a função de protetores da ordem, sobretudo direcionadas à Secretaria de Educação, cujo objetivo era “limpar” a Prefeitura do “perigo vermelho”.

Partindo dessas considerações, se a Prefeitura Municipal não se inseria nos “campos de batalha escolhidos pelo inimigo”¹³¹, conforme analisamos no primeiro capítulo, não se configurando, segundo os agentes da repressão, como um dos setores de atividades potencialmente “subversivos”, “comunistas”, “perigosos”, como os outros setores de atividades nos quais atuou a comissão de inquérito estadual – “área rural”, “Rede Ferroviária Federal”, “setor sindical”, “setor estudantil”, “setor intelectual” –, consideramos importante compreender porque as ações dos agentes da ordem foram direcionadas para aquele setor de

¹³⁰GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em Abril, p. 43-44.

¹³¹COMBLIN, Joseph. *Ideologia de Segurança Nacional*: o poder na América Latina, p. 49.

atividades logo no período imediatamente posterior à deflagração do golpe que depôs João Goulart. Para tal, é necessário discorrermos sobre as ações realizadas pela administração de Djalma Maranhão à frente da Prefeitura, sobretudo as referentes à segunda administração (1961-1964), que interessam mais especificamente ao nosso trabalho, uma vez que essas ações, ao adquirirem a configuração de “subversivas”, “comunistas”, serviram de respaldo para a produção do Relatório da comissão de inquérito liderada por Carlos Veras e José Domingos que colocaria a Prefeitura na arena da subversão no Rio Grande do Norte.

2.1 – Djalma Maranhão à frente do Executivo Municipal

Djalma Maranhão se constituiu como uma importante liderança política norte-riograndense nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, podemos afirmar que essa liderança foi consolidada em 1960, quando foi eleito primeiro prefeito de Natal pelo voto direto. De 1956 a 1959, cumpriu mandato como prefeito nomeado pelo governador Dinarte Mariz.¹³²

Dessa forma, ao ser eleito prefeito de Natal em 1960 pelo voto direto,¹³³ Djalma Maranhão reafirmou a vinculação aos setores populares,¹³⁴ embora essa vinculação – é necessário ressaltar – já ocorresse nos anos de 1950, ainda que de forma tímida, visto que a Prefeitura não possuía autonomia administrativa e financeira, o que dificultava qualquer iniciativa do prefeito sem o parecer do governador do estado e, nesse sentido, como este mantinha estreitas relações com os grupos dominantes, tornava-se difícil qualquer ação contrária. Como afirma Isa Ribeiro:

¹³²Sobre a trajetória política de Djalma Maranhão, ver SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão ou semente de utopias da transformação social**, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999 e GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco. Um estudo de caso: Djalma Maranhão**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

¹³³Djalma Maranhão venceu o pleito eleitoral de 03 de outubro de 1960 com uma votação de 21.942 votos, derrotando o candidato governista Luiz de Barros, que obteve 11.298 votos. Luiz Gonzaga dos Santos foi igualmente eleito para o cargo de vice-prefeito com 13.936 votos. Nesse mesmo pleito, Aluizio Alves e Monsenhor Walfredo Gurgel foram eleitos para o cargo de governador e vice-governador do Rio Grande do Norte, com uma votação de 24.197 e 23.695 votos, respectivamente (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p.83).

¹³⁴Isa Ribeiro, ao fazer um estudo das duas administrações de Djalma Maranhão à frente do Executivo Municipal, afirma que o mesmo, em várias de suas mensagens, utiliza a expressão “povo” para identificar os setores menos favorecidos economicamente da cidade de Natal. Essa expressão englobaria “os trabalhadores de baixa renda; os desempregados e biscateiros; os moradores dos bairros da periferia que não possuíam acesso a serviços públicos básicos, tal como a educação; os que não faziam parte das oligarquias tradicionais que dominavam a política local”. Por vezes, aparecem variações dessa denominação nos estudos referentes ao ex-prefeito, entretanto referem-se a mesma definição – a saber: “setores populares”, “classes populares”, “camadas populares”etc. Dessa forma, utilizaremos essas definições no nosso trabalho e qualquer variação da terminologia terá como pressuposto o que foi proposto pela autora (RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964)**, 2003. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003, p.6).

Na sua primeira administração, esta vinculação ocorria de forma tímida, tendo em vista que Djalma Maranhão não havia sido eleito, o que inviabilizava a existência de um governo estruturado a partir das reivindicações populares. Entretanto, apesar dessa limitação, as ações de seu governo junto às classes populares foram tantas que terminaram por dar a Djalma o apelido de *Prefeito do Subúrbio*.¹³⁵

Nessa perspectiva, as posições favoráveis às transformações sociais, vinculadas às camadas populares, observadas na primeira administração de Djalma Maranhão, conforme referencia o estudo de Isa Ribeiro, consolidaram-se em seu segundo mandato, no qual exerceu uma administração voltada para o povo que, inclusive, participou da organização da campanha eleitoral e da elaboração da plataforma política a ser posta em prática a partir de 1961. Como afirma Moacyr de Góes:

Em 1960, em Natal, o discurso político muitas vezes nasce de baixo para cima, a partir das classes subalternas. Os quadros políticos que integravam a equipe de Djalma Maranhão [...] vão levar para os Comitês, que se fundam, principalmente, na periferia da cidade, a discussão nacional dos problemas brasileiros (o imperialismo, a dependência econômica, a SUDENE, o latifúndio, a oligarquia, o colonialismo cultural) e vão receber dos integrantes dos Comitês as lições das realidades das coisas (a falta de água, de escolas, de hospitais, de emprego, de transporte, de garantias de direitos etc.). Esses dois discursos se somam e, pouco a pouco, vão constituindo a plataforma política.¹³⁶

Assim sendo, o diálogo entre Djalma Maranhão e as camadas populares continuou sendo a marca de sua trajetória política na campanha eleitoral de 1960. Foi assim, a partir de reuniões dos chamados Comitês Nacionalistas, que as camadas populares de Natal propuseram e organizaram um programa de governo para o município.¹³⁷ Dentro desse processo de mobilização ao nível das bases que caracterizou as administrações de Djalma Maranhão, é necessário ressaltar que de acordo com Willington Germano, “de todas as formas de mobilização surgidas, na ocasião, as mais importantes, sem dúvida, foram os Comitês Nacionalistas, porquanto envolviam um processo de participação e de discussão política ao

¹³⁵RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 21-22 (Grifos da autora).

¹³⁶GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964**: uma escola democrática, p. 35.

¹³⁷Os Comitês Nacionalistas eram organizados por ruas e por bairros. Em 1960 existiam cerca de 240 desses Comitês, que reuniam moradores de uma rua ou de um bairro não somente para participarem da campanha política, mas também para discutirem problemas, fossem locais ou não (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 71-72).

nível das bases, efetivamente”.¹³⁸ E foi com base nas reivindicações desses comitês que Djalma definiu “a educação e a cultura como meta número um do Governo”.¹³⁹ E, nesse caso, recorremos uma vez mais a Isa Ribeiro quando afirma que

após assumir o segundo governo, Maranhão reafirmou o compromisso com os Comitês, passando a governar a partir das reivindicações deles advindas. Isso significa que o Prefeito encontrou um canal legítimo para se comunicar com os setores populares, representados nos Comitês. Assim, profissionais – como funcionários públicos; estudantes; pescadores e outros – e entidades – entre elas, Igreja; associações de bairro; clubes – passaram a ser ouvidas e atendidas pelo poder público, a partir das reivindicações discutidas nos Comitês.¹⁴⁰

Em realidade, a educação, a cultura e as ações voltadas à urbanização da cidade que, em conjunto, constituíam as ações voltadas para as camadas populares, representadas nos Comitês Nacionalistas, eram prioridades nítidas desde a primeira administração de Djalma Maranhão. Com relação à educação, o Programa de Escolinhas constituiu uma iniciativa dessa administração cujo objetivo era suprir a insuficiência numérica dos grupos escolares existentes e simultaneamente, fornecer uma educação de boa qualidade às classes populares, sendo as escolinhas instaladas preferencialmente na periferia e subúrbios da cidade. O Programa de Escolinhas foi considerado o início da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, desenvolvida na segunda administração e considerada pelos guardiões da ordem como a subversão maior praticada na Prefeitura.

Com relação à cultura, foi reorganizada a Diretoria de Documentação e Cultura que passou a dar oportunidade aos grupos folclóricos, aos escritores e às pessoas ligadas à cultura popular. O prefeito procurou adotar medidas que conduzissem, por um lado, a democratização da cultura, entendida como a preservação de tradições e manifestações populares da cidade e, por outro lado, a satisfação e o divertimento da população. Com esse propósito, foram

¹³⁸Willington Germano cita ainda outras formas de mobilização popular que tiveram papel importante na campanha eleitoral de 1960, a saber: os *Comandos Populares*, encarregados de organizar a campanha política em seus múltiplos detalhes, funcionando, assim, como uma espécie de comitê central, composto por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros; os *Acampamentos Nacionalistas*, criados pelos Comandos Populares, espécie de barracas cobertas de lona e instaladas nas proximidades dos mercados e das feiras, onde, além do alistamento eleitoral, existiam urnas nas quais eram depositadas contribuições financeiras destinadas à movimentação política; os *Comitês Femininos*, vinculados aos Comitês Nacionalistas, levantavam recursos para a movimentação política, seja promovendo rifas de objetos, seja recebendo doações de dinheiro ou de produtos e, ainda, a própria população se mobilizava com o objetivo de arrecadar fundos para a campanha política, como foi o caso da Campanha da Gasolina, necessária para o transporte de eleitores e que foi inteiramente custeada pela população (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 71-72).

¹³⁹GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964**: uma escola democrática, p. 35.

¹⁴⁰RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 32-33.

organizados Festivais de Folclore, lançamento de livros, feiras de livros, festas juninas, ciclos natalinos, organização das festas e blocos carnavalescos, apresentação de retretas e outras atividades ligadas às manifestações culturais.

E, finalmente, com relação às medidas de urbanização realizadas na primeira administração, pode-se citar que parte do orçamento da Prefeitura destinava-se à pavimentação e emplacamento de ruas, além de outras obras mais amplas de urbanização, como a criação do Bosque Municipal de Natal, a instalação de Mercados Públicos, a construção de galerias pluviais nos bairros da Ribeira, de Petrópolis e do Tirol, para evitar o alagamento de vias públicas, o calçamento de ruas e avenidas e o embelezamento das praças.

Essas ações de Djalma Maranhão voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população foram intensificadas no seu segundo mandato. Entre os empreendimentos concretizados nesse período, podemos citar a construção do Centro de Formação de Professores, o asfaltamento e iluminação a vapor de mercúrio e fluorescente das ruas João Pessoa e Ulisses Caldas e a Avenida Rio Branco, todas no centro da cidade, a Galeria de Arte, Mercado das Rocas, Palácio dos Esportes, Estação Rodoviária, construção de onze quadras de esportes, dez parques infantis, restauração de praças públicas, construção de galerias pluviais.¹⁴¹

Entretanto, após a deflagração do golpe, as ações realizadas nas duas administrações de Djalma Maranhão – principalmente na segunda – voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população, sobretudo as realizadas na área da educação, serviriam de respaldo para configurar a Prefeitura como um setor de atividades que abrigava a subversão, uma vez que foram interpretadas, pelos representantes do regime autoritário, como atividades vinculadas ao comunismo, representado nessa instância pelo prefeito e seus funcionários, principalmente aqueles vinculados à Campanha “De Pé no Chão”. Naquela nova conjuntura, configurada após a deflagração do golpe, observavam-se várias interpretações para o quadro político muitas vezes contrapostas, mas que foram necessárias para apontar onde estava localizado, segundo os homens do poder, o perigo e, conseqüentemente, fosse feita a “limpeza” necessária para que a democracia fosse restabelecida.

Na interpretação dos representantes da ordem, as administrações de Djalma Maranhão estavam vinculadas ao comunismo, sendo necessária uma ação de “limpeza” na Prefeitura para que o “perigo” fosse contido. Isa Ribeiro, ao fazer uma análise dessas mesmas administrações, afirma que “ao longo das administrações de Maranhão, a Prefeitura procurou

¹⁴¹GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 89.

vincular suas ações à defesa do nacionalismo, a luta contra o latifúndio e contra o imperialismo. Porém, na segunda gestão essa vinculação pôde se estabelecer de forma mais contundente”.¹⁴² E o maior exemplo disso foi o movimento de educação e cultura popular desenvolvido na segunda administração de Djalma Maranhão: a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”.

Desse modo, Djalma Maranhão, para efetivar a meta proposta pelos Comitês Nacionalistas de erradicação do analfabetismo e na perspectiva de “integrar a vontade política da coletividade, isto é, da sociedade civil organizada, à sua administração”,¹⁴³ desenvolveu a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (1961-1964), cujo principal dirigente era o secretário de Educação, Cultura e Saúde do Município, o professor Moacyr de Góes.

Resultado das reivindicações de bairros nos Comitês Nacionalistas, a Campanha representava, de acordo com Lúcia Costa, a ampliação do “acesso à educação entre as camadas populares, devido à insuficiência do número de escolas públicas, além das exigências formais para freqüentar às existentes”.¹⁴⁴ Nessa perspectiva, a Campanha “De Pé no Chão” representava o comprometimento da administração do prefeito Djalma Maranhão com as camadas populares, até então inexpressivas no palco das decisões políticas e sociais, que passavam a encontrar na educação um espaço de discussões dos problemas vivenciados por elas. Comprometimento evidente nos textos do “Livro de Leitura” utilizado na Campanha:

Em Natal, a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” é uma oportunidade para todos. Escola pobre sim, mas escola para um povo sem escolas. [...] Na união fraternal de todos os brasileiros que amam a sua Pátria, está a esperança de melhores dias para o Brasil. Só existe verdadeira fraternidade, quando cada homem se interesse pelo bem estar do próximo.¹⁴⁵

A referida Campanha inseria-se num contexto de movimentos de educação desenvolvidos sobretudo no Nordeste do país, naquele período de discussões dos problemas sociais como fome, seca, analfabetismo, miséria, desemprego, enfrentados nessa região. Assim, além da Campanha “De Pé no Chão”, são exemplos de movimentos de educação e cultura popular, do início da década de 1960, a CEPLAR da Paraíba; o MCP de Pernambuco; as Escolas Radiofônicas; o MEB, inicialmente no Rio Grande do Norte e depois em todo o

¹⁴²RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 35.

¹⁴³GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 48.

¹⁴⁴COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiães da ordem”, p. 19.

¹⁴⁵Livro de Leitura da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Brasil; o CPC, da UNE. De todos esses movimentos, a Campanha desenvolvida na administração de Djalma Maranhão teve influência direta do MCP de Recife, inclusive, o livro adotado neste movimento serviu de base para o “livro de leitura” utilizado na Campanha “De Pé no Chão”, dada a afinidade de posições políticas entre Djalma Maranhão e Miguel Arraes, prefeito de Recife e em seguida governador de Pernambuco; afinidade referenciada por Conceição de Góes. Segundo a autora,

os caminhos políticos de Miguel Arraes e Djalma Maranhão, em cujos governos o encontro entre cristãos e comunistas se concretizou, seguiam na mesma direção, ou seja, na luta antiimperialista e em favor das reformas capazes de transformar as estruturas arcaicas do Nordeste. Era desejo de ambos resgatar o trabalhador do campo e da cidade, oferecendo possibilidades da descoberta de sua situação no mundo e, a partir daí, apresentar alternativas que levassem às mudanças. Era uma novidade, coisa nunca vista no Nordeste, o exercício do poder em defesa dos trabalhadores, procurando fazer cumprir a lei para garantir os direitos dos trabalhadores. E para melhor possibilitar a participação popular na conjuntura política, os dois governos – o estadual em Pernambuco e o municipal em Natal – apelavam para projetos de educação e cultura popular, como instrumentos utilizados para a conquista da liberdade.¹⁴⁶

A Campanha foi influenciada, ainda, pelas experiências de educação, através da valorização cultural, inspiradas nas idéias do educador Paulo Freire. A propósito, a experiência do chamado “Método Paulo Freire” deu-se em Angicos, município do Rio Grande do Norte em 1963, no governo de Aluizio Alves, sendo secretário de Educação do estado Calazans Fernandes, contando com o financiamento da “Aliança para o Progresso”, organização norte-americana.¹⁴⁷

A preocupação reformista do movimento, inserido no quadro de transformações propostas no início da década de 1960 em favor das reformas de base evidenciava-se no material utilizado no desenvolvimento do processo educacional. Logo no prefácio do Livro de Leitura “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, Moacyr de Góes assim se expressa

¹⁴⁶GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 153.

¹⁴⁷Segundo Henrique Alonso, a Aliança para o Progresso “foi uma das maiores expressões da política externa norte-americana durante a década de 1960. Embora oficialmente o objetivo dos Estados Unidos fosse fazer uma ‘aliança’ com todos os países da América Latina para promover o ‘progresso’ econômico do continente, tratava-se do processo de enfrentamento do ‘perigo’ comunista. Tal ‘ameaça’ havia se materializado na Revolução Cubana (1959), que constituiu grande entrave ao controle norte-americano sobre a América Latina” (PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. **Projeto História**. Cultura e poder: o golpe de 1964 – 40 anos depois, São Paulo: PUC/SP, v. 2, n. 29, p. 593-603, jul./dez. 2004, p. 593. Sobre a experiência do chamado “Método Paulo Freire”, ver FERNANDES, Calazans; TERRA, Antônia. **40 horas de esperança – o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo: Ática, 1994.

acerca do objetivo da Campanha: “libertação popular, através da educação”. No que se refere à justificativa da Campanha, lê-se que:

A “Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” [...] [nasceu] como resposta de uma região subdesenvolvida ao desafio do analfabetismo, da miséria, do déficit escolar, que marcaram a face da cidade do Natal; [nasceu] da reivindicação popular, que denunciou o retrocesso da escola pública entre nós [...]. A “Campanha De Pé no Chão” é a resposta de um Povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a espoliação; pela afirmação do direito de todos à educação; pela autenticidade de uma cultura brasileira; por uma escola brasileira consciente, crítica e demonstrativa.¹⁴⁸

Desse modo, como a Campanha representava a confirmação do comprometimento de Djalma Maranhão com as camadas populares, as discussões e ações postas em prática no desenvolvimento desse movimento educacional representavam espaço no palco das discussões políticas e sociais para aqueles que compunham os quadros da Campanha, uma vez que as discussões abordavam os problemas pelos quais passava a maioria da população natalense. Por isso, a proposta educacional desenvolvida pela Campanha “De Pé no Chão” contrapunha-se a situação de miséria, subdesenvolvimento, fome, analfabetismo na medida em que possibilitava o questionamento da ordem social vigente, adversa a qualquer transformação, o que constituía, segundo os homens do poder, “subversão da ordem” que deveria ser contida, visto que

a referida Campanha é fruto da ação política decorrente de um nacionalismo identificado com o ideário de libertação nacional em relação ao imperialismo norte-americano, e pelos ideais de educação popular e cultura popular, que atuariam como veículos de libertação, em sintonia com as lutas desenvolvidas sob a bandeira das *reformas de base*.¹⁴⁹

O acesso à educação por parte das camadas populares tornava-se uma realidade, apresentando-se como uma possibilidade de solução para o alarmante quadro de analfabetismo que marcava o cenário educacional natalense.¹⁵⁰ As camadas populares, através da Campanha, passaram a ter contato direto com a cultura letrada, o que possibilitou, na

¹⁴⁸Livro de Leitura da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

¹⁴⁹COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 32-33 (grifos da autora).

¹⁵⁰Segundo Willington Germano, a situação educacional do município era dramática e o número de escolas públicas regredia ao longo dos anos, ao invés de aumentar. De uma população de 154.276 habitantes, segundo o censo de 1960, Natal possuía mais de trinta mil analfabetos (adultos e crianças) sem escolas (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 99-100).

medida em que “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”,¹⁵¹ uma nova forma de ver e, sobretudo, de atuar diante dos problemas que assolavam o país, visto que “a relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles do grupo”.¹⁵² Dessa forma, podemos afirmar, concordando com Lúcia Costa, que a atuação da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” diante do quadro de analfabetismo da capital do estado contribuiu para afinar o diálogo entre a administração municipal e a comunidade. Segundo a autora,

a população empolgava-se na luta contra o analfabetismo e expressava em cartazes e faixas nas ruas, os resultados da *Campanha*. Destaca-se, ainda, a importância das reuniões periódicas nos Acampamentos Escolares, quando eram tratados os problemas sociais de cada bairro e não apenas os problemas relacionados à educação.¹⁵³

A Campanha destacou-se, também, pela sua atuação cultural, na qual a cultura era concebida como veículo de resistência à dominação. O referido movimento propugnava, de acordo com Lúcia Costa, “a emergência de uma cultura popular ‘genuinamente’ brasileira, visando à valorização de suas raízes, em contraposição ao *transplante cultural* efetuado pelo imperialismo dominante, conforme o discurso da época”.¹⁵⁴

Partindo dessa premissa, é importante esclarecer que o significado do termo “cultura popular” assume “forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetida o Brasil, desde o descobrimento, até os dias atuais”. Isso significa dizer que a “eclosão dos movimentos de cultura popular” representava uma tomada de “consciência dessa dominação por parte do povo brasileiro”.

Nessa perspectiva, a cultura popular assume uma dimensão importante no processo de luta pela libertação nacional em dois momentos essenciais: num primeiro momento, assume o “sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos aos nossos valores, outros criados e elaborados aqui”, sendo esta a tarefa fundamental da cultura popular, conforme se concebia naquela conjuntura política, ou seja, “sobrepôr a nossa cultura às culturas estrangeiras”. Num segundo momento, “a cultura popular assume um caráter de luta que, ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promova a integração do

¹⁵¹CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998, p. 77.

¹⁵²_____. As práticas da escrita. In: _____ (dir.) **História da vida privada**. (Do Renascimento ao século das luzes), p. 119.

¹⁵³COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 36.

¹⁵⁴Id., Ibid., p. 31 (grifos da autora).

homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo”.¹⁵⁵

Desse modo, desenvolvida no contexto do quadro de efervescência política do início da década de 1960, a Campanha “De Pé no Chão”, inseria-se na perspectiva do reformismo social do período. Partindo dessa premissa, recorrendo a Renato Ortiz, “a noção de ‘cultura popular’ é definida em termos exclusivos de transformação”, o que nos leva a concluir que o termo “cultura popular” empregado para definir a Campanha “De Pé no Chão” remete essencialmente a uma ação de caráter fundamentalmente reformista.¹⁵⁶

Para Carlos Estevam, a “cultura popular” “essencialmente diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não a ação política em geral, mas a ação política do povo”.¹⁵⁷ E o acesso ao conhecimento por parte das camadas populares proporcionado pela Campanha possibilitava a formação da “consciência política” referenciada pelo autor, na medida em que promovia, além do processo de alfabetização propriamente dito, ou como parte desse processo, a reflexão sobre os problemas enfrentados pela população natalense naquele período.

O conceito de “cultura popular” confundia-se, nessa perspectiva, “com a idéia de conscientização”. Tratava-se de “um projeto político que utiliza a cultura como elemento de sua realização. O termo se reveste portanto de uma nova conotação, significa, sobretudo função política dirigida em relação ao povo”.¹⁵⁸

Daí observarmos que nos Acampamentos Escolares onde se ministravam as aulas, segundo Lúcia Costa, “era comum a valorização das raízes culturais como atividade educativa”. Nessa perspectiva, “nos momentos de recreação e datas comemorativas, havia destaque para as manifestações folclóricas e para o incentivo ao conhecimento da tradição cultural de cada bairro”.¹⁵⁹

Partindo desses pressupostos, a idéia da cultura na gestão de Djalma Maranhão, segundo Isa Ribeiro, “não era a criação de espetáculos para serem assistidos pelo povo, mas

¹⁵⁵Esse conceito de “cultura popular” refere-se à definição proposta no documento “Cultura Popular e Pé no Chão”, elaborado pelos organizadores da Campanha, apresentado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, em Recife *apud* FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular. Educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 71-74.

¹⁵⁶ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 71.

¹⁵⁷ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963, p. 29-30.

¹⁵⁸ORTIZ, Renato. Op. Cit., p. 71.

¹⁵⁹COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiães da ordem”, p. 37-38.

sim a adoção de atividades que estimulassem o povo a participar, discutir e se identificar com elementos culturais da sociedade local”, uma vez que

por intermédio da cultura o governo Maranhão criou canais de comunicação com as classes populares. Desde a primeira administração encontramos ações culturais que almejavam estimular a participação popular, mas na segunda gestão essas ações se consolidaram. [...] A cultura esteve vinculada à campanha, quando foram adotados projetos populares na escola. Mais que isso podemos afirmar que o ponto de referência da cultura era a campanha, na qual os elementos da cultura e da educação se confundiam.¹⁶⁰

Respaldoando-se nessa definição, a cultura popular possibilitaria ao homem “assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas, principalmente, criador de expressões culturais”.¹⁶¹ É nesse sentido que devemos entender os espaços nos quais se desenvolviam as manifestações que compunham o quadro de atividades da Campanha: as praças de cultura, “integrando parque infantil, quadra polivalente de esportes, biblioteca e jornal mural, serviços de cinema, som e televisão e organização de debates com a comunidade”.¹⁶²

Assim, o programa cultural da Campanha dava especial incentivo à prática da leitura, através de seu programa de bibliotecas populares, possibilitando ao povo o acesso ao conhecimento, que também era obtido através do acesso a várias manifestações culturais que compunham as atividades realizadas como parte daquele movimento educacional. Como afirma Lúcia Costa:

O incentivo à cultura, por parte da Campanha, também contribuiu para ativar os grupos folclóricos locais, que por meio das Praças de Cultura [...] ampliavam o alcance dessas manifestações, promoviam exposições de artes plásticas, feiras de livros, apresentações literárias e musicais, concorrendo para a organização cultural da cidade do Natal.¹⁶³

Nessa perspectiva, com o desenvolvimento da Campanha “De Pé no Chão” confirmava-se o compromisso de Djalma Maranhão em colocar a educação como meta de sua administração, como forma de possibilitar a “luta contra a miséria, contra a espoliação”, a luta “por uma escola brasileira consciente, crítica e demonstrativa” e, sobretudo, a luta de Djalma

¹⁶⁰RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 36 e 37.

¹⁶¹FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular. Educação popular. Memória dos anos 60**, p. 74.

¹⁶²RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. Op. Cit., p. 47.

¹⁶³COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiães da ordem”, p. 37.

“pela afirmação do direito de todos à educação”. Objetivos que transformaram a Campanha em alvo principal da repressão política desencadeada a partir de abril de 1964 e, conseqüentemente, serviram de respaldo para a configuração da Prefeitura Municipal como um espaço da subversão no Rio Grande do Norte pelos defensores da ordem.

2.2 – O golpe militar e a nova conjuntura política no Rio Grande do Norte

Deflagrado o golpe militar, momento a partir do qual “em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão”, como afirma Maria Helena Moreira Alves,¹⁶⁴ a Prefeitura Municipal de Natal passou a ser alvo da ação dos órgãos de segurança logo no período inicial de implantação do regime.¹⁶⁵

As administrações de Djalma Maranhão, principalmente a segunda, voltadas sobretudo à erradicação do analfabetismo e à valorização da cultura, estabelecendo diálogo com a população marginalizada através dos Comitês Nacionalistas, contrapunham-se às forças conservadoras – representadas no estado, naquele momento, pelo governador Aluizio Alves.

Essas forças conservadoras estavam interessadas na manutenção da ordem vigente, adversa a qualquer transformação que pudesse modificar o quadro de analfabetismo, fome, miséria, desemprego, observado principalmente no Nordeste do país, corroborando aquilo a que se refere Moacyr de Góes ao afirmar que “quando um novo bloco no poder assume, em função de uma articulação golpista, reacionária e de direita”, as ações direcionam-se sobretudo para “a liderança que lhe é oposta, isto é, os partidários de uma política que faz avançar a democracia, a cidadania e que abre espaço à ideologia de esquerda”.¹⁶⁶ E essa liderança na capital do estado era o prefeito Djalma Maranhão.

¹⁶⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, p. 97.

¹⁶⁵ Embora Willington Germano afirme que “não foi esboçada nenhuma tentativa concreta de resistência” ao movimento golpista no cenário político norte-rio-grandense, dada à ação rápida dos representantes do poder ditatorial, consideramos importante ressaltar que os sindicatos marítimos de Areia Branca e Macau, centros produtores de sal no interior do estado, entraram em greve em protesto contra a deflagração do golpe; que o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, José Rodrigues Sobrinho enviou um telegrama de solidariedade a João Goulart e que, os universitários, cuja União Estadual dos Estudantes era presidida por João Faustino Ferreira Neto, lançaram um documento no dia 2 de abril abordando os principais acontecimentos do novo quadro político que se configurava no estado, como a assembléia geral dos universitários, realizada no dia 1º de abril e encerrada pelo Exército, as prisões de líderes sindicais e ameaças aos estudantes e a ocupação da Prefeitura (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 152).

¹⁶⁶ GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 59.

A propósito, é importante esclarecer-se aqui que, eleitos como integrantes da mesma coligação partidária – a “Cruzada da Esperança” – as divergências políticas entre Aluizio Alves e Djalma Maranhão acentuaram-se quando da deflagração do golpe, momento a partir do qual, ao assumirem suas posturas – o primeiro a favor e o segundo contra – essas duas lideranças, como representantes da administração estadual e municipal, respectivamente, direcionaram as ações dos órgãos de segurança, uma vez que nesse momento inicial de implantação do regime militar, as posturas políticas frente ao golpe serviram de respaldo para indicar onde estava, segundo os agentes da repressão, o “perigo” à ordem democrática. Na verdade, as divergências políticas entre Aluizio Alves e Djalma Maranhão foram marcantes desde o início das administrações, após a eleição de 1960. Sobre essas divergências, assim se expressa Isa Ribeiro:

As divergências entre Alves e Maranhão no campo ideológico sempre foram marcantes. Enquanto Aluizio Alves fazia acordos com a *Aliança Para o Progresso* para conseguir recursos destinados as obras do governo, Djalma Maranhão, por defender o nacionalismo e a luta antiimperialista, argumentava que era obrigação do poder público encontrar caminhos que levassem à independência do povo. A busca por um governo comprometido com o nacionalismo estava perfeitamente sintonizada com as lutas da esquerda naquele momento. Vivia-se um momento de forte nacionalismo e Maranhão buscava na sua prática administrativa usar essa inspiração.¹⁶⁷

Daí a necessidade de uma ação rápida dos protetores da ordem nesse setor da administração pública. Assim sendo, a partir de abril de 1964, as ações realizadas quando Djalma Maranhão estava à frente do Executivo Municipal, principalmente as realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, passaram a ser definidas como “subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem”, servindo de respaldo para justificar as ações dos órgãos de segurança contra o prefeito e o quadro de funcionários da Prefeitura.

Naquela conjuntura, a declaração do chefe do Executivo Municipal, logo após a deflagração do golpe, segundo a qual “o prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência”,¹⁶⁸ revestiu-se de uma relevância particular para os agentes da ordem nesse período de “caça” ao comunismo, sendo referenciada (exaustivamente!) pela comissão de inquérito estadual no período de sua atuação – de abril a setembro de 1964 – justificando a intervenção das tropas do Exército logo no

¹⁶⁷RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 35 (Grifos da autora).

¹⁶⁸DIÁRIO DE NATAL, 01 de abr. de 1964.

período inicial de implantação do regime militar, na Prefeitura Municipal de Natal.

E, nesse caso, embora para Mailde Galvão, que se encontrava na Prefeitura no momento da invasão, a designação da Prefeitura como “Quartel General da Legalidade” não representasse, na prática, perigo a tão enfatizada e pretendida ordem, visto que a Prefeitura, como QG da Legalidade, “era apenas o lugar onde se encontravam algumas lideranças estudantis, sindicais e assessores do prefeito angustiados por notícias que chegavam, raras e censuradas, através de um rádio portátil, ao gabinete do prefeito”.¹⁶⁹

Não nos esqueçamos de que a declaração do prefeito Djalma Maranhão fora divulgada no momento em que os representantes do regime autoritário já se encontravam articulados para atuar no sentido de reprimir qualquer forma de resistência; e o prefeito de Natal, assumindo publicamente sua postura contrária ao golpe militar, colocava a Prefeitura na arena da subversão no Rio Grande do Norte, o que exigia ação imediata dos agentes da ordem no sentido de conter o “perigo” instalado, segundo eles, naquele setor de atividades. Assim sendo, logo no dia 02 de abril de 1964, o Diário de Natal divulgava reportagem em que explicitava:

QUARTEL DA LEGALIDADE FECHADO PELO EXÉRCITO

Cerca de 21 horas de ontem, uma patrulha do Exército ocupou as dependências da Prefeitura, dissolvendo uma reunião política que ali se realizava. Como se sabe, o prefeito Djalma Maranhão, desde as primeiras horas de ontem anunciou a instalação na Edilidade, do quartel-general da legalidade. A Prefeitura poderia voltar às atividades administrativas normais, não sendo permitidas, no entanto, qualquer reunião de caráter político.¹⁷⁰

Como a Prefeitura representava a instância do poder público que abrigava um prefeito assumidamente preocupado com os problemas da população, vinculado às lideranças populares, constituía, naquele momento inicial de instabilidade política, o refúgio para aqueles que pretendiam ser fiéis aos princípios reformistas. Nesse sentido, Moacyr de Góes afirma que:

para as forças nacionalistas que apoiavam o Prefeito Djalma Maranhão, apesar da geral desinformação, a situação se mostrava bem clara: a defesa do Governo legitimamente constituído do Presidente João Goulart era a alternativa para manter abertas as instituições democráticas. Sustentar a legalidade era a postura compatível com o nosso discurso político e com a prática vivenciada pelo governo municipal.¹⁷¹

¹⁶⁹GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril, p. 30-31.

¹⁷⁰DIÁRIO DE NATAL, 02 de abr. de 1964.

¹⁷¹GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964**: uma escola democrática, p. 145.

Entretanto, diante do quadro político pós-golpe, a postura política do prefeito e daqueles vinculados a sua administração que comungavam dos mesmos princípios, representava, segundo os homens do poder, uma ameaça ao regime democrático. Nessa perspectiva, apesar da fidelidade aos princípios democráticos sugerida por Moacyr de Góes – ou talvez por isso – a partir daquele momento, inúmeras ações – começando com a invasão – foram empreendidas pelos detentores da ordem, direcionadas à Prefeitura Municipal cujo objetivo era “limpar” esse setor de atividades de toda subversão supostamente existente nos seus quadros.

E, responsáveis por tal tarefa, no dia 2 de abril de 1964 os guardiões da ordem executaram as prisões do Prefeito Djalma Maranhão e do vice-Prefeito Luiz Gonzaga dos Santos em pleno expediente de trabalho, consideradas por Mailde Galvão como “a consumação da violência contra os direitos humanos e contra a democracia, executada pela ditadura militar no Rio Grande do Norte”.¹⁷² A partir daquele momento, as perseguições políticas de todos aqueles vinculados não só à Prefeitura, mas também aos diversos setores de atividades configurados como espaços da subversão, já referenciados no primeiro capítulo, passaram a ser constantes no trabalho da comissão de inquérito estadual. Recorrendo uma vez mais a Mailde Galvão:

A partir daquela tarde [2 de abril de 1964], a caça aos considerados subversivos foi desencadeada com o aparato militar semelhante aos vistos nos filmes que mostram a perseguição nazista. Para efetuar a prisão de uma pessoa indefesa e amedrontada, isolavam todo um quarteirão, invadiam as residências armados com fuzis e metralhadoras, revistavam todas as dependências, especialmente as bibliotecas, onde apreendiam os livros de acordo com os títulos. O “subversivo” era então detido e levado sem explicações à família, que teria de sair procurando localizá-lo nos quartéis.¹⁷³

Nesse período de “caça” a subversão existente na Prefeitura Municipal, segundo os homens do poder, e no intuito de resguardar a ordem ameaçada, as ações repressivas se sucediam de forma rápida e eficaz, modificando a chefia do Executivo Municipal no período em apreço e configurando, passo a passo, a Prefeitura como um espaço utilizado para abrigar a “subversão” nos seus quadros, principalmente na Secretaria Municipal de Educação. Assim, no dia 03 de abril, o Diário de Natal divulgava reportagem em que evidenciava – além da prisão efetuada por patrulhas do Exército no dia anterior – o *impeachment* do prefeito Djalma

¹⁷²GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 50.

¹⁷³Id., Ibid., p. 50.

Maranhão e do vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos, decretado pela Câmara Municipal. Dizia a reportagem, entre outras coisas que

o comando militar informava à Câmara que, sendo o prefeito e o vice-prefeito comunistas, estavam impedidos de exercer os seus mandatos. Diante dos fatos, a Mesa da Câmara solicitou do Comando Militar que a comunicação fosse feita por ofício, permanecendo o Legislativo reunido. Já por volta das 22 horas, chegou à Câmara o ofício do coronel Mendonça Lima, nos termos da comunicação verbal anterior.¹⁷⁴

No dia anterior, 02 de abril, a Câmara Municipal de Natal se reunira três vezes. Na primeira sessão, de caráter ordinário, cuja presidência coube ao vereador Raimundo Elpídio da Silva, os vereadores José Gurgel Guará e Manoel Eugênio Neto, foram os primeiros a se manifestarem solidários ao movimento militar. Logo em seguida, foi realizada uma sessão secreta – que talvez por esse fato não conste nos livros de atas da Câmara – que não somente apreciaria as denúncias efetuadas pelo comando militar, como ainda votaria o *impeachment* do prefeito e do vice-prefeito. E, finalmente, foi realizada a terceira sessão do dia, já em caráter extraordinário, cuja finalidade era “dar posse oficial ao senhor vereador Raimundo Elpídio da Silva como prefeito municipal de Natal, considerado vago pela Casa em consonância com as denúncias apresentadas pelo comando militar de Natal [...] contra o então prefeito Djalma Maranhão e também [contra] o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos que da mesma maneira fora considerado impedido”. Sendo assim, “a Câmara Municipal de Natal, em sessão secreta, aceitara as denúncias apresentadas pelo comando militar”.¹⁷⁵

Desse modo, tomando como verídicas as acusações do comando militar, representado pelo coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima, que respondia pelo comando da Guarnição Militar de Natal, a Câmara Municipal aprovou o *impeachment* do prefeito e do vice-prefeito, tornando pública sua decisão em nota divulgada no Diário de Natal de 03 de abril de 1964, na qual se afirmava:

Declaramos que votamos o *impeachment* do prefeito e vice-prefeito, por estarmos certos de que estamos defendendo a Democracia, que se define na liberdade de pensamento individual. Tomamos tal atitude por não estarmos coagidos por ninguém e reconhecermos a plena vigência da Democracia.¹⁷⁶

¹⁷⁴Natal. Ata da Sessão Extraordinária da 2ª Reunião Legislativa. Quinta Legislatura. Primeiro Período. *apud* GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p.153-154.

¹⁷⁵Id., *Ibid.*, p. 154.

¹⁷⁶GERMANO, José Willington. *Op. Cit.*, p.155.

Não é demasiado enfatizarmos o paradoxo da nota divulgada pela Câmara Municipal. Ora, se como evidencia a nota, a democracia “se define na liberdade de pensamento individual”, Djalma Maranhão, na condição de representante do Executivo Municipal, e considerando-se suas posturas políticas, ao se posicionar contrário ao golpe militar, não exercia plenamente sua liberdade de pensamento individual? Em realidade, segundo Willington Germano, democracia, a partir de abril de 1964, passou a ser entendida como “estabilidade política e ausência de reivindicações populares”, assumindo “um caráter justificador da ordem social vigente, portanto, do sistema de exploração”, o que significava colocar *do outro lado da fronteira*, do lado passível de repressão, qualquer pensamento contrário ao dos defensores da ordem. Assim sendo, “a desmobilização e a passividade dos setores explorados da sociedade são condições imperativas para a ‘sobrevivência da democracia’”, ameaçada, segundo os guardiões da ordem, pelo comunismo.¹⁷⁷

E Djalma Maranhão, cujo posicionamento contrário ao golpe militar foi considerado por Moacyr de Góes como “momento heróico de desafios” ao analisar as “avaliações de riscos em função da fidelidade de compromissos assumidos” pelo ex-prefeito,¹⁷⁸ representava uma ameaça à ordem democrática por ser fiel aos seus princípios políticos. Fidelidade sustentada mesmo depois de deposto e preso nos cárceres da ditadura, quando reiterou sua posição e referenciou o presidente deposto João Goulart como representante da legalidade democrática.

Em julho de 1965, numa *mensagem ao povo brasileiro*, Djalma Maranhão, já no exílio em Montevideu, assim se expressava, referindo-se à deposição do cargo para o qual fora eleito em 1960:

Fui deposto porque luto contra aqueles que submetem os interesses econômicos do Brasil a voragem insaciável dos grupos estrangeiros, responsáveis diretos pela inflação e, conseqüentemente, pelo estado de miséria em que vive a maioria do nosso povo. Defendi a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros dos trustes para o exterior.¹⁷⁹

Dessa forma, Djalma Maranhão, considerado como principal responsável por disseminar a “subversão” na Prefeitura, deixara de representar uma “ameaça” ao regime ditatorial instaurado, passando a responder por sua postura política na prisão. “Correu o risco.

¹⁷⁷GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p.164.

¹⁷⁸GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco. Um estudo de caso**: Djalma Maranhão, p. 19.

¹⁷⁹Mensagem ao Povo Brasileiro *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p.261

Pagou o preço. Foi fiel aos compromissos assumidos na vida pública”.¹⁸⁰ Destino semelhante seguiu o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos.¹⁸¹

Concluída a primeira ação de “limpeza” da subversão existente, segundo os defensores da ordem, na Prefeitura – a deposição do prefeito e do vice-prefeito – o novo representante do Executivo Municipal, Raimundo Elpídio da Silva, logo no dia 03 de abril, exonerou do cargo de Secretário de Educação do Município, o professor Moacyr de Góes.

Ressalte-se, todavia, que o vereador Raimundo Elpídio, permaneceu à frente da Prefeitura apenas três dias, “tempo suficiente para a conclusão dos entendimentos entre o governo do estado, autoridades militares e vereadores, e que redundou na indicação do contra-almirante Tertius Cezar Pires de Lima Rebello para ocupar o cargo de prefeito”. Raimundo Elpídio foi escolhido para ocupar o cargo de vice-prefeito.¹⁸²

Observamos, portanto, que em poucos dias configurava-se uma nova conjuntura política em Natal e para a consolidação da mesma tornava-se imperativo afastar qualquer possibilidade de questionamento, o que no Rio Grande do Norte não constituiu tarefa difícil, dada a ação rápida dos órgãos de segurança, conforme referencia Willington Germano. Para o autor,

Em oito dias a situação política da cidade de Natal estava inteiramente modificada. O prefeito e o vice-prefeito foram depostos e cassados; o Exército ocupara os sindicatos operários [...]; foram escolhidos os novos prefeito e vice; a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” fora realizada; começaram as prisões e as repressões; começaram as intervenções nos sindicatos e nos diretórios estudantis. Foram instaladas, finalmente as várias comissões de inquérito.¹⁸³

Em outras palavras, afastar do cenário político todos aqueles vinculados a segunda administração de Djalma Maranhão, sob o pretexto de ameaça à democracia.¹⁸⁴ Logo, o novo prefeito, como tarefa precípua, “iniciou o expurgo dos auxiliares do seu antecessor”,

¹⁸⁰GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco. Um estudo de caso:** Djalma Maranhão, p. 21-22.

¹⁸¹Djalma Maranhão morreu no exílio em Montevideú, na madrugada de 30 de julho de 1971, vítima de um colapso cardíaco, após passar por sucessivas prisões da ditadura militar. Foi sepultado em Natal no dia 02 de agosto. Luiz Gonzaga dos Santos morreu de infarto em uma prisão de Recife, em 1967, quando cumpria pena de um ano de reclusão, por condenação da IV Auditoria Militar.

¹⁸²GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo:** a campanha de pé no chão, p. 155-156.

¹⁸³Id., *Ibid.*, p. 157.

¹⁸⁴De acordo com Octávio Ianni, não há golpe de Estado que não seja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia. Partindo desse pressuposto, a sociedade civil, principalmente em seus setores populares, é considerada pouco organizada, incapaz, sujeita à anarquia, o que significa dizer que as lutas pela terra, salário, saúde, habitação, educação e outras reivindicações são vistas como desordem, germes da subversão (IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina**, p. 138).

realizando “uma devassa sem precedentes na administração municipal”.¹⁸⁵ Portanto, para que a “limpeza” empreendida pelos agentes da repressão na Prefeitura obtivesse maiores resultados, tornava-se necessário realizar o “expurgo dos auxiliares” de Djalma Maranhão, sobretudo daqueles vinculados à Secretaria Municipal de Educação, que constituía o setor da Prefeitura responsável pelo crime maior de “subversão da ordem” praticado por essa instância do poder público contra a segurança nacional: a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”.

Partindo dessas considerações, os funcionários da Prefeitura vinculados à Campanha passaram a ser inseridos na lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte, cujas acusações relacionavam-se às atividades realizadas no desenvolvimento desse movimento educacional; dizendo de outra forma, atividades administrativas condizentes com as propostas reformistas de Djalma Maranhão, desempenhadas por funcionários públicos nos seus respectivos ambientes de trabalho, adquiriram sentidos outros, necessários para respaldar as arbitrariedades cometidas em nome da ordem, da segurança, da democracia.

E, nesse caso, consideramos relevante evidenciar todo o aparato militar que era despendido para efetuar as prisões desses funcionários – tanto da Prefeitura quanto dos outros setores nos quais atuou a comissão de inquérito estadual – fato que denota o alto grau de periculosidade atribuído, pelos protetores da ordem, aos considerados “subversivos”. Tratava-se de uma verdadeira operação de guerra, o que causava espanto na população que assistia ao desenrolar dos acontecimentos. A partir de 1º de abril de 1964, viam-se pessoas que até o dia anterior eram vistas como cidadãos comuns, exercendo suas atividades administrativas, passarem a ser considerados indivíduos perigosos à sociedade. Expressivo dessa assertiva é o comentário feito por Mailde Galvão sobre o momento da prisão do advogado e ex-líder estudantil Hélio Xavier de Vasconcelos:

Hélio foi avisado pela empregada da casa que um oficial do Exército queria lhe falar e que a residência encontrava-se cercada por soldados. Estando no primeiro andar, foi até a janela e viu o quarteirão até a esquina cercado por soldados armados com fuzis e metralhadoras, curiosos nas calçadas e um jipão à sua espera.¹⁸⁶

Referindo-se a sua própria prisão, assim se expressa Mailde Galvão:

Na noite do dia 8 [de abril de 1964], encontrava-me na residência de uma irmã, nas imediações do 16º RI, quando chegou, muito assustada, a minha

¹⁸⁵GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 55-56.

¹⁸⁶Id., Ibid., p. 66-67.

filha, acompanhada por militares do Exército, armados com metralhadoras para me levarem. Não deram explicações e, sem palavras, conduziram-me a um jipe e mandaram-me sentar no banco traseiro, entre dois soldados que não conseguiam acomodar bem as suas armas. Sentados a frente estavam o motorista e um oficial.¹⁸⁷

Essas ações dos órgãos de segurança evidenciam que houve, após a deflagração do golpe militar, uma manipulação ideológica da questão social, pelos homens do poder, como lugar da violência, da desordem, da subversão, abrindo, assim, a possibilidade de adoção de medidas de segurança, controle e repressão dos movimentos sociais e das propostas políticas reformistas por parte do Estado de Segurança Nacional, então instalado. Nesse sentido, as lutas pela terra, salário, habitação, educação e outras reivindicações foram consideradas, pelas forças repressivas, como “desordem”, “subversão”, “ameaça à democracia e à civilização ocidental e cristã”, o que justificava as ações dos agentes da ordem no sentido de conter esse processo de mudança, interpretado como revolução comunista.

Conduzidos aos cárceres da ditadura militar no Rio Grande do Norte, os considerados “subversivos” eram submetidos aos interrogatórios cuja finalidade era comprovar as supostas ações subversivas praticadas contra a segurança nacional. E, nesse caso, havia a preocupação, por parte dos representantes da ordem, em colher os depoimentos em grau crescente de importância dos responsáveis pela subversão no estado, estabelecendo uma hierarquia, conforme noticiava o Diário de Natal:

PRIMEIRO OS DE MENOR IMPORTÂNCIA:

“Cabeças” da agitação serão ouvidos, depois.

Prosseguem, no Quartel da Polícia Militar, as inquirições de pessoas detidas pelo Exército, como suspeitas de atividades comunistas, em nosso Estado. [...] Sabe-se que, até agora, foram ouvidas poucas pessoas, tendo em vista longos depoimentos tomados por aquelas duas autoridades. Os inspetores decidiram ouvir, em primeiro lugar, os detidos residentes no interior. [...] O inquérito teria prosseguido hoje, domingo, dispostos os Drs. Carlos Veras e José Domingos a não perder nenhum dia, tendo em vista o grande trabalho de inquirições, ainda a fazer. **Só depois dos indiciados considerados de importância menor, passarão a inquirir os chamados líderes esquerdistas em nosso Estado detidos pelas autoridades militares e recolhidos aos quartéis do Exército.**¹⁸⁸

Os depoimentos eram colhidos sob um clima de muita tensão, caracterizado pelo uso da tortura psicológica, que se manifestava na simulação de transferência dos presos de um

¹⁸⁷GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 59.

¹⁸⁸DIÁRIO DE NATAL, 26 abr. 1964 (Grifo nosso).

quartel para outro, geralmente do 16º RI para as prisões de Fernando de Noronha ou na técnica de intriga empregada pelos representantes do regime autoritário, ou seja, a tentativa de colocar os presos uns contra os outros como forma de conseguir informações, mesmo que fossem falsas.

Havia ainda a preocupação com os mínimos detalhes do local escolhido para a realização do interrogatório, fato que contribuía para intimidar o indiciado. Se a preocupação dos agentes da ordem era comprovar a subversão nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte, qualquer estratégia que mostrasse eficácia nessa empreitada era utilizada. E como em grande medida as posturas políticas dos considerados “subversivos” foram fundamentais para comprovar a subversão existente, segundo as forças repressivas, nos setores aos quais eram vinculados, o interrogatório constituía um momento importante na estação de “caça” à subversão, uma vez que era o momento de colher do indiciado a comprovação da “subversão” praticada contra a segurança nacional. E nesse caso é oportuno fazermos referência a Elias Canetti quando afirma que

mesmo em circunstâncias normais, a resposta sempre aprisiona aquele que a deu. [...] Ela o obriga a posicionar-se num determinado lugar e permanecer ali, tendo o inquiridor a alvejá-lo de todas as direções. Este o circunda, por assim dizer, escolhendo a posição que lhe convém. Pode rodeá-lo, surpreendê-lo e confundi-lo. A mudança de posição confere-lhe uma espécie de liberdade da qual o inquirido não pode desfrutar. Com sua pergunta, o inquiridor lança-se sobre ele e, se logra tocá-lo com ela – ou seja, se logra obrigá-lo a responder -, ele o capturou, aprisionando-o num determinado lugar.¹⁸⁹

E representativo dessa assertiva de Elias Canetti é a referência ao interrogatório do escritor Nei Leandro de Castro, indiciado do “setor estudantil”, segundo a qual

Certa madrugada, o delegado Veras e o delegado Domingos mandaram buscá-lo para uma sessão de interrogatório. Nei ficou numa sala vazia e escura, sentado num tamborete, uma luz muito forte contra os olhos. Os dois circulavam em sua volta, fazendo ameaças e encenações. Gritavam, crivavam de perguntas, exibiam os livros “subversivos” que havia escrito: “Voz Geral”, poesia e “Revolução e Contra-Revolução”, peça de teatro.¹⁹⁰

Mailde Pinto Galvão, diretora da Diretoria de Documentação e Cultura, na segunda administração de Djalma Maranhão, comentando sobre o seu depoimento prestado ao

¹⁸⁹CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 286-287.

¹⁹⁰GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril, p. 131-132.

delegado Carlos Veras, “momento de maior risco para os presos políticos”, realizado no mês de julho, afirma que

o delegado [...] afirmou que conhecia tudo sobre minha vida e sobre os atos subversivos que eu havia praticado como Diretora de Cultura. Aconselhou a não mentir nem omitir o que já estava documentado. [...] Afirmou que estava convencido da minha responsabilidade na preparação de guerrilhas e que eu seria transferida para um cárcere no Estado de Pernambuco. [...] A segunda fase do interrogatório girou em torno de uma reunião de professores com o prefeito, quando foi estudada a possibilidade de ser editada uma cartilha para alfabetização de adultos. [...] Interrogou, ainda, sobre a conscientização política nos programas da Diretoria de Cultura [...]. Insistia que a nossa conscientização visava à preparação de uma revolução comunista. No interrogatório pude sentir o valor e o significado de cada palavra e cada gesto. Quando me parecia que havia esgotado o assunto, o delegado repetia a mesma pergunta, com outra formulação, como se fosse a primeira vez. Minha resposta teria de ser a mesma sem me confundir.¹⁹¹

Observamos, assim, que a preocupação do delegado Carlos Veras, condizente com a tarefa para a qual fora designado, era colher do “subversivo” algo que pudesse incriminá-lo, algo que naquela conjuntura se constituísse, conforme defendiam, num “perigo” à ordem democrática e esse “perigo” era atribuído às ações realizadas pelos indiciados antes do golpe nas suas respectivas áreas de atuação. E, nesse caso, recorreremos uma vez mais a Elias Canetti quando afirma que na condução do interrogatório há um restabelecimento do passado. Para esse autor, as perguntas dirigidas por aqueles que se arrogam detentores do poder “em essência, estão a serviço da segurança e da ordem”. Desse modo, “quer-se saber quão perigoso alguém poderia tornar-se, e, tendo esse alguém se tornado de fato perigoso, poder capturá-lo de imediato”. Nessa perspectiva, na condução do interrogatório

constrói-se, então, um sistema de perguntas que se presta ao controle sobre as respostas; [...] O interrogado encontra-se numa relação de hostilidade para com o interrogador. [...] ele somente escapa se o faz crer que não é um inimigo [...]. Os caminhos que uma pessoa percorreu, os lugares em que esteve, as horas que viveu e que outrora lhe pareceram livres, sem ninguém a persegui-la, passam subitamente a sofrer perseguição. Todos os caminhos precisam ser novamente percorridos, todos os lugares revisitados, até que reste o mínimo possível daquela liberdade passada.¹⁹²

Daí atribuir outros sentidos ao trabalho desenvolvido pelo indiciado, no caso de Mailde Galvão, as ações realizadas pela Diretoria de Documentação e Cultura. Nessa

¹⁹¹GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 162-163.

¹⁹²CANETTI, Elias. **Massa e poder**, p. 289.

perspectiva, na condução do interrogatório, “o inquisidor prevê o controle das respostas, feitas repetidamente e de várias formas”, o que denota a “previsão do inquisidor sobre o que pode ou não explorar do seu interrogado, seja uma palavra, ação, atitude ou determinada postura que o possa incriminar”.¹⁹³

Exemplo disso foram as definições acerca da “conscientização política” nos programas da Diretoria de Cultura, atribuídos nesse mesmo interrogatório. Para o agente da ordem, a conscientização “visava à preparação de uma revolução comunista”. Para Mailde, “a palavra conscientização, usada nos nossos programas, destinava-se a preparar o homem para os seus direitos à cidadania, integração e promoção social”.¹⁹⁴ Falava-se sobre o mesmo assunto, mas com perspectivas díspares, o que dificultava – ou impossibilitava – o entendimento, prevalecendo, assim, o discurso do agente da ordem, concebido como discurso oficial, o que nos leva a concluir que a condução do inquérito revestia-se “de uma culpa atribuída ao indiciado, a partir mesmo da forma como é conduzido, independentemente da postura do indiciado”.¹⁹⁵

Procurava-se, portanto, homogeneizar as mais diversas atividades, realizadas pelos funcionários da Prefeitura Municipal como “subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem” para justificar os instrumentos de força utilizados pelos representantes do regime autoritário em nome da ordem e da segurança nacional.

Esse discurso dos agentes da ordem era disseminado de tal forma que, mesmo pessoas não diretamente vinculadas à repressão política, apontavam a necessidade da continuidade das prisões, admitindo, assim, a existência de “subversivos” em grande profusão nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte. Ainda referindo-se a prisão de Hélio Xavier de Vasconcelos, Mailde Galvão evidencia a preocupação daquelas pessoas com a prisão dos supostos subversivos, a exemplo desse jornalista:

No momento da prisão, [Hélio Xavier de Vasconcelos] ouvia um noticiário político, transmitido através de um rádio, na voz do jornalista Adalberto Rodrigues, que ameaçava entusiasmado: “Falta muita gente ser presa! Tem muita gente solta!”. Infelizmente, foi semelhante a esse o comportamento de muitas pessoas do Rio Grande do Norte.¹⁹⁶

Além de Mailde Galvão, outros funcionários da Prefeitura vinculados à Campanha “De Pé no Chão” foram indiciados e passaram a ser vítimas das ações dos guardiões da

¹⁹³COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 74-75.

¹⁹⁴GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 163.

¹⁹⁵COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. Op. Cit., p. 73.

¹⁹⁶GALVÃO, Mailde Pinto. Op. Cit., p. 66.

ordem, sendo apontados no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” como “elementos” de “participação direta” na Campanha “De Pé no Chão”, concebida como “subversão educacional”, “dirigida e supervisionada pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura de Natal” – a saber: Margarida de Jesus Cortez, diretora do Centro de Formação de Professores; Maria Diva da Salette Lucena, vice-diretora do mesmo Centro; Omar Fernandes Pimenta, Assessor Técnico de Ensino da Prefeitura.

A preocupação dos agentes da ordem em confirmar a subversão existente, segundo defendiam, na Prefeitura era evidente nos trechos dos depoimentos dos indiciados pela comissão de inquérito estadual devidamente selecionados para serem divulgados no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, para que não restasse dúvida de que todas as ações repressivas realizadas eram necessárias para que a ordem fosse restabelecida. Desse modo, no trecho do depoimento de Olavo João Galvão, ex-chefe de gabinete do prefeito, divulgado no Relatório consta que:

o Prefeito DJALMA MARANHÃO fazia reuniões, no Salão Nobre da Prefeitura, com líderes sindicais, sempre após o expediente; Que quando havia reuniões de líderes sindicais durante o expediente, eram realizadas no Gabinete de Trabalho do Prefeito, de portas fechadas; [...] Que a parte política da Prefeitura, era feita pelo Dr. MOACYR DE GÓES, Secretário de Educação, e o Prefeito DJALMA MARANHÃO dentro do próprio esquema de governo do Prefeito Djalma Maranhão; Que era comum no Salão Nobre da Prefeitura, reunirem-se líderes sindicais e estudantes a discutirem Nacionalismo, e os esquemas do Presidente da República para implantação das Reformas de Base.¹⁹⁷

É importante observar como as palavras foram recursos de eficácia inquestionável para a consolidação do regime militar no Rio Grande do Norte. Nessa nova conjuntura política e na esteira de “caça” ao comunismo, atividades administrativas de uma administração vinculada ao reformismo social característico do final dos anos de 1950 e início de 1960, como foi o caso das administrações de Djalma Maranhão, passaram a ser configuradas como crimes contra a segurança nacional no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” – e que, por esse motivo, precisavam ser reprimidas pelos órgãos de segurança. Tratava-se, verdadeiramente, recorrendo uma vez mais a Michel Foucault, de “textos que desempenharam um papel nesse real do qual falam”,¹⁹⁸ qual seja: evidenciar para a sociedade de qual lado estava o “perigo”, de produção de verdades que naquele contexto

¹⁹⁷RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 56.

¹⁹⁸FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*, p. 206.

respaldaram as ações dos órgãos de segurança e colocaram *do outro lado da fronteira* inúmeros cidadãos que atuavam nos mais diversos setores de atividades.

Com essa mesma perspectiva, o prefeito Tertius Rebello afirmou em um documento encaminhado ao governo do estado, que a administração do prefeito Djalma Maranhão fora “um mundo de desgoverno”, sendo “de uma irresponsabilidade inadmissível, incentivada em todos os escalões pelas altas autoridades da nação brasileira”. Diz ainda que Djalma Maranhão “durante sua administração na Prefeitura Municipal de Natal, empreendeu um trabalho de politização e conscientização de caráter puramente extremista, através da Diretoria de Documentação e Cultura, Centro de Formação de Professores”.¹⁹⁹

O “trabalho de politização e conscientização de caráter puramente extremista” e que constituiu o maior crime de “subversão da ordem” desenvolvido pela administração de Djalma Maranhão à frente da Prefeitura, segundo os protetores da ordem, foi a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”.

Logo, os elementos que denotavam o significado do processo educacional desenvolvido por esse movimento de educação e cultura popular, foram silenciados, ou adquiriram sentidos outros, necessários para embasar as ações dos órgãos de segurança, que contribuíram significativamente para a configuração da Prefeitura Municipal como um espaço da subversão no Rio Grande do Norte. Nesse caso, as discussões propostas por Eni Orlandi acerca das “formas do silêncio” são, sobretudo, significativas, visto que nos fornecem o embasamento para considerarmos aquilo que não está dito no discurso – os silêncios – como indício de significação. Para Eni Orlandi, “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.²⁰⁰

Partindo dessa premissa, definir a Campanha “De Pé no Chão” como “obra perniciososa colocada a serviço da subversão” constituía-se como uma estratégia eficaz para apagar o que naquela conjuntura era indesejável, ou seja, o questionamento da ordem de dominação vigente que o processo educacional promovido pela Campanha proporcionava, interpretados, pelos agentes da repressão como subversão da ordem.

Logo, os textos do “Livro de Leitura” da Campanha evidenciavam a preocupação reformista do referido movimento, visto que abordavam as condições de vida e de trabalho de

¹⁹⁹Ofício do Prefeito Tertius Rebello ao Governador Aluizio Alves, encaminhando as conclusões do inquérito da Prefeitura sobre a subversão em Natal, de 02 de outubro de 1964. *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 56.

²⁰⁰ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**, p. 75.

operários e camponeses que compunham o quadro discente dos acampamentos escolares, estruturas onde se ministravam as aulas:

_O pão dá saúde/ Saúde é vida.
 _A luta diária do operário é dura./ O salário do operário dá para o pão?
 _O pão mata a fome do povo./ Um bom salário é a defesa da família do operário.
 _A ceia do povo é só café com pão.
 _A seca acaba com a vida do campo.
 _O homem do campo é herói? Sim, a luta do homem do campo é heróica.
 Ele vive isolado e sem apoio. Um dia ele terá pão, casa e roupa para a sua família.
 _O camponês vive da terra./ Da terra ele tira seu sustento./ O camponês é dono da terra?
 _É dura a vida do sertanejo. Ele usa a enxada./ Todos os anos ele espera a chuva./ Se há seca não há roçado./ O sertanejo ama sua gleba./ A seca é apenas uma das causas da fuga do sertanejo para a cidade.
 _O lavrador está fugindo do campo?/ Muitos não fogem mais. Agem pacificamente, com esperança de justiça para a sua causa.²⁰¹

Portanto, por proporcionar às camadas populares um saber que, segundo os protetores da ordem, não deveria estar “ao alcance de qualquer indivíduo”, a Campanha “De Pé no Chão”, considerada “atentatória à ordem, à política e à Segurança Nacional” foi “submetida a um processo de desestruturação, desarticulação dos seus espaços e estruturas, o que provocou sua completa destruição”,²⁰² confirmando a assertiva de Roger Chartier, segundo a qual

as percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁰³

Para os defensores da ordem, enumerar características que na conjuntura política pós-golpe traduziam-se como indicadores de “subversão da ordem” foi uma estratégia eficaz para atribuir uma configuração “subversiva” à Prefeitura para que, a partir desse pressuposto, a “limpeza” empreendida fosse completa, sem restar o mínimo do que consideravam “perigo” à segurança nacional.

²⁰¹Citações extraídas do Livro de Leitura da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler *apud* GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 147-148.

²⁰²COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: e educação popular na visão dos “guardiães da ordem”, p. 71.

²⁰³CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações, p. 17.

Representativo dessa nova configuração da Prefeitura Municipal de Natal como um espaço que abrigava a subversão, atribuída pelos defensores da ordem, a partir dos novos significados atribuídos às ações realizadas pela administração de Djalma Maranhão, principalmente as relacionadas à Secretaria Municipal de Educação no desenvolvimento da Campanha “De Pé no Chão”, e que demonstra a nova funcionalidade do espaço físico daquela instância do poder público foi a instalação, no Salão Nobre da Prefeitura, de uma comissão de investigação designada para apurar atividades “antidemocráticas”, “antinacionais” e contra a probidade administrativa. Para presidi-la, foi escolhido o bacharel Rodolfo Pereira de Araújo, sendo membros da mesma o capitão Gerardo Parente, do Regimento de Obuses, o capitão-tenente Humberto Romero, da Base Naval e o coronel Severino Bezerra, da Polícia Militar.²⁰⁴

Funcionários que na administração de Djalma Maranhão freqüentavam a Prefeitura, desenvolvendo suas atividades administrativas, retornariam a esta instância do poder público como “subversivos”, “comunistas”, para prestar depoimentos sobre as atividades realizadas no exercício pleno da cidadania, como foi o caso de Mailde Galvão:

Em maio [de 1964] recebi uma intimação para depor na Prefeitura [...]. A comissão encontrava-se instalada no Salão Nobre [...], o mesmo salão onde se realizavam as reuniões de trabalho presididas pelo prefeito Djalma Maranhão [...]. Surpreendia-me a impossibilidade de fazê-los compreender a importância dos programas culturais da Diretoria de Documentação e Cultura – DDC. Insistiam na acusação de que através das bibliotecas populares iríamos preparar guerrilhas. [...] não acreditavam que, sem interesses políticos e subversivos, a DDC emprestasse livros a uma comunidade popular.[...] Foi um enfrentamento desigual e inútil. Usamos as mesmas palavras, falamos dos mesmos assuntos, mas com sentidos diferentes; não podíamos, portanto, nos entender.²⁰⁵

Observamos, portanto, que as ações desenvolvidas pela administração do prefeito Djalma Maranhão, principalmente aquelas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação no âmbito da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, inseridas no quadro de efervescência política do Brasil do final dos anos de 1950 e início de 1960, vinculadas às organizações populares, que passaram a ter espaço nas discussões políticas e

²⁰⁴É necessário esclarecer-se aqui que a comissão de inquérito instituída pelo governador Aluísio Alves foi a responsável por fazer a “limpeza” da subversão supostamente existente na Prefeitura Municipal de Natal. Todavia, o prefeito Tertius Rebello, que assumira com a deposição de Djalma Maranhão, criou comissões paralelas que atuaram com o mesmo propósito, só que especificamente na Prefeitura. Além da comissão presidida pelo bacharel Rodolfo Pereira de Araújo, foi criada outra para fazer o levantamento da situação financeira da Prefeitura, formada por contadores, sendo apontados os nomes de um oficial contador da Aeronáutica; o contador Severino Lopes de Oliveira, do Tribunal de Contas; um contador da Contadoria Geral do estado e outro, também designado da Delegacia Fiscal.

²⁰⁵GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 113-114.

sociais, foram consideradas, pelos defensores da ordem, como “ameaça a segurança nacional” após a deflagração do golpe militar.

Daí a necessidade de uma ação rápida por parte desses representantes do regime autoritário no sentido de restabelecer a ordem supostamente ameaçada, “limpando” a Prefeitura Municipal do “perigo vermelho”, ou seja, perseguir e reprimir o prefeito Djalma Maranhão e todos os funcionários dessa instância do poder público vinculados ao reformismo social era a condição necessária para que a ordem fosse restabelecida.

Dessa forma, na defesa da democracia, que significava, na verdade, a manutenção da ordem social vigente, adversa a qualquer transformação social, os homens do poder desenvolveram sucessivas ações repressivas “limpando” a Prefeitura Municipal de Natal do “perigo vermelho” que nesse espaço da subversão estaria procurando se disseminar.

Essas ações dos defensores da ordem na Prefeitura Municipal forneceram os elementos para a elaboração do Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” que apresentou para o conhecimento público *outra imagem* da Prefeitura, construída a partir da suposta atuação do comunismo, principalmente na Secretaria de Educação, como discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A OUTRA IMAGEM:

*A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL NA VISÃO DOS
DEFENSORES DA ORDEM*

CAPÍTULO 3: A OUTRA IMAGEM: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL NA VISÃO DOS DEFENSORES DA ORDEM

Não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor.

Roger Chartier

Senhor Secretário da Segurança Pública:

O Presente Inquérito é produto do nosso modesto trabalho e foi realizado sob o melhor e mais amplo desejo de bem servir à Causa da Nacionalidade, premissa maior de um povo livre e cristão que vê na Liberdade de pensar e de agir a maior grandeza da alma humana e do valor humano.

Aqueles que tentaram ou contribuíram de qualquer modo realizar a mudança do nosso Sistema de Governo Democrático e Republicano, desejamos nessa oportunidade que se faça presente a mão benéfica da Lei, pois, só assim, à luz da prova produzida no bôjo dos Autos e a verdade constante dos depoimentos, declarações e documentos outros constantes dos Autos poderá o Povo Brasileiro marchar certo para os dias certos do Futuro!

O Movimento Revolucionário de 31 de março provou ao Mundo que a Consciência Nacional entende, defende e jamais declinará do seu direito de possuir e viver livre, respeitada e soberana à sombra da confiança e da fé que sempre depositaram e depositam e depositarão nas Forças Armadas que, mãos dadas aos Civis, salvaram a Nacionalidade das garras do Comunismo Internacional.

Que êste modesto trabalho, desprovido de vaidade e de maiores pretensões, sirva de algo para o muito que deve ser produzido e dispensado à segurança do País, é a nossa humilde e maior pretensão.²⁰⁶

O trecho do Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte” acima referido, dirigido ao secretário de Segurança Pública do estado em 1964, general Ulisses Cavalcanti, sintetiza o resultado do trabalho da comissão de inquérito liderada pelos policiais Carlos Veras e José Domingos realizado na sociedade norte-rio-grandense.

O Relatório, que explicitava conforme diziam os agentes da repressão, uma “análise clara, objetiva e documentada do desenvolvimento, sobretudo da subversão” em vários setores de atividades nos quais desenvolveram suas atividades repressivas, evidenciava *outra imagem* da Prefeitura, como um setor de atividades que abrigava a subversão, evidente, conforme

²⁰⁶RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 16.

sustentavam os homens do poder, nas diversas ações desenvolvidas na administração do prefeito Djalma Maranhão.²⁰⁷

Concebido como discurso legítimo sobre a subversão na Prefeitura, o documento, ao apresentá-la como um espaço da subversão serviu de respaldo para justificar as punições contra os funcionários desta instituição vinculados à segunda administração de Djalma Maranhão, que passaram a integrar a lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte.

Concluídos os trabalhos de investigação, os defensores da ordem vangloriavam-se por terem cumprido o papel para o qual foram designados – investigar a subversão existente nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte – trabalho “modesto” e “desprovido de vaidade e de maiores pretensões”. Nesse sentido, o capitão José Domingos da Silva, responsável por investigar a subversão na “área rural” e na “Rede Ferroviária Federal”, ao entregar ao governador Aluizio Alves os autos do inquérito que realizou sobre a subversão no estado, além de externar “agradecimentos à sociedade da cidade” e aos jornais, especialmente Tribuna do Norte e Diário de Natal, “pela colaboração franca nestes cinco meses de trabalhos, quer através das colunas, quer através da cooperação material, que proporcionou a opinião pública acompanhar o andamento das investigações”, afirmava que “consequimos com muito esforço, ‘data venia’, colher farto material que prova objetivamente a profundidade e o perigo que pairava sobre a tranqüilidade do povo desta terra”.

Além disso, na mesma nota, José Domingos da Silva ressaltava a colaboração que recebeu do governador, “pelas facilidades que proporcionou para o maior rendimento dos trabalhos, inclusive custeando viagens a outros Estados, para colheita de depoimentos e documentos relacionados com a subversão” no Rio Grande do Norte. “O governador”, acrescentou o capitão da Polícia Militar de Pernambuco, “não mediu sacrifícios para apuração completa dos fatos”.²⁰⁸

O governador Aluizio Alves, por sua vez, enviara ofício a Paulo Guerra, governador de Pernambuco, e ao coronel Sylvio Cahu, comandante da Polícia Militar desse estado, agradecendo a participação dos dois policiais pernambucanos na condução do inquérito que presidiram. Na correspondência referindo-se a José Domingos da Silva, cujo teor foi o mesmo daquela referindo-se a Carlos Moura de Moraes Veras, afirmava o governador que

ao dispensar os serviços do Capitão José Domingos [...], cabe-me agradecer-lhe a colaboração e manifestar-lhe o apreço e o reconhecimento pelo trabalho que, durante árduos cinco meses,

²⁰⁷Ibid., p. 02.

²⁰⁸DIÁRIO DE NATAL, 16 set 1964.

realizou em nosso meio. Inexcedível na capacidade de trabalho, competente, hábil, o *capitão José Domingos deixou o seu nome assinalado na história do Rio Grande do Norte.*²⁰⁹

Desse modo, na conjuntura política que se configurou no estado pós-1964, o Relatório constituiu uma peça fundamental para os protetores da ordem, uma vez que evidenciava, segundo sustentavam, os lugares nos quais o comunismo havia se instalado “ameaçando a ordem democrática”, privando da liberdade de pensamento e de ação inúmeros personagens vinculados àqueles lugares – os espaços da subversão – embora para os homens do poder, a “liberdade de pensar e de agir” seja referida como “a maior grandeza da alma humana e do valor humano”, como consta no trecho do Relatório citado anteriormente.

O documento fornecia o material necessário para que se fizesse “presente a mão benéfica da lei”, ou seja, para que, tendo como base a documentação devidamente selecionada e divulgada pelos representantes do regime autoritário para comprovar a subversão existente no Rio Grande do Norte, os responsáveis fossem penalizados por seus “atos contrários à ordem e a segurança”.

Nessa perspectiva, não é demasiado assinalar que nesse período inicial de repressão política a várias formas de divergência ao regime, as palavras tornaram-se elementos de significativa eficácia para os órgãos de segurança, uma vez que fora através das palavras divulgadas no Relatório que os agentes da repressão apresentaram outra configuração política para a sociedade; contaminada, segundo defendiam, pelo comunismo e, por esse motivo, passível da ação dos órgãos de segurança, o que nos conduz a uma discussão acerca do que foi produzido como discurso oficial pelos guardiões da ordem e divulgado para o conhecimento público.

Esse discurso contido no Relatório, resultado das lutas políticas que se travaram no estado no período imediatamente posterior ao golpe militar, produzido por um grupo específico, numa conjuntura política específica, de um lugar específico, construiu uma realidade social que, supostamente contaminada pela ação do comunismo, deveria ser “purificada” para que a tão propalada “ordem democrática” fosse restabelecida e foi decisivo na consumação das ações realizadas pelos órgãos de segurança.

Isso significa dizer que, idéias divulgadas ou atividades realizadas, que estivessem inseridas no quadro do reformismo social do período anterior ao golpe, caracterizavam-se

²⁰⁹Ofício nº 436/GE de 15 de setembro de 1964, endereçado ao coronel Sylvio Cahu, comandante da Polícia Militar de Pernambuco, pelo governador Aluizio Alves *apud* GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 169-170 (grifos do autor).

como não-oficiais e, portanto, “subversivas”, “comunistas”, “perigosas”, “atentatórias à ordem”, passíveis da ação dos órgãos de segurança, visto que apresentavam propostas contrárias às dos defensores do golpe militar. Daí a construção de um discurso que colocava *do outro lado da fronteira* que dividia a sociedade entre democracia/comunismo as mais diversas manifestações sociais e políticas do período. Tratavam-se, assim, tomando-se como referência as discussões propostas por Michel Foucault, de produções discursivas que não seriam

melhor que outras, fiéis à realidade, que merecessem ser guardadas por seu valor representativo, mas textos que desempenharam um papel nesse real do qual falam, e que se encontram, em contrapartida, não importa qual seja sua exatidão, sua ênfase ou sua hipocrisia, atravessados por ela: fragmentos de um discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte.²¹⁰

Partindo dessas considerações, concebemos o discurso que configurou a Prefeitura Municipal de Natal como um espaço da subversão, divulgado no Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, como resultado das relações de poder que se estabeleceram na sociedade norte-rio-grandense no período imediatamente posterior ao golpe que instituiu a ditadura. Dessa forma, a compreensão do referido documento tem como base o que propõe Jaques Le Goff ao afirmar que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.²¹¹

Daí a necessidade de desconstruir o documento, de perceber “o trabalho do poder sobre as vidas, e o discurso que dele nasce”.²¹² Importa sobretudo saber qual a razão de ser dos textos, a quais instituições ou a qual prática política os textos se referem, procurar saber por que, de repente, tornou-se tão importante naquela conjuntura política construir um discurso que, tendo como respaldo o suposto perigo representado pelo comunismo, colocou a Prefeitura Municipal de Natal na arena da subversão.

Ora, ao se posicionar contrário ao golpe militar, Djalma Maranhão, na condição de representante do Executivo Municipal, colocara a Prefeitura na arena da subversão existente no Rio Grande do Norte segundo os representantes do regime autoritário. Desse modo, na esteira da “caça” ao comunismo, configurar aquela instância do poder público como espaço da subversão, significava justificar qualquer ação já praticada— ou que viesse a sê-la — no

²¹⁰FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**, p. 206.

²¹¹GOFF, Jaques Le. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1996, p. 545.

²¹²FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 222.

andamento das ações realizadas contra o comunismo pelos agentes da repressão. E para estes, o “comunismo” e a “subversão” foram identificados nas mais diversas ações realizadas na Prefeitura.

3.1 – As “atividades subversivas” praticadas na Prefeitura Municipal segundo os defensores da ordem

Na parte do Relatório dedicada à Prefeitura, observamos a preocupação dos agentes da ordem em enaltecer o “perigo” que havia se instalado nessa instância do poder público, configurando-se *outra imagem*, construída segundo o olhar dos órgãos de repressão. Assim sendo, para configurar a Prefeitura Municipal como espaço da subversão, os órgãos de segurança referenciavam as mais diversas ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão em sua segunda administração (1961-1964), atribuindo outros significados, justificando a assertiva de Michel Foucault segundo a qual, ao se construírem determinadas organizações do espaço, “lugares determinados se definem”, cujo objetivo é “satisfazer a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas”.²¹³

No caso da Prefeitura, tratava-se da construção de uma representação espacial da Prefeitura, pelos agentes da ordem, como lugar da subversão, do comunismo, do perigo, assim construída como forma de reprimir as ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão. Naquele espaço, no qual segundo os protetores da ordem, os comunistas haviam se instalado para disseminarem suas “atividades subversivas”, as ações repressivas procuraram apurar

atos e fatos praticados pelo Chefe do Executivo, Secretário de Educação, Cultura e Saúde, Diretores e Servidores da Prefeitura Municipal de Natal, durante a última administração do ex-Prefeito Djalma Maranhão, considerados atentatórios à Ordem Política e Social e à Segurança Nacional.²¹⁴

Assim, tendo como respaldo a suposta ameaça do comunismo, a Prefeitura passara a ser considerada, pelas forças repressivas, “perigosa” para a ordem democrática, embora o “perigo” representado por essa instância seja questionável, encontrando-se explicação para tal definição nas disputas de poder que se estabeleceram no estado após a deflagração do golpe.

²¹³FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões, p. 123.

²¹⁴RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 51.

Os “atos e fatos” praticados na Prefeitura durante a segunda administração de Djalma Maranhão (1961-1964), “considerados atentatórios à Ordem Política e Social e à Segurança Nacional”, foram as ações de uma administração assumidamente voltada para as camadas populares – trabalhadores de baixa renda, desempregados, moradores dos bairros da periferia, os que não faziam parte das oligarquias tradicionais – que procurou estabelecer vínculos com os grupos anteriormente colocados à margem das discussões políticas e sociais. Fato que fica evidenciado, segundo Willington Germano, não somente pelo apoio de Djalma Maranhão às mobilizações populares, mas “sobretudo, pelo desenvolvimento de uma prática política frente à prefeitura, sempre voltada para os setores explorados da sociedade”. Por esse motivo, “a base das reivindicações populares” constituíram as prioridades do seu governo.²¹⁵

No novo quadro político que se configurou no Rio Grande do Norte, as ações foram consideradas “atentatórias” porque se contrapunham à ordem de dominação vigente no período inicial da década de 1960, adversa a qualquer transformação social, que os detentores da ordem procuravam manter. Recorrendo novamente a Willington Germano, observamos que “contraditoriamente, a participação política dos setores e classes subordinadas, que constituem a maioria da sociedade, são vistos como uma ameaça à democracia, objetivando, portanto, a implantação de uma ditadura”.²¹⁶

Dessa forma, como se tratava de um documento produzido por um grupo que exercia a função de defensores da ordem, cujo objetivo era restabelecer a “ordem democrática”, a preocupação em enaltecer o “perigo” existente na Prefeitura, representado pelo comunismo, evidenciava-se no Relatório. Segundo Lúcia Costa, além de conservar “a euforia da chamada ‘revolução’”, o referido documento continha “uma justificativa para a mesma, como forma de legitimar as ações praticadas, inclusive no próprio processo de investigação”.²¹⁷ Daí a assertiva de Carlos Veras, responsável pelas investigações naquele setor de atividades, segundo a qual o inquérito apurou “atividades subversivas desenvolvidas pelo PCB” na Prefeitura, “onde os seus adeptos tinham se instalado, graças a uma coligação partidária que os conduziu ao Executivo Municipal”.²¹⁸

Ao analisarmos a assertiva do representante do regime autoritário, observamos que determinados elementos característicos da conjuntura política a qual o mesmo se refere foram silenciados, condição necessária para atribuir veracidade ao suposto “perigo” existente na

²¹⁵GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 89-90.

²¹⁶Id. Ibid., p. 164.

²¹⁷COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: a educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 66-67.

²¹⁸RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 24.

Prefeitura. Na verdade, a “coligação partidária” que conduziu os “adeptos” do PCB ao Executivo Municipal, referenciada no Relatório, foi a “Cruzada da Esperança”, estruturada politicamente por Aluizio Alves e graças a qual o mesmo fora conduzido ao Executivo Estadual nas eleições de 1960. No próprio depoimento prestado a Carlos Veras, Djalma Maranhão afirmara que

disputou a eleição [de 1960] numa coligação partidária constituída pelo PSD, PTB, PSB e dissidência da UDN formando a chamada Cruzada da Esperança da qual participava o atual Governador Aluizio Alves; [...] vitoriosa a campanha, elegeu-se para a Chefia do [...] Executivo Municipal, numa verdadeira consagração popular.²¹⁹

Entretanto, como o objetivo era comprovar o “perigo” existente na Prefeitura instalado na pessoa do indiciado Djalma Maranhão, interessava aos guardiões da ordem selecionar os elementos necessários a consecução de tal objetivo. Desse modo, os elementos que naquela conjuntura política não fossem condizentes com a tarefa de configurar a Prefeitura como espaço da subversão foram estrategicamente silenciados pelos agentes da ordem.

Então, na conjuntura política em apreço, as afirmações de Djalma Maranhão concernentes a articulação política das eleições de 1960 prestadas ao delegado Carlos Veras não foram referenciadas no Relatório – ou o foram com sentidos outros – uma vez que não serviam para comprovar as “atividades subversivas” desenvolvidas pelos “comunistas” na Prefeitura Municipal. E, nesse caso, as discussões do silêncio como indício de significação, propostas por Eni Orlandi, são mais uma vez oportunas, quando afirma que o silêncio

atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro [...]. Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam.²²⁰

Nesse caso, como já havia definido sua posição favorável ao golpe, a referência ao governador Aluizio Alves como membro da coligação partidária que conduzira Djalma Maranhão à Prefeitura não atendia aos objetivos dos defensores da ordem. Ademais, foi esse mesmo governador quem instituíra a comissão de inquérito que produziu o Relatório. Não nos esqueçamos de que a conjuntura política pós-golpe era diversa daquela de 1960 e que, em

²¹⁹ Termo de declaração que presta o indiciado Djalma Maranhão *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 279.

²²⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**, p. 14.

grande medida, as posturas políticas assumidas frente ao golpe militar foram utilizadas para definir de qual lado da fronteira que dividia a sociedade em democracia/comunismo o cidadão era enquadrado. Assim sendo, insistiam os homens do poder:

Instalados no Executivo Municipal, na pessoa do indiciado Djalma Maranhão, os comunistas não descansaram nos louros da vitória. Aprestaram-se para outros embates e, incontinenti, colocaram em ação a sua máquina de propaganda e agitação.²²¹

Logo, como se tratava de um período no qual a sociedade passara a ser “submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem o poder sobre as palavras e os gestos”, tomando por empréstimo as palavras de Roger Chartier, a configuração da Prefeitura Municipal como um espaço que abrigava “subversivos” e “comunistas” apresentava-se como uma estratégia eficaz para afastar do cenário político norte-rio-grandense aqueles que assumiram posturas políticas contrárias ao golpe militar, ainda que para alcançar tal desígnio, o silenciamento de determinados elementos concernentes ao contexto político ao qual os protetores da ordem fazem referência fosse a condição necessária para embasar o seu discurso, que apresentava para a população *outra imagem* da Prefeitura, embasada na suposta disseminação das “atividades subversivas”, desenvolvidas pelo comunismo. Nessa perspectiva, recorremos uma vez mais a Roger Chartier quando afirma:

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.²²²

De qualquer modo, o Relatório constituía o discurso “legítimo”, “oficial” sobre a “subversão” existente nos mais diversos setores de atividades do estado, em especial, na Prefeitura, ainda que os detentores da ordem recorressem a afirmações vagas e superficiais, como se lê no trecho que segue:

Não podendo atuar ostensivamente como Partido Político, o PCB recorreu a todos os meios para disfarçar suas atividades e prosseguir em sua luta, que é a de arregimentar tôdas as classes sociais, o povo, enfim, para o assalto do poder.²²³

²²¹RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 51.

²²²CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações, p. 17.

²²³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 22.

Nesse sentido, ainda que a referência a não atuação do PCB como partido político fosse verdadeira, visto que no período no qual fora produzido o Relatório, aquele partido se encontrava na ilegalidade, as informações subsequentes demonstram o caráter superficial do que foi divulgado para comprovar a subversão no Rio Grande do Norte, mas que, mesmo assim, mostrou-se eficaz na esteira da “caça” à subversão.

Afirmar que o PCB “recorreu a todos os meios para disfarçar suas atividades e prosseguir em sua luta”, significava dizer que qualquer setor de atividades que – a partir das atividades desenvolvidas – se contrapusesse ao regime militar, estava contaminado com o comunismo e, por esse motivo, passava a ser alvo da ação dos órgãos de segurança. Tratava-se, portanto, de um discurso estrategicamente produzido para eliminar quaisquer pensamentos discordantes, homogeneizando-os sob a designação de “subversivos”, “comunistas”, “atentatórios à ordem”.

E no caso específico da Prefeitura Municipal, a preocupação em enaltecer as ações realizadas que adquiriram uma configuração “subversiva”, “comunista”, “perigosa” e que em última instância, serviram para demarcá-la como um espaço que abrigava a subversão, evidenciava-se não só na parte do Relatório destinada exclusivamente ao resultado do trabalho de investigação nesse espaço.

Nas partes do Relatório referentes a outros setores de atividades nos quais atuaram os homens do poder foram divulgados trechos dos depoimentos que fazem referência à Prefeitura Municipal, utilizados, inclusive, para colocar o seu autor na lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte. Nesse caso, no trecho do depoimento de Francisco Floripe Ginani, indiciado no espaço da subversão representado pelo “setor estudantil”, referindo-se aos acontecimentos do dia 1º de abril de 1964, divulgado no Relatório, consta que

nessa tarde ainda assistiu aulas na sua Faculdade, indo em seguida para a Prefeitura Municipal, a fim de se inteirar do que ocorria no País, tendo em vista que chegara ao seu conhecimento que ali seria instalado o Quartel General da Legalidade, sendo um ponto de convergência para se inteirar do andamento do processo revolucionário desencadeado no Brasil.²²⁴

Nos trechos do depoimento de outro indiciado do “setor estudantil”, Geniberto Paiva Campos, “que teve atuação destacada neste setor de atividades”, divulgado no discurso dos representantes do regime autoritário, as referências à Prefeitura também foram utilizadas para

²²⁴RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 36.

compor o conjunto das “atividades subversivas” praticadas por aquele líder estudantil e, nesse caso, faz-se referência direta ao ex-prefeito Djalma Maranhão e ao secretário de educação, o professor Moacyr de Góes. Desse modo, Geniberto Paiva Campos, em seu depoimento, de acordo com o discurso dos defensores da ordem, afirmou que

no ano passado (1963) o Padre Alípio de Freitas quando esteve nesta Cidade, visitou também o Ginásio do qual o declarante era Diretor a convite do então Prefeito e do então Secretário de Educação Professor Moacyr de Góes ali dirigindo algumas palavras aos alunos; [...] é do seu conhecimento que o Padre Alípio participava de comícios políticos não só nesta Cidade como em todo o Brasil acompanhado pelo organizador e responsável pela agitação do nordeste o ex-deputado Francisco Julião.²²⁵

Em outro espaço “subversivo” no qual os protetores da ordem desenvolveram suas atividades, o “setor intelectual”, a referência à Prefeitura também foi utilizada para embasar as “atividades subversivas” praticadas por Carlos Alberto de Lima, enquadrado no Relatório como intelectual “subversivo”. Com relação às atividades do referido indiciado no dia 1º de abril de 1964, lê-se no Relatório que

antes de deixar a Prefeitura, recebeu das mãos do senhor Djalma Maranhão duas cópias do Manifesto que o mesmo mandara publicar e transmitir pela Imprensa falada e escrita desta Cidade, no qual definia a sua posição política em face do momento nacional e no qual esclarecia a opinião pública que a Prefeitura seria transformada em QG [Quartel General] da Legalidade.²²⁶

Nesse caso, a referência a imprensa falada como um dos meios utilizados por Djalma Maranhão para publicar e transmitir o seu posicionamento em face do momento nacional foi significativa nesse momento de produção e divulgação dos elementos que representavam “ameaça à ordem democrática”, uma vez que diante do quadro de analfabetismo existente na capital do estado no início da década de 1960, a circulação de idéias pela imprensa escrita tinha alcance limitado. Segundo os agentes da ordem,

afirmam os comunistas que a forma principal de agitação é a falada e que, ante os milhões de analfabetos existentes, essa forma de agitação assume importância capital, sendo o meio mais edificante [sic] de levar a palavra de ordem do Partido às massas.²²⁷

²²⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 37.

²²⁶Ibid., p. 45-46.

²²⁷Ibid., p. 51.

Em outras partes do documento, a ligação com o próprio Djalma Maranhão compõe o conjunto das atividades “subversivas” dos indiciados. Como pesava sobre Djalma acusação de ter instalado o comunismo na Prefeitura, a ligação com o mesmo representava, por vezes, um “perigo” à segurança nacional. Na parte do Relatório referente à “área rural”, de responsabilidade de José Domingos da Silva, lê-se que José Holanda

mantinha estreitas ligações com DJALMA MARANHÃO, LUIZ MARANHÃO e JOSÉ CAMPELO FILHO, com os quais dirigia e manobrava as atividades sindicais na cidade de Natal e no Interior do Estado. [...] Comunista atuante, formava com Djalma Maranhão e Luiz Maranhão, este Chefe Supremo do PC no RGN, a Direção do PC em Natal.²²⁸

Portanto, observamos que atividades realizadas a partir da Prefeitura Municipal de Natal – ou que tiveram qualquer ligação com essa instância, sob circunstâncias as mais diversas – no período anterior à deflagração do golpe militar, realizadas no “exercício legal de nossas prerrogativas republicanas”, como afirmara Moacyr de Góes,²²⁹ foram referenciadas no Relatório produzido pelos agentes da repressão para comprovar a “subversão” praticada por indiciados de outros setores de atividades que compuseram o campo de atuação da comissão de inquérito estadual.

Nesse período, no qual segundo os homens do poder, o Partido Comunista “ampliou a sua área de penetração e de luta em todos os setores de atividades da vida nacional”, a ligação com a Prefeitura, que em última instância representava um poder “subversivo”, sob qualquer circunstância, passara a constituir um “perigo” à segurança nacional.²³⁰

Afinal, Djalma Maranhão, na condição de prefeito que apresentava uma postura política voltada para a transformação da realidade política e social, afirmando, inclusive, no depoimento prestado ao delegado Carlos Veras, que “como nacionalista sempre pugnou pela concretização das Reformas de Base que continua considerando inadiáveis” e ainda que “como Prefeito de Natal, mantinha relações com pessoas de todos os créditos políticos e camadas sociais”, fora responsabilizado por disseminar a “subversão” no Executivo Municipal.²³¹

²²⁸RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 14.

²²⁹GÓES, Moacyr de. **Sem paisagem**: memórias da prisão, p. 27.

²³⁰RELATÓRIO... Op. Cit., p. 22.

²³¹Termo de declaração que presta o indiciado Djalma Maranhão *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 279.

Partindo dessa premissa, estabelecer relações com um setor de atividades que defendia a transformação da realidade política e social constituiu-se como “perigo” a tão propalada “ordem democrática”. Daí as referências a Prefeitura e, conseqüentemente, a Djalma Maranhão em partes do Relatório que tratavam de outros espaços “subversivos” mostrarem-se úteis para as forças repressivas no esclarecimento da subversão no Rio Grande do Norte. Fato que denota a preocupação especial que os agentes da repressão tinham com a Prefeitura Municipal de Natal.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que “o comunismo ataca em todos os setores da vida humana e em todos os planos”,²³² as atividades relacionadas à imprensa, desenvolvidas na segunda administração de Djalma Maranhão à frente do Executivo Municipal foram também referenciadas pelos agentes da repressão para comprovar a “subversão” existente na Prefeitura e servir de justificativa para as ações empreendidas no sentido de “limpá-la” do “perigo vermelho”, conforme abordamos no segundo capítulo. Assim sendo, sobre o Jornal “Folha da Tarde”, de propriedade de Djalma Maranhão, consta no discurso dos representantes da ordem:

Escudados [os comunistas] na “Folha da Tarde” de propriedade do ex-Prefeito [...] que, graças a liberalidade do regime democrático e a convivência do governo deposto, tinha livre trânsito neste País, trataram de efetivar a execução dos seus planos neste importante setor do Poder Público.²³³

No quadro da repressão política desencadeada contra a Prefeitura Municipal, atribuir uma configuração “subversiva” aos meios de comunicação diretamente vinculados à administração de Djalma Maranhão foi uma estratégia utilizada pelos guardiões da ordem, sobretudo nesse período no qual o cerceamento da palavra – e, nesse caso, uma palavra discordante – era condição para que a “ordem democrática” e a “segurança” fossem restabelecidas.

O “Folha da Tarde” – como também o “Jornal de Natal” – foi o jornal no qual, segundo Isa Ribeiro, “Djalma pôde expressar suas idéias com plena independência”. Na condição de diretor do periódico, “podia imprimir seu pensamento não apenas nos seus textos, mas na própria concepção que norteava os jornais”. Ainda de acordo com aquela autora, o referido jornal tinha três objetivos básicos: divulgar as ações que Djalma Maranhão realizava à frente da Prefeitura, discutir temas nacionalistas e, finalmente, destinar espaços na imprensa

²³²COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**: o poder na América Latina, p. 59.

²³³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 51.

para que o movimento estudantil da época pudesse se expressar.²³⁴ Moacyr de Góes, referindo-se ao Jornal “Folha da Tarde”, afirma que além de sustentar “as causas nacionalistas e populares, defendeu a reforma agrária e denunciou a corrupção e todas as formas golpistas da direita nos governos de JK, Jânio e Jango”.²³⁵ Daí este periódico constar no Relatório como componente da “subversão” existente na Prefeitura.

Numa reportagem divulgada no próprio Jornal “Folha da Tarde”, no dia 1º de outubro de 1960, consta que Djalma Maranhão enquanto político, defendeu “as idéias básicas da doutrina nacionalista, que prega antes de mais nada a emancipação econômica do país, a valorização do trabalho, o respeito a dignidade da pessoa humana e as liberdades democráticas”.²³⁶

Observamos, portanto, que o Jornal “Folha da Tarde”, com uma linha de pensamento pautada nas convicções políticas de Djalma Maranhão que, inclusive, no depoimento prestado ao delegado Carlos Veras, “documento de grande dignidade, assinado num limite do risco para ser fiel aos seus princípios”, segundo Moacyr de Góes,²³⁷ o prefeito afirmara que “como Diretor responsável e proprietário da ‘Folha da Tarde’ assume inteira responsabilidade de toda a matéria redacional publicada com exceção dos artigos assinados”.²³⁸ E, nesse caso, como se tratava de um contexto político no qual a defesa de determinadas posturas políticas era suficiente para indicar, segundo o olhar da repressão, o perigo que o cidadão representava, Djalma Maranhão, ao assumir posturas políticas contrárias às dos detentores da ordem, fora enquadrado *do outro lado da fronteira*, do lado dos “comunistas” e “subversivos”.

Logo, como Djalma Maranhão era o representante da Prefeitura, este setor de atividades era o lugar que abrigava a “subversão”, evidente, na visão das forças repressivas, nas mais diversas ações realizadas pela administração do ex-prefeito. Na condição de representante do Executivo Municipal, Djalma Maranhão realizava reuniões com outras lideranças políticas na Prefeitura, o que no campo da política constituía – e constitui – uma atividade comum no desenvolvimento da administração. Ocorre, todavia, as reuniões realizadas na Prefeitura significavam, em grande medida, a reafirmação da vinculação de Djalma Maranhão com lideranças dos vários segmentos da sociedade que estavam inseridas no quadro do reformismo social – estudantes, intelectuais, sindicalistas etc. Daí essa ligação

²³⁴RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares**: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964), p. 13-14.

²³⁵GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 45.

²³⁶GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão, p. 74.

²³⁷GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco. Um estudo de caso**: Djalma Maranhão, p. 35.

²³⁸Termo de declaração que presta o indiciado Djalma Maranhão *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 284.

de Djalma Maranhão com esses grupos constar no Relatório como “atividade subversiva” realizada na Prefeitura Municipal. Assim sendo, Djalma Maranhão, segundo os agentes da ordem

deu apóio a elementos estranhos à Prefeitura, elementos orientados política e ideologicamente por entidades como: UNE, MCP, CPP [sic], FRENTE DE MOBILIZAÇÃO e outras as quais realizavam o proselitismo, o desenvolvimento e a ampliação do Plano de Construção do Partido Comunista no País. E assim vemos, trabalhando, dirigindo, orientando, conferenciando ou mantendo contactos constantes os indiciados Geniberto Paiva Campos, Francisco Floripe Ginani, Josemá de Azevedo, Danilo Bessa, Terezinha de Brito Braga e outros.²³⁹

Como todos os indiciados acima foram apontados no Relatório como “subversivos” de outros setores de atividades do campo de atuação da comissão de inquérito estadual, a referência a ligação dos mesmos com o prefeito Djalma Maranhão e, portanto, com a Prefeitura, mostrava-se eficaz para mostrar a “subversão” existente neste setor de atividades, uma vez que, segundo os representantes do regime autoritário, o Partido Comunista “que tenta destruir os alicerces da verdadeira Democracia, tem nos seus filiados uma bôa organização” e estes, “disciplinados e unidos entre si, buscam o mesmo fim: a implantação de uma ditadura férrea que tolhe a liberdade e escraviza o Homem”.²⁴⁰

Com essa afirmação, os protetores da ordem enquadravam como “filiados” do Partido Comunista todos aqueles vinculados aos setores de atividades que, pelas ações realizadas, configuravam propostas de transformações sociais. Além disso, ressaltamos a preocupação dos homens do poder com os termos empregados no seu discurso. Logo, referenciar a “implantação de uma ditadura” como sendo objetivo dos comunistas, servia para justificar todas as arbitrariedades cometidas pelos órgãos de segurança “em nome da ordem democrática”, “dos princípios ocidentais e cristãos”, “da segurança nacional”. Daí ser oportuno recorrermos a Roger Chartier quando afirma:

Compreender as séries de discursos na sua descontinuidade, desmontar os princípios de sua regularidade, identificar as suas racionalidades particulares, supõe em nosso entender ter em conta os condicionamentos e exigências que advêm das próprias formas nas quais são dadas a ler.²⁴¹

²³⁹RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 52.

²⁴⁰RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 21.

²⁴¹CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações, p. 133.

Como a preocupação dos representantes do regime autoritário era evidenciar a subversão existente, conforme sustentavam, na Prefeitura, qualquer informação que se adequasse a tal propósito mostrava-se valiosa. E como a subversão evidenciava-se, segundo aqueles, nas mais diversas ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão, a referência à transformação da Prefeitura em “Quartel General da Legalidade”, logo após a eclosão do golpe, foi apontada no Relatório para complementar o quadro de subversão da Prefeitura. Assim sendo, lê-se no discurso dos guardiões da ordem que “quando da eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março, esse grupo de esquerda procurou formular uma reação através de um ‘QUARTEL GENERAL DA LEGALIDADE’ instalado na Prefeitura Municipal do Natal, seu último reduto”.²⁴² Nessa mesma perspectiva, no trecho do depoimento do sindicalista Evlim Medeiros, divulgado no Relatório, consta que o mesmo fora “cientificado pela imprensa local do MANIFESTO lançado pelo PREFEITO DJALMA MARANHÃO, no qual declarava que transformava a Prefeitura no Q. G. da Legalidade”.²⁴³

Sendo assim, a designação da Prefeitura como “Quartel General da Legalidade, num momento em que os órgãos de segurança já se encontravam prontos para conter qualquer possibilidade de resistência ao golpe militar foi significativa, sendo referenciada para contribuir na composição do quadro de subversão existente na Prefeitura segundo o olhar dos agentes da ordem.

3.2 – A Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”: “a maior obra de subversão do ensino, no Rio Grande do Norte”

Nesse período inicial de “caça” ao “comunismo”, à “subversão”, a Secretaria Municipal de Educação, como setor responsável pela organização e desenvolvimento de propostas educacionais que possibilitavam o acesso à educação a grande parte da população, com uma proposta de ensino voltada para a discussão dos problemas enfrentados pelas camadas populares da cidade foi o setor da Prefeitura Municipal que mereceu maiores esforços dos agentes da ordem. Inclusive, as ações realizadas a partir desta secretaria foram abordadas com maior ênfase para a configuração da Prefeitura como um espaço da subversão no Rio Grande do Norte.

No discurso dos defensores da ordem, a Secretaria Municipal de Educação, tendo como dirigente o professor Moacyr de Góes fora apontada como a responsável pelo crime

²⁴²RELATÓRIO... Op. Cit., p. 58.

²⁴³RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 58.

maior de subversão da ordem praticado na Prefeitura: a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (1961-1964). A educação, com o objetivo precípua de formar o cidadão, fornecendo-lhe os elementos necessários a uma compreensão mais ampla da sociedade na qual está inserido, constituía-se, naquele contexto, para os representantes da ordem uma “ameaça”, uma vez que, em última instância, fornecia os elementos necessários ao questionamento do regime ditatorial instaurado.

No caso da capital do estado, o setor do ensino “atacado” pelo Partido Comunista, segundo os agentes da repressão, foi a Campanha “De Pé no Chão”, movimento de educação e cultura popular desenvolvido na segunda gestão do prefeito Djalma Maranhão que, por apresentar uma proposta de ensino inserida na perspectiva do reformismo social adquiriu uma configuração “subversiva”, “perigosa”, “comunista” no discurso da comissão de inquérito presidida por Carlos Veras e José Domingos.

Partindo dessa premissa, de acordo com a versão apresentada no Relatório, foi na área da educação da Prefeitura que os comunistas atuaram de forma eficaz, desenvolvendo suas atividades “subversivas”. Afirmam os guardiões da ordem que “foi para o setor de alfabetização que o ex-Prefeito Djalma Maranhão, do seu ‘staff’ de funcionários, escolheu cuidadosamente um grupo que dela ficaria encarregado”. O ex-prefeito “formou este grupo tirando-o de fôrças esquerdistas em sua quase totalidade”.²⁴⁴ Assim sendo, constituindo-se como

campo fértil para a sementeira de sua ideologia e para a organização dos seus quadros partidários, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL não descuidou-se de atacar o setor de ensino em nosso País, bem como neste Estado e Município de Natal e o fez com todos os meios ao seu alcance. [...] apresentando ares de brasilidade, com “slogans” pré-fabricados ou pré-estudados tais como: “CULTURA É INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO”, “SER CULTO PARA SER LIVRE”, “OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL”, “CULTURA INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO DE UM POVO”, “DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA” e outros, montou uma tremenda máquina para “esquerdizar” a consciência daqueles que procuravam a alfabetização, minando assim o futuro de nossa Pátria.²⁴⁵

Considerando essa assertiva, observamos que ao definir a Campanha “De Pé no Chão” como “tremenda máquina” que procuraria “‘esquerdizar’ a consciência daqueles que procuravam a alfabetização”, minando assim o futuro de nossa Pátria” os representantes do

²⁴⁴RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 52.

²⁴⁵Ibid., p. 51-52.

regime autoritário procuravam justificar as ações praticadas no andamento das investigações que culminaram com a elaboração do Relatório e , ainda, apagar o significado do processo educacional desenvolvido pela Campanha “De Pé no Chão”.

E nessa perspectiva, é oportuno recorrermos novamente a Eni Orlandi, quando afirma que “todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”.²⁴⁶ Logo, como no processo educacional desenvolvido pela Campanha, segundo Willington Germano, “não se tratava de fornecer aos indivíduos, isoladamente, um instrumental através do qual pudessem ascender na escala social, nos limites da sociedade existente”; tratava-se, principalmente, de fornecer os instrumentos para que esses indivíduos pudessem “lutar contra a estrutura social injusta”,²⁴⁷ esse movimento educacional tornara-se “perigoso” para a “ordem democrática”, o que exigia a ação dos órgãos de segurança no sentido de protegê-la. Na realidade, segundo Lúcia Costa, a Campanha “De Pé no Chão”

tornou-se um amplo movimento de educação e cultura popular que, além de estreitar o diálogo entre a população e a administração municipal, ampliou o acesso à escola, à cultura, e contribuiu para disseminar o debate sobre os problemas sociais que sempre marcaram a história brasileira. Por conseguinte, observamos que atuou no sentido de, por um lado, promover a participação popular nas decisões políticas e, por outro, contribuir para a transformação da realidade social, partindo da educação e da cultura como veículos de mobilização e conscientização política.²⁴⁸

Como detentores do poder, atribuir uma configuração “subversiva”, “perigosa”, à Campanha “De Pé no Chão”, “obra perniciososa colocada a serviço da subversão”,²⁴⁹ constituía-se como uma estratégia eficaz para apagar o que naquela conjuntura era indesejável, ou seja, o questionamento da ordem de dominação vigente, que o processo educacional desenvolvido pela Campanha proporcionava. Como afirma Willington Germano, as acusações feitas à Campanha, refletiam, na verdade:

a necessidade que tinham as classes dominantes de frear o movimento popular e para isso era importante, entre outras coisas, vendar os olhos do povo [...]. Fornecer elementos com vistas à análise e a compreensão da realidade, por parte das classes populares, poderia ser arriscado para as classes dominantes, as quais estavam interessadas na

²⁴⁶ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**, p.23.

²⁴⁷GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 147.

²⁴⁸COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos “guardiães da ordem”**, p. 38-39.

²⁴⁹RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 54.

manutenção da situação. Daí a condenação de qualquer prática educacional/escolar que se pretendesse conscientizadora.²⁵⁰

Portanto, a Campanha “De Pé no Chão”, por ser um movimento que comportou “o processo de democratização, conscientização e valorização da cultura por meio da educação”, por “propor a organização das camadas populares, ao viabilizar a discussão dos problemas sociais entre a população e a administração pública, ao agrupar diferentes setores da sociedade”, foi considerada uma “ameaça” à segurança nacional.²⁵¹ Fato que mobilizou os órgãos de segurança no sentido de conter a possibilidade de transformação social suscitada por esse movimento de educação, colocando a Campanha e, de forma abrangente, a Prefeitura Municipal, na arena da subversão existente, segundo os representantes da ordem, no Rio Grande do Norte.

Como o propósito era configurar a Prefeitura como “subversiva”, os funcionários dessa instituição, sobretudo aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Educação, passaram a ser inseridos na lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte. E na perspectiva de comprovar a assertiva de que a Prefeitura constituía um espaço que abrigava a subversão e, nesse setor de atividades, a Secretaria de Educação era responsável pelas atividades mais “perigosas” à segurança nacional e, conseqüentemente, incriminar os indiciados, tanto da Prefeitura quanto de outros setores de atividades, os trechos dos depoimentos divulgados no Relatório referenciavam as atividades realizadas pela Secretaria de Educação, sobretudo a Campanha “De Pé no Chão”. Nesse sentido, nos trechos dos depoimentos de Paulo Fracinete de Oliveira, indiciado do “setor estudantil”, lê-se que “o declarante nunca tomou parte na Campanha de Alfabetização promovida pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Natal mas é do seu conhecimento que nessa campanha havia aulas sobre a realidade brasileira”.²⁵²

A afirmação do estudante divulgada no Relatório condizia com aquilo que o processo educacional desenvolvido pela Campanha “De Pé no Chão” se propusera. Ocorre, todavia, que “aulas sobre a realidade brasileira” significava abordar e discutir os problemas enfrentados pela população que compunha o quadro discente da Campanha, favorecendo uma compreensão mais ampla da sociedade na qual estava inserido e a possibilidade de agir sobre ela.

Dessa forma, como “a circulação de idéias que viabilizam o discurso crítico pode, ao revelar determinadas concepções de mundo, impulsionar a ação humana em direção à

²⁵⁰GERMANO, José Willington. Op. Cit., p. 168.

²⁵¹COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. Op. Cit., p. 53.

²⁵²RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 38.

mudança social”, de acordo com Lúcia Costa,²⁵³ desenvolver o processo de alfabetização a partir das discussões de temas relacionados ao cotidiano daqueles que freqüentavam os acampamentos escolares, tais como: “o povo do casebre é pobre”, “o brado veio do povo do casebre”, “a boa lei é pelo bem do povo”, “um povo sem pão é um povo sem saúde”, “o desemprego leva o povo a miséria”, “um bom salário é a defesa da família do operário”; constituía-se como “perigo” para a “ordem democrática”.²⁵⁴ Por isso, a declaração do estudante figurava no Relatório como indício de subversão da ordem.

Essa mesma preocupação em enaltecer o suposto perigo daquilo que era trabalhado no desenvolvimento das atividades da Campanha pode ser observado no trecho do depoimento de Francisco Floripe Ginani, divulgado no Relatório. Desse modo, segundo os homens do poder, o referido indiciado em suas declarações diz que

desempenhou as funções de Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura Municipal desta Cidade, na gestão do então Secretário Professor MOACYR DE GÓES; [...] essa Secretaria de Educação era responsável pelo plano de alfabetização sob os auspícios da Prefeitura de Natal; [...] nunca participou de palestras ou conferências na “Campanha DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” acreditando que a responsabilidade da mesma estivesse a cargo do professor MOACYR DE GÓES, professor OMAR PIMENTA, professora DIVA SALETE, professora MARGARIDA CORTEZ e MAILDE PINTO que exerciam cargo de direção na referida Secretaria.²⁵⁵

E nesse caso, a referência às “palestras” e “conferências” desenvolvidas no âmbito da Campanha “De Pé no Chão” foi significativa nesse período de divulgação do que constituía “perigo” para a sociedade, uma vez que a “agitação oral” fora referenciada como uma forma de agitação eficaz utilizada pelos comunistas. De acordo com os defensores da ordem,

a propaganda não é feita apenas por escrito. Existe também a agitação oral. Todas as formas são usadas pelo PC para atingir os seus objetivos, desde as palestras em casas residenciais, aos comentários em torno de um artigo publicado pelo jornal do Partido; a troca de idéias entre grupos diversos, nos quais se encontram mais de um comunista [...] nas universidades, fábricas, colégios, repartições públicas, escolas e assim por diante.²⁵⁶

²⁵³COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: a educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 38.

²⁵⁴Trechos do Livro de Leitura da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

²⁵⁵RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 55-56.

²⁵⁶Ibid., p. 51.

Nos trechos do depoimento de outro indiciado, Evlim Medeiros, enquadrado no espaço da subversão representado pelo “setor sindical”, as atividades realizadas no desenvolvimento da Campanha “De Pé no Chão” também foram divulgadas para comprovar a “subversão” existente, segundo os guardiões da ordem, nesse movimento educacional. Referindo-se a Moacyr de Góes, de acordo com a versão apresentada no Relatório, aquela liderança sindical afirmara que

o senhor MOACYR DE GÓES [...], assessorado por sua equipe, [...] através da Campanha “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”, foi o grande responsável pela politização esquerdista introduzida na Campanha acima referida, [...] essa politização era tão eficiente que contou inclusive com a presença de Francisco Julião e Padre Alípio de Freitas nos acampamentos pelos diversos bairros dessa Capital onde se lecionava as primeiras letras às crianças e adultos; [...] o sentido de politização dessa Campanha era tão acentuado que vários líderes de esquerdas desta Capital como o senhor LUIZ MARANHÃO proferiram palestras no Centro de Formação de Professores encarregados de ensinar os alunos.²⁵⁷

A “politização esquerdista”, o “sentido de politização dessa Campanha” era a tradução, para os detentores da ordem, das discussões sobre a realidade brasileira, os problemas dos bairros, as necessidades da população, que o processo educacional promovido pela Campanha proporcionava, no qual os diferentes grupos – educadores, funcionários, organizações estudantis, sindicatos, líderes comunitários, intelectuais, trabalhadores – até então colocados à margem das discussões políticas, começavam a participar como protagonistas e não apenas como meros espectadores. Logo, a Campanha “De Pé no Chão”, por ser um movimento que

por meio de uma certa concepção de educação e cultura, promoveu a valorização das raízes culturais do povo brasileiro [...] e a educação como veículo de superação de seus problemas estruturais, passou a ser considerada uma “ameaça” e um “perigo” por conduzir, a partir dessa leitura da realidade político-social, uma aproximação do povo aos livros, à leitura e às bibliotecas.²⁵⁸

Partindo dessas considerações, observamos que uma das principais preocupações dos representantes da ordem dizia respeito à leitura e aos livros. O conhecimento que poderia ser

²⁵⁷RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 54-55.

²⁵⁸COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: a educação popular na visão dos “guardiões da ordem”, p. 57.

adquirido com a prática da leitura significava uma ameaça ao poder ditatorial instaurado, visto que “uma compreensão mínima da leitura implicaria em apontamentos que, de uma forma ou de outra, atribuiria à palavra escrita a misteriosa e complexa representação que envolve o perigo, o proibido, a autoridade, o saber, o poder”.²⁵⁹

E a Campanha “De Pé no Chão”, como movimento que proporcionava o acesso ao conhecimento através de seu programa de bibliotecas, atingindo um número de empréstimos de livros considerável,²⁶⁰ contribuindo para modificar o quadro de analfabetismo que marcava o cenário educacional natalense no início da década de 1960, tornara-se “perigosa” porque poderia proporcionar outra leitura da realidade política e social. Dessa forma, “os vastos e diversificados poderes do leitor”, como diria Alberto Manguel,²⁶¹ poderiam conduzir a uma transformação da realidade, por isso o acesso aos livros passou a ser controlado pelos defensores da ordem. E nesse caso, é importante assinalar que o cerceamento da palavra escrita é uma prática comum nos regimes ditatoriais, o que denota a importância do conhecimento como instrumento de transformação da realidade. Ao realizar um estudo sobre a história da leitura, Alberto Manguel afirma que “a história da leitura está iluminada por uma fileira interminável de censores”, isso porque

como séculos de ditadores souberam, uma multidão analfabeta é mais fácil de dominar; uma vez que a arte da leitura não pode ser desaprendida, o segundo melhor recurso é limitar o seu alcance. Portanto, como nenhuma outra criação humana, os livros têm sido a maldição das ditaduras. Os poderes absolutos exigem que todas as leituras sejam leituras oficiais; em vez de bibliotecas inteiras de opiniões, a palavra do governante deve bastar.²⁶²

Como o processo educacional desenvolvido pela Campanha possibilitava a reflexão sobre o escrito, a atribuição de significado ao que era trabalhado nas aulas ministradas nos acampamentos escolares, abordando temas que faziam parte da realidade daqueles que os freqüentavam, entendemos porque esse movimento educacional fora referenciado no Relatório como obra de “subversão” praticado na Prefeitura, servindo para configurá-la como espaço da subversão. A repressão à Campanha estava relacionada ao medo que a palavra escrita – e o conhecimento que poderia ser adquirido a partir da leitura – impunha aos

²⁵⁹Id., *Ibid.*, p. 60.

²⁶⁰Segundo Willington Germano, cada biblioteca possuía um acervo de aproximadamente 2.000 livros e o número de empréstimos atingia cerca de 80 a 120 livros diários, somando-se mensalmente uma média de 3.000 livros (GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, p. 118).

²⁶¹MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 322.

²⁶²MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**, p. 315.

representantes do regime autoritário. Daí ser oportuno recorrermos a Roger Chartier quando afirma que “a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem”.²⁶³

Logo, no processo de repressão desenvolvido pelas forças repressivas no Rio Grande do Norte, observamos que o conhecimento que poderia ser adquirido com a prática da leitura, entendida, de acordo com Roger Chartier, como “prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares”, possibilitando “a irredutível liberdade dos leitores”,²⁶⁴ representava uma ameaça ao regime ditatorial numa dimensão comparável a da posse de armas. Como afirma Conceição de Góes, os livros

foram considerados extremamente perigosos. Se não se podiam exhibir armas apreendidas, exibiam-se livros. A maioria dos presos políticos tinha uma biblioteca. Os de capa vermelha eram os mais visados. E as exposições alardeadas pela imprensa eram bastante concorridas.²⁶⁵

A restrição à leitura como meio de controle político e social foi, assim, característico do trabalho da comissão de inquérito nomeada pelo governador no período de “caça” à subversão no Rio Grande do Norte. Fato que evidenciava a idéia de um “conhecimento proibido”, conforme explicita Lúcia Costa. Segundo a autora,

após a deflagração do golpe, uma das principais medidas tomadas pelas forças repressoras foi cercear a palavra como um meio de controle político e social. [...] a palavra escrita passa a ter conotação “perigosa”, porque compreende uma idéia que não pode ser dita ou circulada. A palavra, então, assume o sentido de um determinado conhecimento proibido, apontando para um saber que não deve estar ao alcance de qualquer indivíduo. [...] [Isso porque] a leitura, além de ser um processo irreversível, implica também em atribuição de sentido às palavras e a circulação de idéias que, através do uso da linguagem, supera o texto escrito e a intenção do seu autor.²⁶⁶

O exemplo concreto do perigo atribuído à palavra escrita, pelos defensores da ordem, foi a exposição de livros realizada na Galeria de Arte da Praça André de Albuquerque, centro

²⁶³ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998, p. 23.

²⁶⁴ _____. **A história cultural**: entre práticas e representações, p. 123.

²⁶⁵ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia, p. 195-196.

²⁶⁶ COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido**: a educação popular na visão dos “guardiães da ordem”, p. 57-58.

de Natal, como “prova de crime de subversão praticado através das pequenas bibliotecas populares que serviam às populações dos bairros carentes da cidade”.²⁶⁷

Ressalte-se, todavia, que a maioria dos livros expostos foram aqueles doados pela Biblioteca do Exército, entre os quais “Noções militares fundamentais”, “Exercícios de combate de companhia”, “Perguntas a um brasileiro”, entre outros que, segundo os homens do poder, estariam sendo usados para o ensinamento de táticas de luta armada, quando, na verdade, segundo Mailde Galvão, “aqueles livros, aliás, eram raramente procurados pelos leitores que pouco se interessavam por assuntos estritamente militares”.

De acordo com a autora, as obras de escritores clássicos da literatura brasileira, como José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Castro Alves, Raquel de Queiroz, não eram referenciados nos noticiários que enalteciam a apreensão dos *livros proibidos*. Em realidade, como o propósito era comprovar a subversão existente na Campanha “De Pé no Chão”, “atividade subversiva” praticada na Prefeitura Municipal exaustivamente referenciada no Relatório, segundo Mailde Galvão, “de aproximadamente, oito mil livros que compunham as dez bibliotecas populares da Prefeitura”, os agentes da ordem “selecionaram os poucos livros que tratavam da realidade político-social do Brasil e fundamentaram desonestamente as acusações”.²⁶⁸

Além da exposição dos *livros proibidos* utilizados na Campanha “De Pé no Chão”, a posse de livros, comum aos presos políticos do Rio Grande do Norte foi considerada como indício de “subversão da ordem” sendo, inclusive, utilizada como prova de crime contra a segurança nacional. Desse modo, quando da prisão de Mailde Galvão, da revista que os agentes da repressão realizaram em sua residência, “levaram apenas alguns livros, entre eles ‘Guerra e Paz’, de Tolstói, ‘O Diabo’, de Pappini, ‘O Vermelho e o Negro’, de Stendhal e ‘Nosso Homem em Havana’, de Graham Greene”.²⁶⁹

Da mesma forma, quando da prisão de Hélio Xavier de Vasconcelos, os representantes da ordem procuraram pelos livros que possuía; como o mesmo respondera que “os livros estavam em casa de um tio, já falecido”, os agentes da ordem “deslocaram-se à casa do tio que, em vida, fora farmacêutico e, na sua biblioteca, encontraram apenas livros sobre medicina, farmácia e uns poucos de literatura, entre os quais, um de capa vermelha intitulado ‘Vingança Não’, que foi levado”.²⁷⁰

²⁶⁷GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 105-106.

²⁶⁸Id., Ibid., p. 105-106.

²⁶⁹GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 61.

²⁷⁰Id., Ibid., p. 67.

Moacyr de Góes, comentando sobre a apreensão de livros feita pelos protetores da ordem quando da invasão de sua residência, quando inclusive “um tirador de água de pote, bojudo e com haste, foi levado, na suposição de ser uma granada ou coisa parecida”, afirma que foram “levados, também, vários livros, entre os quais ‘Nosso Homem em Havana’, de Graham Greene e ‘O Vermelho e o Negro’, de Stendhal”. Interessante observar que “na mesma estante a coleção completa de ‘Problemas da Paz e do Socialismo’, editada pelo PCB, escapou – as capas das revistas eram brancas e não vermelhas”.²⁷¹

Algumas dessas apreensões foram, inclusive, noticiadas na imprensa. A edição do Diário de Natal de 13 de abril de 1964 divulgava reportagem que, além de referenciar a prisão do ex-deputado Luiz Maranhão Filho, estabelecia o seguinte comentário acerca do material encontrado no apartamento do mesmo: “o material apreendido no apartamento do ex-deputado Luiz Maranhão Filho, no Edifício São Miguel foi talvez o mais profuso e variado em obras de Stalin, Lenine e publicações de PCB”.

Partindo dessas considerações, observamos que na conjuntura política pós-golpe no Rio Grande do Norte, o acesso aos livros representava, segundo os guardiões da ordem, uma “ameaça” a ordem democrática porque o conhecimento que poderia ser adquirido a partir da leitura desses livros poderia fornecer ao leitor a possibilidade de refletir sobre o escrito e, assim, compreender de forma ampla a sociedade na qual estava inserido. Daí o cerceamento à palavra escrita mostrar-se eficaz na esteira da “caça” à subversão.

O próprio “Livro de Leitura” utilizado na Campanha “De Pé no Chão” foi alvo da repressão desencadeada pelos representantes do regime autoritário, sendo referenciado no Relatório como elemento “subversivo” da Prefeitura Municipal. Nessa perspectiva, conforme o discurso das forças repressivas, na obra de “conscientização”, “conscientização no ensino”, representada pela Campanha,

que esteve perto de alcançar seus objetivos perniciosos e subversivos de grande efeito foi a adoção pela “Campanha” da CARTILHA “LIVRO DE LEITURA DE PÉ NO CHÃO” [...] a qual logo em seu prefácio de autoria do indiciado Moacyr de Góes já nos esclarece sobre os seus objetivos anti-educacionais e anti-democráticos: [...] libertação popular, através da educação.²⁷²

Assim concebido, foram divulgados no Relatório trechos do “Livro de Leitura” que abordavam temas que poderiam suscitar uma discussão crítica da realidade, entre os quais: “o

²⁷¹GÓES, Moacyr de. **Sem paisagem** – memórias da prisão, p. 30.

²⁷²RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 52.

voto é do povo”, “a ceia do povo é só café com pão”, “a defesa da legalidade liga todo o povo”, “os operários estudam, votam e lutam”, “o trabalhador sindicalizado é um homem forte”, “somente um congresso nacionalista poderá votar as reformas básicas”, “cultura é movimento popular”.²⁷³

Os referidos temas, condizentes com a proposta da Campanha, contrapunham-se a ordem estabelecida pelos agentes da repressão, daí constarem no Relatório com outro significado, como elementos de “subversão da ordem”, confirmando a assertiva de Alberto Manguel, segundo a qual “os censores também podem adotar formas diferentes em seu trabalho, sem necessidade de fogueiras ou tribunais. Podem reinterpretar livros para torná-los úteis apenas a eles mesmos, para justificar seus direitos autocráticos”.²⁷⁴

Nessa perspectiva, observamos que o cerceamento à palavra escrita, bem como a outras formas de socialização do conhecimento, foi característico do trabalho da comissão de inquérito estadual, nesse período de “caça” ao “comunismo” e à “subversão” desencadeada no Rio Grande do Norte após a deflagração do golpe militar de 1964.

E a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Natal, como setor responsável por favorecer a socialização do conhecimento, foi apontada no Relatório dos protetores da ordem como o setor responsável por realizar o crime maior de subversão na Prefeitura: a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Por isso, a Secretaria de Educação foi o setor especialmente referenciado no Relatório para configurar a Prefeitura como espaço que abrigava a subversão. Assertiva confirmada na *mensagem ao povo brasileiro* enviada por Djalma Maranhão do exílio em Montevideu quando afirma:

Meu crime maior foi alfabetizar vinte e cinco mil crianças, [...] num país de humilhante maioria de analfabetos, e lutar para dar ao povo acesso às fontes de saber, no plano de democratização da cultura. De fazer feira de Livros, de construir uma galeria de arte e estimular o teatro do povo. De restaurar e promover a revalorização dos autos folclóricos. De abrir bibliotecas populares que estabeleceram recordes nacionais de empréstimos de livros, numa cidade que não tinha nenhuma biblioteca pública.²⁷⁵

E, finalmente, no cumprimento da tarefa de apurar a subversão nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte, algumas ações praticadas pelos defensores da ordem, referenciadas no Relatório são significativas para evidenciar os abusos e exageros

²⁷³Ibid., p. 52-54.

²⁷⁴MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**, p. 322.

²⁷⁵Mensagem ao povo brasileiro. Montevideu, julho de 1965 *apud* GÓES, Moacyr de. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**, p. 262.

observados na condução do regime militar, mas que eram praticadas e referenciadas em nome da ordem, da segurança, da democracia. Ações que hoje integram, no dizer de Moacyr de Góes, “o anedotário folclórico”, mas que no período inicial de implantação do regime militar mereceram a devida mobilização dos órgãos de segurança.²⁷⁶

Ilustrativo dessa assertiva foi a prisão do “mimeógrafo subversivo”, no qual fora reproduzida a nota de Djalma Maranhão assumindo sua postura contrária ao golpe. A mobilização dos órgãos de segurança para apreender o instrumento da “subversão” foi rápida porque este havia sido usado para reproduzir a nota que em seguida seria distribuída no centro da cidade. De acordo com Moacyr de Góes, “a repressão deu grande importância ao fato e mobilizou-se para provar o óbvio: o boletim havia sido rodado no mimeógrafo do Centro de Formação de Professores” da Campanha. Daí o cumprimento da ordem oficial: prender o mimeógrafo.²⁷⁷

Sobre esse fato, consta no trecho do depoimento de Olavo João Galvão, ex-chefe de gabinete do prefeito, divulgado no discurso dos agentes da ordem que

o Manifesto deve ter sido redigido pelo Prefeito Djalma Maranhão ou então pelo Dr. Moacir [sic] de Góes e foi impresso, possivelmente, no Centro de Formação de Professores, cujo Mimeógrafo foi no dia três ou quatro de abril apreendido por um oficial do R.O. em companhia do declarante.²⁷⁸

Concluídos os trabalhos de investigação, o Diário de Natal, fez um balanço das investigações empreendidas por Carlos Veras nos setores de atividades nos quais desenvolveu suas atividades repressivas. Assim, em setembro de 1964, o jornal divulgava reportagem na qual lia-se que:

“Relatório de Veras espelha subversão nos meios Sindical, Estudantil, Intelectual e Prefeitura”.

Fazendo uma análise objetiva do que apurou, nas investigações realizadas, no Rio Grande do Norte, durante 150 dias, o bel. Carlos Veras apresentou ao Governador Aluizio Alves, há poucos dias, o relatório das sindicâncias que lhe coube realizar, envolvendo atividades subversivas nos Sindicatos, nos meios estudantis, no campo intelectual e, ainda, na Prefeitura Municipal de Natal.

²⁷⁶GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):** uma escola democrática, p. 146.

²⁷⁷Ib., Ibid., p. 147.

²⁷⁸RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 59.

Várias dezenas de pessoas indiciadas ao final, como responsáveis por atividades relacionadas com o desenvolvimento do processo subversivo no Rio Grande do Norte.

Num documento de mais de cem laudas datilografadas, o competente policial fez análise da participação de cada um desses elementos, na subversão, em marcha, dando uma clara visão de como andavam as coisas, em nosso Estado, quando sobreveio o movimento de primeiro de abril, que salvou as instituições democráticas do país.²⁷⁹

O próprio defensor da ordem, como conclusão do documento que evidenciava, conforme defendia, a subversão nos mais diversos setores de atividades do Rio Grande do Norte, em especial na Prefeitura Municipal de Natal, assegurava:

O comunismo cresceu e infiltrou na Vida Nacional, [...] numa demonstração clara e palpável de indisciplina e sublevação. Era a própria decomposição do Regime Democrático em que vivemos. Mas, nem tudo estava perdido. O Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, realizou na História do Brasil mais um marco de patriotismo e de autenticidade do Regime Democrático, restituindo à Família Brasileira, a Tranquilidade, a Segurança e o Direito de viver livre e feliz sob o auri-verde Pendão da Esperança. Civis e Soldados salvaram a Pátria ameaçada pelo Comunismo para os filhos de hoje, homens de amanhã.²⁸⁰

Portanto, as diversas atividades realizadas na Prefeitura Municipal de Natal, durante a última administração do prefeito Djalma Maranhão nesse período inicial de implantação do regime militar, sobretudo aquelas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação no desenvolvimento da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” adquiriram, no Relatório produzido pelos defensores da ordem, a designação de “atividades subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem, à segurança, à democracia, aos princípios ocidentais e cristãos”, “perigosas”, “extremistas”, “esquerdistas”, designações que serviram de base para produzir *outra imagem* da Prefeitura: um espaço que abrigava a subversão no Rio Grande do Norte.

Essa *outra imagem* colocou a Prefeitura *do outro lado da fronteira* que separava a sociedade em democracia/comunismo, ordem/desordem, segurança/insegurança, direita/esquerda, bem/mal e, em última instância, serviu de justificativa para as ações repressivas praticadas contra muitos cidadãos norte-rio-grandenses vinculados a essa instância

²⁷⁹DIÁRIO DE NATAL, 27 set. 1964.

²⁸⁰RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte, p. 60-61.

do poder público, submetidos às prisões, aos intermináveis interrogatórios, às inúmeras acusações e aos processos de tortura característicos desse período da história brasileira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar/ O perdão.

Chico Buarque de Holanda

O período inicial de implantação do regime militar instaurado com o golpe de 1964 no Rio Grande do Norte foi caracterizado pela repressão política a várias formas de divergências ao regime, ainda que a repressão só tenha se radicalizado posteriormente. Na sociedade nordestino-grandense, o processo de repressão foi desencadeado com a formação de comissões de inquérito que visavam apurar a “subversão” nos mais diversos setores de atividades do estado.

Para desenvolver essa tarefa, o governador Aluizio Alves, nessa *estação de “caça” à subversão* instituiu uma comissão de inquérito, cujos membros passaram a exercer a função de defensores da ordem. Esta comissão colocou *do outro lado da fronteira*, do lado passível da ação dos órgãos de segurança, os setores de atividades nos quais desenvolveram suas atividades repressivas: a “área rural”, a “Rede Ferroviária Federal”, “setor sindical”, “setor estudantil”, “setor intelectual” e principalmente “Prefeitura Municipal de Natal”.

As atividades desenvolvidas nestes setores – ou a partir deles – foram configuradas como “atividades subversivas” no Relatório produzido como resultado dos trabalhos da comissão, designação necessária para colocar estes setores de atividades na arena da subversão existente, de acordo com os defensores da ordem, no Rio Grande do Norte e conseqüentemente afastar do cenário político inúmeros personagens vinculados a esses denominados espaços da subversão que começavam a conquistar espaço no palco das reivindicações políticas e sociais desse período: trabalhadores rurais e urbanos organizados em sindicatos, estudantes envolvidos em manifestações políticas, intelectuais, funcionários da Prefeitura Municipal de Natal.

Empreendendo atividades repressivas nos mais diversos setores de atividades do estado, foi para a Prefeitura Municipal de Natal que a comissão de inquérito estadual dispendeu maiores esforços no sentido de conter o “perigo vermelho” que havia se instalado nessa instância do poder público. O “perigo vermelho” existente na Prefeitura era a tradução, para os agentes da ordem, das ações desenvolvidas pelo prefeito Djalma Maranhão na sua segunda administração, vinculada às camadas populares da sociedade, principalmente a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, coordenada pela Secretaria de Educação.

Nessa perspectiva, como forma de conter o “perigo vermelho” existente na Prefeitura, segundo os representantes do regime autoritário, foram desenvolvidas inúmeras ações repressivas direcionadas para esse setor de atividades para “limpá-lo” do “perigo”, o que resultou na modificação da estrutura administrativa da Prefeitura, retirando Djalma Maranhão e os funcionários que comungavam dos mesmos princípios políticos defendidos pelo prefeito do cenário político, que passaram a compor a lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte.

Como resultado desse processo de “limpeza” na Prefeitura – como de resto nos outros setores nos quais atuou a comissão – foi divulgado o Relatório “Subversão no Rio Grande do Norte”, documento que apresentava outra imagem da Prefeitura, construída como setor de atividades que abrigava a subversão.

Como respaldo para a ação dos órgãos de segurança, a suposta atuação do comunismo, que passara a ser identificado pelos protetores da ordem onde houvesse qualquer manifestação que se contrapusesse à ordem estabelecida pelos militares. Era o comunismo que, segundo o discurso da repressão, disseminava suas idéias “esquerdistas”, “subversivas”, “extremistas”, “revolucionárias”, “atentatórias à ordem”, “perigosas”, “alienígenas” – não faltam adjetivos para defini-las – nos diversos setores de atividades da sociedade norte-rio-grandense, configurando-os como espaços da subversão.

Nesse caso, defender idéias ligadas ao comunismo era a tradução, para os representantes da ordem, do surgimento de outros atores sociais até então colocados à margem das discussões políticas e sociais, ou seja, a luta pela reforma agrária, encabeçada pelos camponeses, a organização dos operários em sindicatos, os movimentos estudantis, a divulgação de idéias pelos intelectuais, as administrações municipais voltadas para as camadas populares.

Essas manifestações, ao adquirirem no discurso dos homens do poder o caráter de “atividades subversivas”, “comunistas”, “atentatórias à ordem”, serviram para configurar o setor de atividade no qual eram desenvolvidas como espaço da subversão e justificar as ações repressivas praticadas contra muitos cidadãos norte-rio-grandenses, submetidos às prisões, aos intermináveis interrogatórios, às inúmeras acusações e aos processos de tortura característicos dessa nova conjuntura política.

Em 25 de março de 1965, o governador Aluísio Alves mostrou o resultado do trabalho da comissão de inquérito que instituíra. Num ofício dirigido ao Coronel João Batista de Oliveira Figueiredo, chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, ligado à Presidência da República, informou o governador que havia indiciado, através de sua

Secretaria de Segurança, 83 (oitenta e três) pessoas no Rio Grande do Norte.²⁸¹ Dos 83 (oitenta e três) indiciados, que compuseram a lista dos “subversivos” do Rio Grande do Norte, o promotor militar da 7ª Auditoria, Oton Fialho de Oliveira, em 4 de maio de 1965, denunciou 60 (sessenta).

A propósito, a referência aos trechos de uma certidão obtida por Márcio Moreira Alves junto ao 3º Cartório Criminal da Comarca de Natal, referente à denúncia daquele promotor é significativa para evidenciar o poder que as palavras exerceram na configuração dos espaços da subversão no Rio Grande do Norte, conforme mostramos neste trabalho. Lê-se no documento, entre outras coisas, que os indiciados, “elementos todos tipicamente comunistas, vinham eles, cada qual no seu setor de atividades diversas [...] tentando destruir a UNIDADE NACIONAL”. Na condução dessas atividades, os indiciados recebiam ajuda eficiente do “COMUNISMO, cancro tenebroso, que vinha envolvendo em seus tentáculos, toda a força viva, as próprias entranhas da nacionalidade. Praga sem limites, cupim que solapa a treva, abrigando-se na clandestinidade do crime, o COMUNISMO é isso mesmo”. Desse modo, os indiciados tornaram-se, “todos eles, num desvario que pasma, os micróbios dessa doença, que, sem a reação eficaz das Forças Armadas, que a tempo atacaram o mal, teriam minado o organismo nacional, até deixá-lo, apenas, com os ossos expostos, como animal atacado pela peste”.²⁸²

A quantidade expressiva de indiciados do Rio Grande do Norte denunciados pelo promotor militar, num período em que os órgãos de segurança encontravam-se mobilizados para afastar os considerados “subversivos” para que a ordem democrática fosse restabelecida, fora referenciada pela imprensa pernambucana. O Jornal do Comércio do Recife, no dia seguinte a denúncia feita pelo promotor, noticiou que a mesma constituía-se “na maior até agora oferecida naquela Corte de Justiça. A maior denúncia existente antes desta última na Auditoria da 7ª Região Militar era a que envolveu o Sr. Miguel Arraes e outras 38 pessoas”.²⁸³

Qual o delito praticado por tantos indiciados na sociedade norte-rio-grandense? Desenvolver atividades nos mais diversos setores da sociedade que, por estarem inseridas no quadro de efervescência política do início da década de 1960 em favor de reformas estruturais

²⁸¹Estado do Rio Grande do Norte. Ofício nº 186/GE, de 25/3/1965, endereçado ao Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, Presidência da República, pelo Governador Aluizio Alves *apud* GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):** uma escola democrática, p. 143.

²⁸² ALVES, Márcio Moreira. **O cristo do povo.** Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968, p. 196.

²⁸³GÓES, Moacyr de. Op. Cit., p. 143.

da sociedade, contrapunham-se a ordem estabelecida pelos militares após a deflagração do golpe. Para esse “pecado”, não tinha “perdão” naquele momento, só “penitência”. No regime ditatorial instaurado em abril de 1964, *pensar diferente*, ou seja, questionar a realidade era proibido – o que na verdade é uma característica comum aos governos ditatoriais que chegaram ao poder, tanto de direita quanto de esquerda – visto que “ameaçava a Segurança Nacional”, no dizer dos agentes da repressão. E, nesse caso, os órgãos de segurança recorriam as mais diversas formas de coerção para desmobilizar qualquer pensamento discordante.

Partindo do pressuposto de “ameaça a democracia”, “ameaça aos princípios ocidentais e cristãos”, “ameaça a ordem”, os defensores da ordem desenvolveram atividades repressivas nos denominados espaços da subversão do Rio Grande do Norte, principalmente na Prefeitura Municipal que, sob a administração do prefeito Djalma Maranhão realizava uma administração voltada às camadas populares da sociedade que passaram a participar ativamente das discussões políticas e sociais, sobretudo através da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Como tal administração era contrária a ordem dos homens do poder, representando, de acordo com o seu discurso, “perigo” para a segurança nacional, a “limpeza” tornava-se necessária.

Nessa perspectiva, colocando *do outro lado da fronteira* que dividia a sociedade em democracia/comunismo setores de atividades que pelas atividades realizadas compunham a arena da subversão existente, de acordo com os agentes da ordem, no Rio Grande do Norte, colocavam-se, conseqüentemente, aqueles que realizavam atividades nesses setores na lista dos “subversivos” do estado.

Ao retirar o “subversivo” do cenário político, os representantes do regime autoritário desestruturavam política, econômica, social, física e psicologicamente, muitas vezes de forma irreversível – lembramos, aqui, todos os presos políticos mortos ou desaparecidos nos porões da ditadura militar – o acusado de tal forma que, como resultado do processo repressivo, restavam as lembranças, às vezes ocultas, às vezes divididas, às vezes traumáticas, dos dramas sofridos em nome da ordem nos denominados espaços da subversão no Rio Grande do Norte.

Hoje, passados mais de 40 anos do golpe, não podemos deixar de mencionar que ainda enfrentamos muitas dificuldades quando nos reportamos ao período militar para realizar nossas pesquisas. Os arquivos do DOPS, por exemplo, referentes a esse período, existentes no Arquivo Público do Rio Grande do Norte, só são acessíveis mediante autorização do indiciado daquele período e a subsequente aprovação do Secretário de Segurança do Estado, salvaguarda justificada com base no Decreto nº. 4.553, de 27/12/2002, assinado pelo Presidente da República. Citamos, ainda, a queima dos documentos do período em apreço, na

Base Aérea de Salvador, denunciada há poucos anos pelos meios de comunicação.

Percebemos, portanto que havia no período militar a preocupação por parte dos agentes da ordem em “limpar” a sociedade do “perigo vermelho”, representado pelo comunismo, demarcando os espaços da subversão e, conseqüentemente, perseguindo os supostos “subversivos” e “comunistas” pertencentes a esses espaços, recorrendo a todos os indícios para justificar suas ações repressivas, numa demonstração palpável de desrespeito a pessoa humana.

Da mesma forma, percebemos que paradoxalmente há hoje a preocupação em limpar a sociedade dos vestígios desse desrespeito, procurando eliminar os documentos que comprovam as atrocidades cometidas em nome da ordem, da segurança, da democracia, impossibilitando a divulgação do que foi a repressão política praticada pelos órgãos de segurança no período da ditadura militar brasileira.

FONTE E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. **O cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. COMUNISTA: a identidade do outro sob o olhar dos órgãos de segurança. **Caderno de História**, Natal, v. 3, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7 ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. (Tradução Fernando Tomaz: português de Portugal). 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

BRASIL: nunca mais. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. (Trad. Manuela Galhardo). Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____.As práticas da escrita. In: _____ (dir.). **História da vida privada**. (Do Renascimento ao século das Luzes). Companhia das Letras, v. 3, 1991.

_____.**A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

_____.**A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COMBLIN, Joseph. **Ideologia de Segurança Nacional: o poder na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORTEZ, Margarida de Jesus. **Memórias da campanha “de pé no chão também se aprende a ler”**: reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje. Natal: Editora da UFRN, 2005.

COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964. In: **Caderno de História**, Natal, v. 3, n. 1, p.51-81, jan./jun. 1996.

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos “guardiães da ordem”**, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2004.

DIÁRIO DE NATAL (Edições de Abril a Setembro de 1964)

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação, poder e golpe de classe. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. (Tradução de Aurora Bernardini e Homero Freitas de Andrade). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antônia. **40 horas de esperança – o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo: Ática, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: histórias das violências nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Estética e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos e Escritos, III).

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Coleção Ditos e Escritos, IV).

GALVÃO DE SOUSA, José Pedro; GARCIA, Clóvis Lima; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. **Dicionário de política**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1998, p. 513.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Editora Clima, 1994.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Autores Associados).

_____. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. (tradução de Maria Betânia Amoroso; José Paulo Paes). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan; Editora da UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961-1964: uma escola democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000.

_____. **Da fidelidade e do risco. Um estudo de caso:** Djalma Maranhão. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. **A filha do tempo.** Natal: Sebo Vermelho, 2004.

GOFF, Jaques Le. **História e Memória.** Campinas: EDUNICAMP, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** 6 ed. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Temas).

GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina.** 2 ed. (revista e ampliada). São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Fundamentos).

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado.** Natal: Clima, 1984.

MAZZEO, Antonio Carlos, LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos:** os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Jean Kelber Bezerra de. **O discurso do movimento estudantil brasileiro sobre os acordos MEC-USAID:** um elemento da reforma universitária de 1968, 2005. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 3 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995 (Coleção Repertórios).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. **Projeto História.** Cultura e poder: o golpe de 1964 – 40 anos depois, São Paulo: PUC/SP, v. 2, n. 29, p. 593-603, jul./dez. 2004, p. 593.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Livro de Leitura De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, 1963.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedades.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002 (Coleção Descobrimdo o Brasil)

_____. Vozes silenciadas em tempos de ditadura: Brasil anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002.

RELATÓRIO Subversão no Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1964

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **Prefeitura e classes populares: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964)**, 2003. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2001.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)**. São Paulo: Ed. Cortez: Autores Associados, 1986.

SILVA, Lidiane Dantas. **A imagem do golpe militar de 1964 na imprensa natalense: a Tribuna do Norte**. 2000. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2000

SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social**, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1: LISTA DOS INDICIADOS CITADOS NESTE TRABALHO E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DE ACORDO COM O RELATÓRIO “SUBVERSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE”

Aldo da Fonseca Tinoco – Participação na direção da Frente de Mobilização Popular.

Antônio Silvério da Silva – um dos vice-presidentes do Comando Estadual dos Trabalhadores, presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Areia Branca.

Berenice de Freitas – funcionária da Rede Ferroviária Federal, estudante de Direito.

Carlos Alberto de Lima – redator-chefe do “Folha da Tarde”, secretário particular de Djalma Maranhão, assessor de imprensa da Prefeitura, secretário de imprensa da União Estadual dos Estudantes e vice-presidente do Diretório da Faculdade de Jornalismo.

Danilo Bessa – estudante de Direito.

Djalma Maranhão – ex-prefeito de Natal.

Egídio Constâncio de Melo – pedreiro, fiscal do Sindicato da Construção Civil em Natal, membro do Comando Estadual dos Trabalhadores, suplente do Conselho Deliberativo da Liga Urbana em Natal.

Eider Toscano de Moura – membro do conselho do Centro de Cultura Popular.

Eurico Farias Reis – estudante de Direito, funcionário do Tribunal de Contas do estado.

Evlím Medeiros – ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, um dos dirigentes do Comando Estadual dos Trabalhadores.

Floriano Bezerra de Araújo - ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Norte, presidente das Ligas Camponesas no interior, fundador da Liga Urbana, com sede em Natal e, ainda, membro militante do Partido Comunista e proprietário do Jornal “O Nacionalista”.

Francisco Floripe Ginani – presidente do Diretório Central dos Estudantes, um dos integrantes da Frente de Mobilização Popular, chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura Municipal de Natal, na gestão do então secretário, o professor Moacyr de Góes e pertencente a Ação Popular.

Francisco Julião - ex-Deputado Federal do estado de Pernambuco, presidente da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, presidente do Conselho Nacional do Movimento Camponês Radical e presidente do Movimento Unificado da Revolução Brasileira.

Francisco Vital da Silva – ex-presidente da Delegacia da Liga Camponesa de Canguaretama/RN.

Geniberto Paiva Campos – professor, diretor do Ginásio Municipal, integrante da Frente de Mobilização Popular, acadêmico de Medicina e pertencente à Ação Popular.

Geraldo Pereira de Paulo - funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos em Natal, advogado contratado pelas Ligas Camponesas do Rio Grande do Norte.

Guaraci Queiroz de Oliveira – integrante da Frente de Mobilização Popular, advogado do Sindicato dos Ferroviários do Rio Grande do Norte.

Hélio Xavier de Vasconcelos – ex-presidente do Centro de Cultura Popular, um dos integrantes da Frente de Mobilização Popular.

João Faustino Ferreira Neto – professor, presidente da União Estadual dos Estudantes, pertencente a Juventude Universitária Católica.

João Ferreira de Macedo Sobrinho – um dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado e secretário-adjunto do Comando Estadual dos Trabalhadores.

José Alves Cavalcanti – presidente do Sindicato dos Sapateiros, secretário geral do Comando Estadual dos Trabalhadores.

José Barbalho Bezerra – um dos vice-presidentes do Comando Estadual dos Trabalhadores.

José Campelo Filho – presidente do Sindicato dos Bancários, membro da Diretoria do Comando Estadual dos Trabalhadores.

José Holanda – funcionário público federal, lotado na Inspetoria de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas em Recife, do Ministério da Agricultura; presidente do Comando Estadual dos Servidores Públicos do Rio Grande do Norte.

José Rodrigues Sobrinho – agricultor, presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte.

Josemá de Azevedo – presidente do Diretório da Escola de Engenharia, professor de física do Colégio Municipal.

Luiz Inácio Maranhão Filho – professor, jornalista, advogado e um dos dirigentes do Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Norte.

Luiz Gonzaga dos Santos – ex-vice prefeito de Natal.

Mailde Ferreira de Almeida – ex-diretora da Diretoria de Documentação e Cultura da Campanha “De Pé no Chão”.

Margarida de Jesus Cortez – ex-diretora do Centro de Formação de Professores da Campanha “De Pé no Chão”.

Maria Diva da Salette Lucena – ex-vice diretora do Centro de Formação de Professores da Campanha “De Pé no Chão”.

Moacyr de Góes – ex-secretário de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

Ney Leandro de Castro – escritor, estudante universitário.

Olavo João Galvão – ex-chefe de gabinete do prefeito Djalma Maranhão.

Omar Fernandes Pimenta – ex-assessor técnico de ensino da Prefeitura de Natal.

Paulo Fracinete de Oliveira - ex-segundo secretário da União Nacional dos Estudantes.

Pe. Alípio de Freitas – responsável pela instalação de Ligas Camponesas tanto no Rio Grande do Norte quanto em outros estados.

Pedro Simão Pereira – participação na instalação de Delegacias das Ligas Camponesas no interior do Rio Grande do Norte.

Pretextato José da Cruz – ex-presidente do Sindicato dos Estivadores.

Terezinha de Brito Braga – ex-funcionária da Rede Ferroviária Federal, estudante de Direito.

Vulpiano Cavalcanti de Araújo – médico, comunista, um dos integrantes da Frente de Mobilização Popular, atuava na Frente de Libertação Nacional.

Waldier Gomes dos Santos – presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte.

Walter Batista de Andrade – ex-funcionário da Rede Ferroviária Federal, telegrafista.